



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Relatório de Atividades 2011

São Luís
2012

Organização

Pedro Lino Silva Curvelo
Diretor-Geral

Marco Aurélio Ramos Fonseca
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Theresa Maria Muniz Ribeiro
Promotora de Justiça

Lusélias Soares Sales Lopes
Analista Ministerial

Mônica Carvalho do Nascimento
Assessora Técnica

Supervisão editorial

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Revisão

José Mário Cutrim Ewerton
Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira

Editoração

Rômollo de Sá Malta
Chefe da Seção de Editoração e Publicação

Normalização

Conceição de Maria Lima Guedes
Analista Ministerial

Projeto gráfico

Raimundo Nonato Penha Soares
Chefe da Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica

Seleção de fotos

Silvio Martins
Assessor Técnico

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro.

São Luís – Maranhão – CEP: 65.020-910

Fone: (98) 3219 1600 – www.mp.ma.gov.br

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2011. – São Luís: Procuradoria Geral de
Justiça, 2012.

128 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO GESTÃO 2011

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES
TRAVASSOS CORDEIRO
Procuradora-Geral de Justiça

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Jurídicos

REGINA MARIA DA COSTA LEITE
Subprocuradora-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos - até set./2011

JOSÉ ARGÔLO FERRÃO COELHO
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos

SELENE COELHO DE LACERDA
Corregedora-Geral do Ministério Público

JOAQUIM HENRIQUE DE
CARVALHO LOBATO
Subcorregedor-Geral do Ministério Público

IRACY MARTINS FIGUEIREDO AGUIAR
Ouvidora-Geral do Ministério Público - até nov./2011

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA
Ouvidora-Geral do Ministério Público

LÚCIA CRISTIANA SILVA CHAGAS
Assessora-Chefe da PGJ

LENA CLÁUDIA RIPARDO PAUXIS
Diretora da Escola Superior
do Ministério Público

MÁRCIA MOURA MAIA
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da
Infância e Juventude

LUIS FERNANDO CABRAL
BARRETO JUNIOR
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de
Meio Ambiente, Urbanismo
e Patrimônio Cultural

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de
Defesa do Patrimônio Público
e da Probidade Administrativa

JOSÉ ARGÔLO FERRÃO COELHO
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de
Direitos Humanos e Cidadania

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de
Defesa da Saúde

LÍGIA MARIA DA SILVA CAVALCANTI
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do
Controle Externo da Atividade Policial

PEDRO LINO SILVA CURVELO
Diretor-Geral

MARCO AURÉLIO RAMOS FONSECA
Diretor da Secretaria para
Assuntos Institucionais

JOSÉ MÁRIO CUTRIM EWERTON
Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira

NÚBIA ZEILE PINHEIRO GOMES
Coordenadora de Assuntos Estratégicos
e Inteligência

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA
Coordenadora de Administração

IVONEIDE QUEIROZ SANTOS
Coordenadora de Gestão de Pessoas

TATIANA ALVES DE PAULA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

TÁCITO DE JESUS LOPES GARROS
Coordenador de Comunicação

VANIA MARCIA DE SOUSA LEAL
Coordenadora de Modernização
e Tecnologia da Informação

ANA MARIA ÁLVARES NUNES DO REGO
Coordenadora de Processos

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO
Coordenador de Serviços Gerais

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Coordenador da Folha de Pagamento

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Comissão Permanente de Licitação

CARLOS ALBERTO PINHEIRO
BARROS JÚNIOR
Assessor de Controle Interno e Auditoria

WALTER DA CONCEIÇÃO ANDRADE BRAGA
Assessoria Técnica

ANDREA DE MELO NOGUEIRA DUARTE
Chefe de Cerimonial

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO
Presidente

José Antonio Oliveira Bents
Regina Lúcia de Almeida Rocha
Maria dos Remédios Figueiredo Serra
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
José Argôlo Ferrão Coêlho
Iraci Martins Figueiredo Aguiar
Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes
Lúcia Maria da Silva Cavalcanti
Suvamy Vivekananda Meireles
Krishnamurti Lopes Mendes França
Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Carlos Nina Everton Cutrim
Selene Coelho de Lacerda
José Henrique Marques Moreira
Domingas de Jesus Fróz Gomes

Francisco das Chagas Barros de Sousa
César Queiroz Ribeiro
Clodenilza Ribeiro Ferreira
Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
Regina Maria da Costa Leite
Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Teodoro Peres Neto
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Sâmara Ascar Sauaia
Themis Maria Pacheco de Carvalho
Maria Luíza Ribeiro Martins Cutrim
Mariléa Campos dos Santos Costa
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Biênio 2009-2011)

TITULARES

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO
Procuradora-Geral de Justiça

SELENE COELHO DE LACERDA
Corregedora-Geral do Ministério Público

SUVAMY VIVEKANANDA MEIRELES
Conselheiro

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Conselheiro

FLÁVIA TEREZA DE VIVEIROS VIEIRA
Conselheira

JOSÉ ARGÔLO FERRÃO COÊLHO
Conselheiro

RITA DE CASSIA MAIA BAPTISTA MOREIRA
Conselheira

SUPLENTES

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
TEREZINHA DE JESUS GUERREIRO BONFIM
DOMINGAS DE JESUS FROZ GOMES

PROMOTORES(AS) DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDOS POR ENTRÂNCIA - ANO 2011

ENTRÂNCIA FINAL (TOTAL: 84 – em ordem alfabética)

Abel José Rodrigues Neto
Adélia Maria Souza Rodrigues
Ana Luíza Almeida Ferro
Ana Teresa Silva de Freitas
Andria Márcia Ribeiro de Souza
Augusto Aurélio Anceles Lima
Carlos Alberto Garcia
Carlos Augusto da Silva Oliveira
Carlos Henrique Rodrigues Vieira
Carlos Jorge Avelar Silva
Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Danilo José de Castro Ferreira
Doracy Moreira Reis Santos
Ednarg Fernandes Marques
Eduardo Daniel Pereira Filho
Eliane da Costa Ribeiro Azor
Esdras Liberalino Soares Júnior
Fanny de Sousa Brandes
Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho
Francisco de Aquino da Silva
Giorgionni Matos Lauande Fonseca
Gladston Fernandes de Araújo
Haroldo Paiva de Brito
Herberth Costa Figueiredo
Ironilde Sousa Ribeiro
João Leonardo Sousa Pires Leal
José Augusto Cutrim Gomes
José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
José Coêlho Neto
José Lucíolo Gorayeb Santos
José Osmar Alves
José Ribamar Sanches Prazeres
Justino da Silva Guimarães
Laert Pinho de Ribamar
Lena Cláudia Ripardo Pauxis
Lítia Teresa Costa Cavalcanti
Lize de Maria Brandão de Sá Costa
Lúcia Cristiana Silva Chagas
Luís Carlos Correia Duarte
Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
Luiz Muniz Rocha Filho
Lusival Santos Gaspar Dutra
Márcia Haydée Porto de Carvalho
Márcia Lima Buhatem
Márcia Moura Maia
Márcio Thadeu Silva Marques
Marco Aurélio Batista Barros
Marcos Valentim Pinheiro Paixão
Maria da Glória Mafra Silva
Maria da Graça Peres Soares Amorim
Maria de Fátima de Santana Borges
Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann
Maria de Lourdes Sousa Ribeiro
Maria do Socorro Assunção Gomes
Maria do Socorro Viégas Reis Leite
Maria Luciane Lisboa Belo
Maria Teresa Pestana Chaves Barros
Marinete Ferreira Silva Avelar
Martha Helena Costa Ribeiro
Maruschka de Mello e Silva
Moema Figueiredo Viana Pereira
Nacor Paulo Pereira dos Santos
Núbia Zeile Pinheiro Gomes
Orfileno Bezerra Neto
Orlando Pacheco de Andrade Filho
Oziel Costa Ferreira Neto
Paulo Roberto Barbosa Ramos
Paulo Silvestre Avelar Silva
Raimundo Nonato Sousa Cavalcante
Raquel Silva de Castro
Ricardo Henrique de Almeida
Rodolfo Soares dos Reis
Ronald Pereira dos Santos
Sandra Lúcia Mendes Alves
Sarah Albuquerque de Sousa Santos
Sebastiana de Cássia Araújo Muniz
Sirlei Castro Aires Rodrigues
Susete Marques Palmeira
Valdenir Cavalcante Lima
Vicente de Paulo Silva Martins
Washington Luiz Maciel Cantanhede
Willer Siqueira Mendes Gomes
Zanony Passos Silva Filho

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (TOTAL: 102 – em ordem alfabética)

Agamenon Batista de Almeida Júnior
Albert Lages Mendes
Alessandro Brandão Marques
Alineide Martins Rabelo Costa
Aline Matos Pires
Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite
André Luís Lopes Rocha
Antônio Augusto Nepomuceno Lopes
Antônio Borges Nunes Júnior
Antônio Coelho Soares Júnior
Araceles Lima Ribeiro
Arnoldo Jorge de Castro Ferreira
Benedito de Jesus Nascimento Neto
Carla Mendes Pereira Alencar
Carlos César Silva Lindoso
Carlos Róstão Martins Freitas
Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes
Carlos Serra Martins
Cássius Guimarães Chai
Celso Antônio Fernandes Coutinho
Christiane de Maria Ericeira Silva
Cláudio José Sodré
Cláudio Rebelo Correia Alencar
Clodomir Bandeira Lima Neto
Cristiane Gomes Coelho Maia Lago
Domingos Eduardo da Silva
Douglas Assunção Nojosa
Eduardo Borges Oliveira
Elda Maria Alves Moureira
Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça
Elyjeane Alves Carvalho
Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
Emmanuella Souza de Barros Bello Peixoto
Eveline Barros Malheiros
Fábio Menezes de Miranda
Fábio Henrique Meireles Mendes
Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
Fátima Maria Sousa Arôso Mendes
Fernanda Helena Nunes Ferreira
Fernando Evelim de Miranda Menezes
Flávia Valéria Nava Silva
Francisco de Assis Silva Filho
Francisco Fernando de Miranda Menezes Filho
Francisco Teomário Serejo Silva
Frank Teles de Araújo
Frederik Bacellar Ribeiro
Geraulides Mendonça Castro
Gilberto Câmara França Júnior
Giovanni Papini Cavalcanti Moreira
Giselle Silva da Cunha Santos Arôso
Guaracy Martins Figueiredo
Gustavo Antonio Chaves Dias
Gustavo de Oliveira Bueno
Ilana Franco Bouéres Laender Morais
Ilma de Paiva Pereira
Jadilson Cirqueira de Sousa
Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
João Marcelo Moreira Trovão
Joaquim Ribeiro de Sousa Júnior
John Derrick Barbosa Braúna
Jorge Luís Ribeiro de Araújo
José Alexandre Rocha
José Carlos Faria Filho
José Márcio Maia Alves
Juarez Medeiros Filho
Karla Adriana Holanda Farias Vieira
Lana Cristina Barros Pessoa
Leonardo Rodrigues Tupinambá
Lindonjonson Gonçalves de Sousa
Luís Samarone Batalha Carvalho
Luiz Gonzaga Martins Coelho
Márcio José Bezerra Cruz
Marco Antônio Camardella da Silveira
Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues
Marco Aurélio Ramos Fonseca
Maria do Socorro Cardoso Matos Ferreira
Maria José Lopes Corrêa
Nahyma Ribeiro Abas
Newton de Barros Bello Neto
Norimar Gomes Nascimento Campos
Pablo Bogéa Pereira Santos
Patrícia Espínola Passos Silva
Paulo José Miranda Goulart
Pedro Lino Silva Curvelo
Raimundo Benedito Barros Pinto
Raquel Chaves Duarte Sales
Reginaldo Júnior Carvalho
Rodrigo de Vasconcelos Ferro
Rosalvo Bezerra de Lima Filho
Rosanna Conceição Gonçalves
Ruy Antônio Vieira de Carvalho
Samaroni de Sousa Maia
Sandra Soares Pontes
Sandro Pofahl Bíscolo
Selma Regina Souza Martins
Sérgio Henrique Furtado Coelho
Sérgio Ricardo Souza Martins
Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato
Sílvia Menezes de Miranda
Tarcísio José Sousa Bonfim
Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia
Uiuara de Melo Medeiros

ENTRÂNCIA INICIAL (TOTAL: 67 – em ordem alfabética)

Alenilton Santos da Silva Júnior
Aline Silva Albuquerque
Ana Cláudia Cruz dos Anjos
Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar
André Charles Alcântara Martins Oliveira
Antônio de Pádua Luz
Antonio Lisboa de Castro Viana Junior
Bianka Sekeff Salem Rocha
Camila Gaspar Leite
Carla Tatiana Pereira de Jesus
Carlos Augusto Soares
Carlos Henrique Soares Monteiro
Carlos Rafael Fernandes Bulhão
Clodoaldo Nascimento Araújo
Cristiane Carvalho Melo
Dailma Maria de Melo Brito
Edilson Santana de Sousa
Elisete Pereira dos Santos
Érica Éllen Beckman da Silva
Fábio Murilo da Silva Portela
Fernando Antônio Berniz Aragão
Fernando José Alves Silva
Gabriela Brandão da Costa Tavernard
Glauce Mara Lima Malheiros
Gleudson Malheiros Guimarães
Hagamenon de Jesus Azevedo
Henrique Helder de Lima Pinho
Herlane Maria Fernandes Carvalho
Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva
João José e Silva Veras
José das Chagas Leitão Júnior
José Jailton Andrade Cardoso
Karen Fuly de Castro
Karine Guará Brusaca Pereira

Klycia Luíza Castro de Menezes
Lays Gabriella Pedrosa Souza
Letícia Teresa Sales Freire
Linda Luz Matos Carvalho
Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira
Lúcio Leonardo Fróz Gomes
Marco Antônio Santos Amorim
Maria Cristina Lima Lobato Murillo
Marina Carneiro Lima
Michelle Adriane Saraiva Silva
Moisés Caldeira Brant
Nadja Veloso Cerqueira
Nelson Nedes Ribeiro Guimarães
Ossian Bezerra Pinho Filho
Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira
Patrício Noé da Fonseca
Rafaela Martins Pereira Toni
Raimundo Nonato Leite Filho
Raquel Pires de Castro
Reinaldo Campos Castro Júnior
Ricardo Misko Campeiro
Romero Lucas Rangel Piccoli
Rommel Silva Patriota
Samara Cristina Mesquita Pinheiro
Samira Mercês Santos
Sandra Fagundes Garcia
Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Simone Chrystine Santana Valadares
Vicente Gildásio Leite Júnior
Williams Silva de Paiva
Wlademir Soares de Oliveira

PROMOTORES SUBSTITUTOS (TOTAL: 25 – em ordem alfabética)

Aarão Carlos Lima Castro
Carlos Augusto Ribeiro Barbosa
Carlos Pinto de Almeida Júnior
Cláudio Borges dos Santos
Cristiane dos Santos Donatini
Crystian Gonzalez Boucinhas
Fabrício Sávio da Veiga Carlota
Francisco de Assis Silva Júnior
Gabriel Sodrê Gonçalves
José Emanuel da Silva e Sousa
Julio Aderson Borralho Magalhães Segundo
Karina Freitas Chaves
Karini Kirimes Viegas

Larissa Socrátes de Bastos
Leonardo Santana Modesto
Lícia Ramos Cavalcante
Luís Eduardo Souza e Silva
Maria do Nascimento Carvalho Serra
Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis
Paulo Roberto da Costa Castilho
Rita de Cassia Pereira Souza
Rodrigo Ronaldo Martins Rebelo da Silva
Tharles Cunha Rodrigues Alves
Valéria Chaib Amorim de Carvalho
Weskley Pereira de Moraes

“Acreditamos que, com a participação de todos, estamos construindo um Ministério Público de excelência, mais estruturado, moderno e comprometido com a eficiência e valorização das atividades meio e finalística, objetivando a transformação da realidade social e buscando a promoção da justiça, do respeito aos direitos fundamentais e dos interesses indisponíveis da sociedade, com melhoria da qualidade de vida de nossa população. Um Ministério Público resolutivo e mais próximo do cidadão.” (Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro - Procuradora-Geral de Justiça/MA).”



APRESENTAÇÃO

Como forma de dar publicidade às ações empreendidas para o cumprimento de sua missão institucional, bem como compor o processo de prestação de contas, de acordo com a Instrução Normativa nº 26, de 30 de novembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, apresentamos este Relatório Anual relativo ao exercício de 2011.

O Estado do Maranhão passa por mudanças que refletem no tecido social, exigindo uma atuação do “Parquet” cada vez mais ágil e efetiva para acompanhar o crescimento das demandas sociais.

Com o crescimento orçamentário, foi possível dar continuidade no aparelhamento da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de membros, servidores e da Administração Superior. Destarte, fizemos muitos investimentos: novas construções de sedes próprias de Promotorias de Justiça e da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça (em fase de acabamento) e demos resolutividade à reforma estrutural das Promotorias de Justiça da Capital (que se encontra em pleno andamento); contratamos novas locações para sediar Promotorias de Justiça do Interior e realizamos inúmeras reformas de unidades do Ministério Público. Promovemos cursos de aperfeiçoamento por meio da Escola Superior do Ministério Público aos membros e servidores, modernizamos o parque tecnológico, dentre outros.

No plano das relações institucionais com a sociedade e os Poderes e órgãos, a Instituição pautou-se pelos valores da transparência, independência, legalidade, ética, razoabilidade, lealdade, efetividade, moralidade e harmonia.

Este ano foi de muitas conquistas para o Ministério Público do Estado do Maranhão. Exemplos dessas conquistas são: a construção de um orçamento maior para o exercício de 2012, que possibilitará maiores investimentos e melhoria salarial para os servidores, com recursos já assegurados para o novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários, em curso na Administração Superior para sua aprovação e implantação em 2012, além da autorização em processo administrativo e formação de Comissão de Concurso Público para a realização de certame público para o Quadro Técnico-Administrativo de servidores efetivos do MPMA, em 2012.

Ademais, verificou-se o fortalecimento e aprimoramento da atuação ministerial e do apoio administrativo que trouxeram efeitos imediatos e terão repercussão duradoura, além da construção democrática e lançamento do Planejamento Estratégico com ações e projetos que nortearão a atuação da Instituição para os próximos cinco anos (2012-2016).

Foram criados 29 cargos de promotor de justiça, 55 cargos efetivos de técnicos ministeriais e 15 de analistas ministeriais, além de 42 cargos comissionados para auxiliar a gestão, bem como 42 vagas para novos estagiários, revestindo-se em melhor instrumentalização da Instituição para a otimização dos serviços prestados à sociedade.

Temos a certeza de que caminhamos a passos largos. Muito foi feito no intuito de facilitar a capacidade de bem atuar na condição de fiscal da lei e garantidor de direitos. Porém reconhecemos que há muito a ser feito; e é este sentimento que nos move a realizar cada vez mais, valorizando o servidor, melhorando os procedimentos internos e externos para atender cada vez melhor as demandas da sociedade e defender o cidadão.

Nesse sentido, mediante o projeto “Positivando o Desenvolvimento Humano” (o qual teve sua implantação antecipada em 2011), o Ministério Público do Estado do Maranhão promoveu na primeira fase, em quatorze municípios maranhenses, cujos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) são os menores do Estado, audiências públicas e ações de fiscalização, em parceria com o poder público e com a sociedade civil, nas áreas de Educação, Saúde, Geração de Emprego e Renda (combate à pobreza) e de Infra-estrutura que proporcionam qualidade de vida à população das cidades, bem como a elevação do IDH de nosso Estado, contribuindo, desse modo, o Ministério Público Maranhense para a efetivação e o fortalecimento das políticas públicas básicas nos municípios.

O projeto “Positivando o Desenvolvimento Humano” tem apoio da Caixa Econômica Federal e da Petrobras e já promoveu resultados de impacto social nos municípios de Araiões, Centro do Guilherme, Santana do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, Governador Newton Belo, Belágua, Matões do Norte, Fernando Falcão, Brejo de Areia, São Roberto, Presidente Juscelino, Rosário, Bacabeira e Santa Rita.

Há de se ressaltar a continuidade do monitoramento deste projeto institucional pelos Promotores de Justiça, bem como sua expansão em outros municípios.

Todos os resultados apresentados ao longo deste Relatório Anual demonstram a seriedade e o comprometimento da Procuradoria Geral de Justiça, dos Órgãos da Administração Superior, dos integrantes do Ministério Público com o Planejamento Estratégico da Instituição, sejam membros, servidores, assessores ou estagiários, que abraçaram o norte da gestão, baseada nos pilares da transparência e da eficiência, razão pela qual expresso aqui os meus mais sinceros agradecimentos. Assim, buscamos o reconhecimento pela sociedade de que somos e seremos continuamente um Ministério Público resolutivo e mais próximo do cidadão.

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO
Procuradora-Geral de Justiça

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 MISSÃO INSTITUCIONAL | 15 |
| 2 O ESTADO DO MARANHÃO | 17 |
| 3 RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 19 |
| 3.1 Dos Recursos Humanos | 19 |
| 3.2 Dos Recursos Orçamentários | 23 |
| 3.2.1 <i>Da Transparência Fiscal</i> | 27 |
| 3.3 Das informações ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP | 28 |
| 4 ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 33 |
| 4.1 Procuradora-Geral de Justiça | 33 |
| 4.1.1 <i>Assessoria da Procuradora-Geral de Justiça</i> | 34 |
| 4.1.2 <i>Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos</i> | 37 |
| 4.1.3 <i>Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos</i> | 38 |
| 4.2 Colégio de Procuradores de Justiça | 40 |
| 4.3 Conselho Superior do Ministério Público | 40 |
| 4.4 Corregedoria Geral do Ministério Público | 42 |
| 4.5 Procuradores de Justiça | 43 |
| 4.6 Promotores de Justiça | 47 |
| 4.6.1 <i>Distribuição das Promotorias de Justiça</i> | 57 |
| 4.6.2 <i>Promotorias de Justiça distribuídas por Regiões</i> | 62 |
| 4.7 Escola Superior do Ministério Público | 65 |
| 4.8 Centros de Apoio Operacional | 68 |
| 4.9 Ouvidoria Geral do Ministério Público | 77 |
| 4.10 Secretaria para Assuntos Institucionais | 78 |
| 4.11 Planejamento Estratégico 2012/2016 | 79 |
| 5 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | 89 |
| 5.1 Da Capacitação | 89 |
| 5.2 Da Criação de cargos | 89 |
| 5.3 Da Movimentação da força de trabalho | 90 |
| 5.4 Do Programa de Qualidade de Vida | 92 |
| 5.5 Das Remunerações médias e reajustes salariais | 92 |
| 5.6 Das Obras e Serviços de Engenharia | 93 |
| 5.7 Das Licitações | 95 |
| 5.8 Dos Veículos | 96 |
| 5.9 Dos Serviços Gerais | 97 |
| 5.10 Do Investimento em Material Permanente | 98 |
| 5.11 Da Administração de Material de Consumo | 100 |
| 5.12 Do Acervo Bibliográfico, Documentação e Publicações | 100 |
| 5.13 Da Modernização e Tecnologia da Informação | 104 |
| 5.14 Da Assessoria Técnica | 114 |
| 5.15 Da Comunicação Institucional | 114 |
| 5.16 Do Cerimonial | 119 |
| 6 ATOS NORMATIVOS - 2011 | 123 |



1 MISSÃO INSTITUCIONAL

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. (art. 127 da Constituição Federal/1988).



2 O ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão, situado na região nordeste do Brasil, possui extensão territorial de 331.935,51 Km² e população distribuída por 217 municípios totalizando 6.574.789 habitantes, o que proporciona uma densidade demográfica de 19,81 hab/km², a segunda menor da Região. Possui o quarto maior PIB (Produto Interno Bruto) do Nordeste e sua economia está baseada em agricultura, pecuária, comércio, indústria (transformação de alumínio, alimentícia e madeireira) e extrativismo vegetal. Seu rico ecossistema é composto por 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta amazônica, cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com centenas de lagoas de águas cristalinas. Essa diversidade está organizada em cinco polos turísticos, cada um com seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. São eles: o polo turístico de São Luís, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, o Delta do Parnaíba e o polo da Floresta dos Guarás. São Luís, a capital do Estado do Maranhão, por toda sua riqueza cultural e arquitetura colonial mantém desde 1997 o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Não obstante, o Estado apresenta elevados índices de pobreza, mortalidade infantil, analfabetismo, concentração de renda, além de outras desigualdades sociais. É o Estado com o segundo menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país e onde estão os municípios mais carentes da federação.

Novos ventos de desenvolvimento sopram favoravelmente em nosso Estado com a implantação de grandes projetos de indústrias, notadamente na região de Bacabeira, e na região sul além, da prospecção de gás natural na região dos Cocais (Capinzal do Norte), que arregimentam grande contingente de mão de obra na construção civil e em médio prazo impactarão na área de petróleo e gás, com a criação de significativo volume de postos de trabalho qualificado, que certamente, contribuirá para um melhor Índice de Desenvolvimento Humano .

3 RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.1 Dos Recursos Humanos

Em 2011, o Ministério Público do Estado do Maranhão contou com 1.250 integrantes em seu Quadro de Pessoal, evidenciando um crescimento de 4,43% em relação ao ano anterior. O incremento do número de membros foi de 8,8%. Registre-se, ainda, a valerosa colaboração de 88 estagiários.

Tabela 1 – Quadro de pessoal - 2011

| ENQUADRAMENTO FUNCIONAL | QUANTIDADE |
|--|--------------|
| Membros (Procuradores e Promotores de Justiça) | 309 |
| Servidores efetivos | 481 |
| Servidores comissionados | 227 |
| Servidores requisitados | 233 |
| TOTAL | 1.250 |

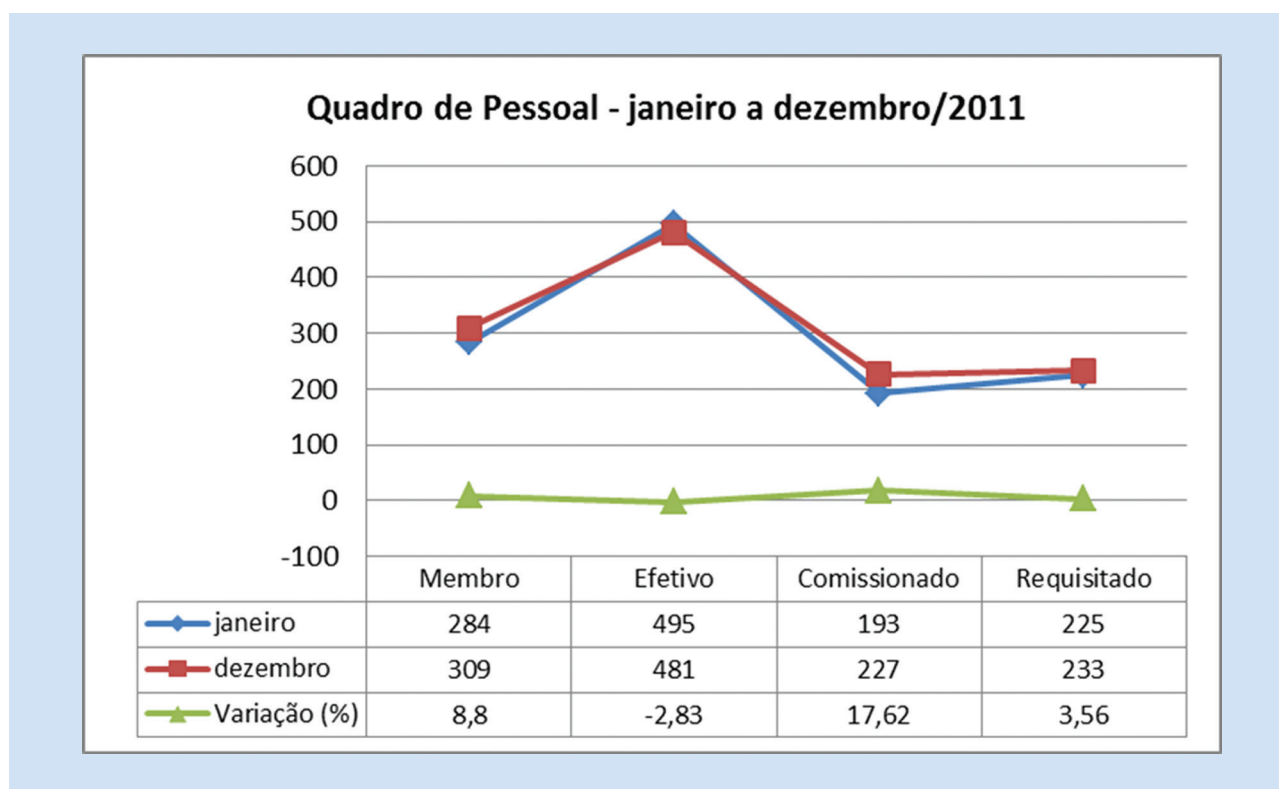


Gráfico 1 – Evolução do Quadro de Pessoal (jan – dez) - 2011

Tabela 2 – Membros - 2011

| CARGOS DE MEMBROS | QUANTITATIVO DEZEMBRO/2011 | | | Fundamentação legal |
|---|----------------------------|-----------------|--------------|--|
| | Cargos criados | Cargos providos | Cargos vagos | |
| Procurador de Justiça | 31 | 31 | 0 | Lei Complementar nº 013/2008, de 25 de outubro de 1991, alterada pela Lei Complementar nº 122/2008, de 04 de dezembro de 2008, pela Lei Complementar nº 135/2011 de 14.06.11 e pela Lei Complementar nº 143/2011, de 06.12.11. |
| TOTAL PROCURADORES | 31 | 31 | 0 | |
| Promotor de Justiça de Final | 96 | 84 | 12 | |
| Promotor de Justiça Intermediária | 123 | 102 | 21 | |
| Promotor de Justiça Intermediária - Extinto a vagar | 7 | | | |
| Promotor de Justiça de Inicial | 78 | 67 | 11 | |
| Promotor de Justiça de Inicial - Extinto a vagar | 5 | | | |
| Promotor de Justiça Substituto | 25 | 25 | 0 | |
| TOTAL PROMOTORES | 322 | 278 | 44 | |
| CARGOS EXTINTOS A VAGAR | 12 | | | |
| TOTAL PROMOTORES | 310 | 278 | 32 | |
| TOTAL MEMBROS | 341 | 309 | 32 | |

Tabela 3 - Servidores efetivos de apoio técnico-administrativo

| CARGOS EFETIVOS | QUANTITATIVO DEZEMBRO/2011 | | | Fundamentação Legal |
|----------------------|----------------------------|----------|-------|---|
| | Criadas | Providas | Vagas | |
| Analista Ministerial | 123 | 101 | 22 | Lei nº 8.077 de 07.01.2004, atualizada pela Lei nº 8.558 de 28.12.2006. Alterada pela Lei nº 9.397/2011 de 14.06.11 e Lei nº 9.517, de 06/12/11 |
| Técnico Ministerial | 431 | 354 | 77 | |
| Auxiliar Ministerial | 30 | 26 | 4 | |
| TOTAL | 584 | 481 | 103 | |

Tabela 4 - Funções comissionadas – servidores

| FUNÇÃO – SERVIDORES | QUANTITATIVO DEZEMBRO/2011 | | | Fundamentação Legal |
|---------------------------|----------------------------|----------|-------|---|
| | Criadas | Providas | Vagas | |
| Função de Confiança FC-01 | 26 | 26 | 0 | Lei nº 8.077 de 07.01.2004, atualizada pela Lei nº 8.558 de 28.12.2006. |
| Função de Confiança FC-02 | 17 | 17 | 0 | |
| TOTAL | 43 | 43 | 0 | |

Tabela 5 - Funções comissionadas – membros

| FUNÇÃO - MEMBROS | QUANTITATIVO DEZEMBRO/2011 | | | Fundamentação Legal |
|--|----------------------------|----------|-------|--|
| | Quant. | Ocupados | Vagos | |
| Procurador-Geral de Justiça | 1 | 1 | 0 | Lei Complementar nº 143/2011, de 06.12.11. |
| Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos | 1 | 1 | 0 | |
| Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos | 1 | 1 | 0 | |
| Corregedor-Geral do Ministério Público | 1 | 1 | 0 | |
| Subcorregedor-Geral do Ministério Público | 1 | 1 | 0 | |

| FUNÇÃO - MEMBROS | QUANTITATIVO DEZEMBRO/2011 | | | Fundamenta- ção Legal |
|--|----------------------------|-----------|----------|--------------------------|
| | Quant. | Ocupados | Vagos | |
| Promotores de Justiça Corregedores | 4 | 4 | 0 | |
| Ouvidor do Ministério Público | 1 | 1 | 0 | |
| Diretor da Escola Superior do Ministério Público | 1 | 1 | 0 | |
| Promotores de Justiça Auxiliares da ESMP | 2 | 2 | 0 | |
| Assessor-Chefe da Assessoria da PGJ | 1 | 1 | 0 | |
| Assessor Especial (GAECO) (Lei nº 8.558/06) | 3 | 3 | 0 | |
| Total | 17 | 17 | 0 | |

Tabela 6 - Cargos comissionados

| CARGOS COMISSIONADOS | QUANTITATIVO DEZEMBRO/ 2011 | | | | | | Vagos | Fundamen- tação Legal |
|---|-----------------------------|--------------|-----------------|------------------------|----------------------|------------------------|-------|--|
| | Cria- dos | Providos | | | | Total provi- dos | | |
| | | Mem- bros | Servi- dores | A dis- posi- ção | Não efe- tivos | | | |
| Diretor-geral | 1 | 1 | 0 | - | - | 1 | 0 | Lei nº 8.077 de 07.01.2004, atualizada pelas Leis nºs. 8.558/2006, 8.745/2008 e 8.824/2008. Alterada pela Lei nº 9.397/2011, de 14.06.11 (36 Assessor de Promotor de Justiça) e Lei nº 9.517, de 06/12/11. |
| Diretor de secretaria | 2 | 1 | 0 | - | 1 | 2 | 0 | |
| Chefe gabinete do procurador-geral de Justiça | 1 | - | - | 1 | - | 1 | 0 | |
| Chefe gabinete do corregedor-geral do MP | 1 | 1 | 0 | - | - | 1 | 0 | |
| Assessor de procurador-geral de Justiça | 13 | 9 | 3 | - | 1 | 13 | 0 | |
| Assessor de procurador de Justiça | 62 | - | 10 | 2 | 50 | 62 | 0 | |
| Coordenador | 11 | 1 | 6 | - | 3 | 10 | 1 | |
| Assessor-chefe controle interno e auditoria | 1 | - | 1 | - | - | 1 | 0 | |
| Assessor-chefe auditoria | 1 | - | - | - | - | 0 | 1 | |
| Assessor-chefe da assessoria técnica | 1 | - | 1 | - | - | 1 | 0 | |
| Assessor técnico I | 4 | - | 1 | 1 | 2 | 4 | 0 | |
| Chefe de cerimonial | 1 | - | - | - | 1 | 1 | 0 | |
| Assessor técnico II | 26 | - | 6 | 0 | 20 | 26 | 0 | |
| Chefe de secretaria | 5 | - | 1 | - | 4 | 5 | 0 | |
| Chefe de sessão | 39 | - | 23 | 1 | 11 | 35 | 4 | |
| Assessor técnico III | 10 | - | 4 | - | 6 | 10 | 0 | |
| Chefe de gabinete CC-04 | 35 | - | 4 | 1 | 27 | 32 | 3 | |
| Assessor técnico IV | 35 | - | 2 | - | 28 | 30 | 5 | |
| Assessor de promotor de Justiça | 116 | - | 10 | 2 | 67 | 10 | 37 | |
| Subtotal | 365 | 13 | 72 | 8 | 221 | 314 | 51 | |
| Subtotal | 365 | 85 | | 229 | | 314 | 51 | |
| TOTAL | 365 | 314 | | | | 314 | | |

Tabela 7 – Evolução da Folha de Pagamento de Pessoal do MPMA

| Ano | Mês | Bruto Folha | Patronal INSS | Patronal SUP-SEC | Patronal Ass. Saúde | Patronal FEPA | Patronal FUNBEN | Salário Família | Verbas Exerc Anterior / Dec. Judiciais | TOTAL BRUTO (PESSOAL + ENCARGOS) | Auxílio Alimentação | TOTAL FOLHA |
|------|--------------|----------------|---------------|------------------|---------------------|---------------|-----------------|-----------------|--|----------------------------------|---------------------|----------------|
| 2011 | 1 | 9.784.821,08 | 143.250,87 | 856,18 | 2.388,90 | 1.134.322,06 | 12.064,61 | 295,26 | 969.268,05 | 12.047.267,00 | 253.680,00 | 12.300.947,00 |
| 2011 | 2 | 9.781.299,91 | 140.122,23 | 730,22 | 2.189,53 | 1.145.346,90 | 12.552,49 | 297,92 | 976.037,94 | 12.058.577,14 | 248.745,00 | 12.307.322,14 |
| 2011 | 3 | 9.834.609,14 | 141.682,89 | 856,18 | 2.218,02 | 1.154.701,30 | 12.358,37 | 296,41 | 969.268,05 | 12.115.990,35 | 259.020,00 | 12.375.010,35 |
| 2011 | 4 | 9.994.412,23 | 144.469,49 | 856,18 | 2.211,05 | 1.179.171,86 | 12.859,98 | 297,92 | 969.268,05 | 12.303.546,75 | 240.675,00 | 12.544.221,75 |
| 2011 | 5 | 10.080.359,79 | 140.478,88 | 856,18 | 2.250,73 | 1.169.845,87 | 12.401,23 | 296,59 | 969.268,05 | 12.375.757,32 | 272.400,00 | 12.657.773,49 |
| 2011 | 6 | 14.913.979,10 | 144.578,70 | 1.398,66 | 2.243,09 | 1.180.214,80 | 13.224,84 | 297,92 | 969.268,05 | 17.225.205,15 | 222.375,00 | 17.447.580,15 |
| 2011 | 7 | 10.123.854,26 | 141.734,26 | 1.802,36 | 2.153,73 | 1.182.935,89 | 12.435,22 | 303,24 | 969.268,05 | 12.434.487,01 | 249.135,00 | 12.683.622,01 |
| 2011 | 8 | 10.133.505,12 | 141.930,92 | 1.802,36 | 2.241,76 | 1.183.795,68 | 12.489,92 | 305,90 | 969.268,05 | 12.445.339,71 | 285.705,00 | 12.731.044,71 |
| 2011 | 9 | 10.198.256,15 | 144.159,88 | 1.802,36 | 2.418,06 | 1.207.536,78 | 13.771,72 | 308,56 | 969.268,05 | 12.537.521,55 | 259.380,00 | 12.796.901,55 |
| 2011 | 10 | 11.208.487,71 | 146.742,26 | 1.802,36 | 2.397,27 | 1.208.905,05 | 13.320,53 | 333,93 | 969.268,05 | 13.551.257,16 | 238.500,00 | 13.789.757,16 |
| 2011 | 11 | 10.417.479,75 | 148.347,56 | 1.802,36 | 2.608,00 | 1.205.856,07 | 12.492,76 | 333,93 | 969.268,05 | 12.758.188,48 | 256.845,00 | 13.015.033,48 |
| 2011 | 12 | 11.782.002,21 | 163.058,78 | 1.802,36 | 2.531,15 | 1.216.680,23 | 12.255,39 | 333,93 | 969.268,05 | 14.147.932,10 | 227.565,00 | 14.375.497,10 |
| 2011 | 13 | 4.909.656,81 | 127.557,65 | 1.398,66 | 0,00 | 1.174.152,44 | 0,00 | 333,93 | 0,00 | 6.213.099,49 | 0,00 | 6.213.099,49 |
| | Total | 133.162.723,26 | 1.868.114,36 | 17.766,42 | 27.851,27 | 15.343.464,91 | 152.227,06 | 4.035,44 | 11.637.986,49 | 162.214.169,22 | 3.014.025,00 | 165.228.194,22 |
| | Total | 133.162.723,26 | | | 17.409.424,03 | | | 4.035,44 | 11.637.986,49 | 162.214.169,22 | 3.014.025,00 | 165.228.194,22 |

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Folha de Pagamento

3.2 Dos Recursos Orçamentários

O Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o quadriênio 2008-2011, aprovado pela Lei nº8.733, de 21 de dezembro de 2007, em sua 3ª revisão, autorizou dois programas e oito ações, para o exercício financeiro de 2011, a serem executados pelas unidades gestoras 070101 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA e 070901 – FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - FEMPE, conforme demonstrado a seguir:

Tabala 8 - Plano Plurianial 2008-2011

| DESCRIÇÃO | R\$ (em 2011) |
|--|---------------|
| ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 212.051.517 |
| PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania | |
| Objetivo: Coordenar e integrar as as ações de cidadania de forma a monitorar e avaliar a ação governamental, assistir a sociedade e garantir o funcionamento do Ministério Público. | 191.914.870 |
| Ação: 2322 – Capacitação de Recursos Humanos | 500.000 |
| Finalidade: Promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis de graduação e serviços de modo a obter melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade. | |
| Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania | 146.698.953 |
| Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça | |
| Ação: 3037 – Construção da sede própria do Ministério Público | 11.329.880 |
| Finalidade: Construir, adaptar e aparelhar sede do Ministério Público maranhense. | |
| Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público | 13.684.349 |
| Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público | |
| Ação: 4049 – Manutenção da unidade | 16.177.975 |
| Finalidade: Prover a unidade recursos destinados à gestão administrativa dos seus programas. | |
| Ação: 4426– Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça | 3.523.713 |
| Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria continua da Instituição. | |
| PROGRAMA: 0410 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado | 20.136.647 |
| Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação | |
| Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual | 17.983.944 |
| Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | |
| Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência | 2.152.703 |
| Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | |

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 94,31%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 9 - Execução do orçamento por programa

| DESCRIÇÃO | AUTORIZADO | EMPENHADO | % EXECUÇÃO |
|---|-------------|----------------|------------|
| ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 212.051.517 | 199.990.719,96 | 94,31 |
| 0337 – Gestão da Cidadania | 191.914.870 | 182.598.394,39 | 95,15 |
| 0410 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado | 20.136.647 | 17.392.325,57 | 86,37 |

Tabela 10 - Execução do orçamento por projeto/atividade

| DESCRIÇÃO | AUTORIZADO | EMPENHADO | % EXECUÇÃO |
|--|-------------|----------------|------------|
| ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 212.051.517 | 199.990.719,96 | 94,31 |
| PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania | | | |
| Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. | 191.914.870 | 182.598.394,39 | 95,15 |
| Ação: 2322 – Capacitação de Recursos Humanos | | | |
| Finalidade: Promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis de graduação e serviços de modo a obter melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade. | 500.000 | 471.244,80 | 94,25 |
| Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania | | | |
| Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça | 146.698.953 | 145.677.420,61 | 99,3 |
| Ação: 3037 – Construção da sede própria do Ministério Público | | | |
| Finalidade: Construir, adaptar e aparelhar sede do Ministério Público maranhense. | 11.329.880 | 11.329.478,39 | 100 |
| Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público | | | |
| Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público | 13.684.349 | 9.154.042,98 | 66,89 |
| Ação: 4049 – Manutenção da unidade | | | |
| Finalidade: Prover a unidade recursos destinados à gestão administrativa dos seus programas. | 16.177.975 | 14.052.003,16 | 86,86 |
| Ação: 4426– Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral de Justiça | | | |
| Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição. | 3.523.713 | 1.914.204,45 | 54,32 |

| DESCRIÇÃO | AUTORIZADO | EMPENHADO | % EXECUÇÃO |
|---|------------|---------------|------------|
| PROGRAMA: 0410 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação | 20.136.647 | 17.392.325,57 | 86,37 |
| Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 17.983.944 | 15.523.676,20 | 86,32 |
| Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 2.152.703 | 1.868.649,37 | 86,80 |

Para execução desses programas, o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme abaixo:

Tabela 11 - Destinação e execução do orçamento por grupo de despesa

| DESCRIÇÃO | AUTORIZADO | EMPENHADO (B) | LIQUIDADADO (C) | %B/A | %C/A |
|---|-------------|----------------|-----------------|-------|-------|
| ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 212.051.517 | 199.990.719,96 | 182.474.421,60 | 94,31 | 86,05 |
| 1 - Pessoal e encargos | 166.835.600 | 163.069.746,18 | 163.069.746,18 | 97,74 | 97,74 |
| 3 - Outras despesas correntes | 20.201.688 | 16.437.452,41 | 14.819.334,15 | 81,37 | 73,36 |
| 4 - Investimentos | 25.014.229 | 20.483.521,37 | 4.585.341,27 | 81,89 | 18,33 |



Gráfico 2 - Destinação do orçamento por grupo de despesa

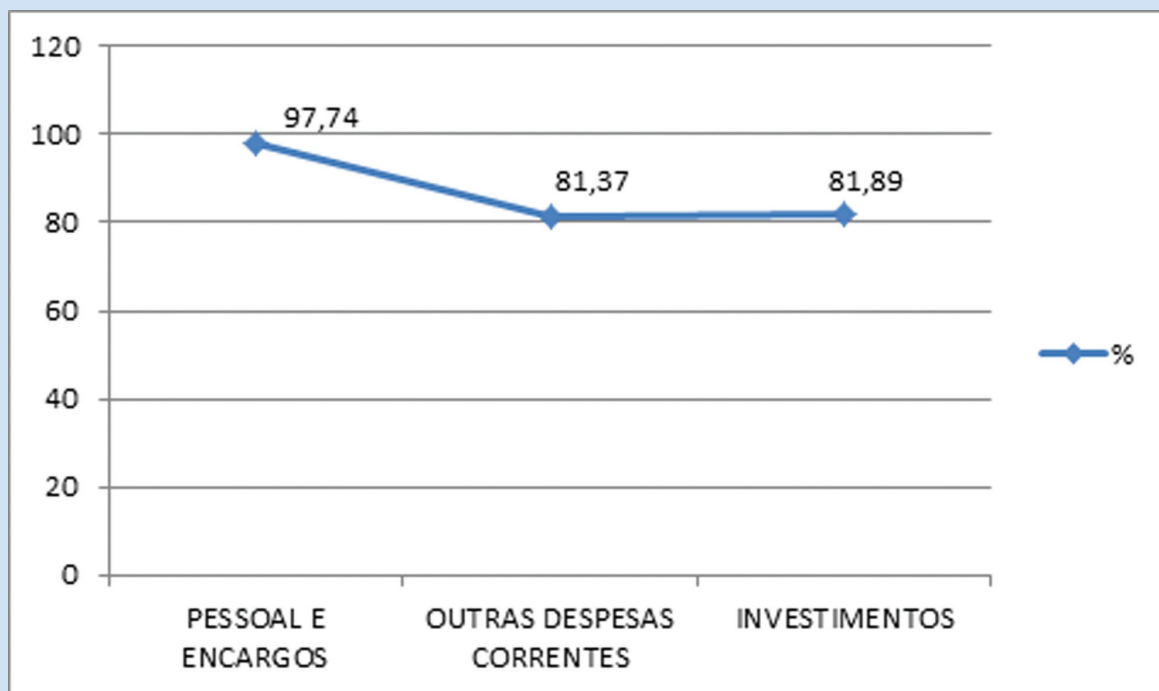


Gráfico 3 - Execução do orçamento por grupo de despesa

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 12 - Execução do orçamento por elemento de despesa

| DESCRIÇÃO | EMPENHADO | LIQUIDADO |
|--|----------------|----------------|
| ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 199.990.719,76 | 182.474.421,60 |
| 07 - Contribuição ao FEPA e ao FUNBEN | 15.523.676,00 | 15.523.676,20 |
| 09 - Salário-família | 3.702,84 | 3.702,84 |
| 11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil | 130.938.624,55 | 130.938.624,55 |
| 13 - Obrigações patronais | 1.868.649,37 | 1.868.649,37 |
| 14 - Diárias - Pessoal civil | 1.079.231,89 | 1.079.231,89 |
| 30 - Material de consumo | 1.790.283,95 | 1.321.856,71 |
| 33 - Passagens e despesas com locomoção | 368.813,58 | 358.813,58 |
| 36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa física | 1.120.359,91 | 1.105.674,91 |
| 37 - Locação de mão-de-obra | 1.073.431,78 | 1.050.558,28 |
| 39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica | 8.014.432,79 | 6.916.590,18 |
| 46 – Auxílio-alimentação | 2.946.180,00 | 2.946.180,00 |
| 51-0101000000 - Obras e instalações | 16.090.744,14 | 3.328.052,30 |
| 52 - Equipamentos e material permanente | 4.392.777,23 | 1.257.288,97 |
| 91 - Sentença judicial | 11.631.216,60 | 11.631.216,60 |
| 92 - Despesas de exercícios anteriores | 330.888,13 | 326.598,22 |
| 93 - Indenizações e restituições | 1.822.746,44 | 1.822.746,44 |
| 94 - Indenizações e restituições trabalhistas | 994.960,56 | 994.960,56 |

A seguir, são demonstrados alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária em 2011.

Tabela 13 – Indicadores de execução orçamentária

| DESCRIÇÃO | % |
|---|-------|
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 94,31 |
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 97,74 |
| Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada | 81,54 |
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 81,37 |
| Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada | 8,22 |
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM IMOBILIZAÇÕES | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 81,89 |
| Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada | 10,24 |

Tabela 14 – Acompanhamento da Execução do Orçamento - PPA 2008–2011 (%)

| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--|-------|-------|-------|-------|
| Órgão 07000 – MP/MA | 99,53 | 95,89 | 92,68 | 94,31 |
| 0337 – Gestão da Cidadania | 97,40 | 95,57 | 92,23 | 95,15 |
| 0410 – Previdência dos Servidores Públicos do Estado | 99,30 | 99,26 | 97,45 | 86,37 |

3.2.1 Da Transparência Fiscal

Através de sua homepage “www.mp.ma.gov.br” o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém, de forma transparente, a execução orçamentária e extra orçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA e o FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.



Figura 1 – Portal da Transparência do MPMA

3.3 Das informações ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (Resolução nº 74/2011, Anexo I)

Tabela 15 – Informações encaminhadas ao CNMP

| ANO 2011 | |
|---|-----------|
| I - GESTÃO DE PESSOAS | RESPOSTAS |
| I - 1 N.º de cargos de MEMBROS DE 1º INSTÂNCIA existentes | 310 |
| I - 1.1 N.º de cargos de MEMBROS DE 1º INSTÂNCIA providos | 278 |
| I - 2 N.º de cargos de MEMBROS DE 2º INSTÂNCIA existentes | 31 |
| I - 2.1 N.º de cargos de MEMBROS DE 2º INSTÂNCIA providos | 31 |
| I - 3 N.º de cargos de MEMBROS DE 3º INSTÂNCIA existentes | 0 |
| I - 3.1 N.º de cargos de MEMBROS DE 3º INSTÂNCIA providos | 0 |
| I - 4 N.º de cargos de Servidores de carreira existentes | 584 |
| I - 5 N.º de cargos de Servidores de carreira providos | 481 |
| I - 6 N.º de Cargos em Comissão existentes | 365 |
| I - 7 N.º de Cargos em Comissão providos | 314 |
| I - 8 N.º de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão | 8 |
| I - 9 N.º de vagas existentes para estagiários (Direito) | 85 |

ANO 2011

| | |
|---|---------------------------|
| I - 10 N.º de vagas existentes para estagiários (outras áreas) | 47 |
| I - 11 N.º de Membros inativos | 88 |
| I - 12 N.º de Servidores inativos | 22 |
| I - 13 Remuneração média de Membros ativos | 20.559,87 |
| I - 14 Remuneração média de Membros inativos | 21.633,10 |
| I - 15 Remuneração média de Servidores ativos | 2.970,17 |
| I - 16 Remuneração média de Servidores inativos | 3.083,93 |
| II – GESTÃO ESTRUTURAL | RESPOSTAS |
| II - 1 Área total ocupada pelo Ministério Público | 25.000 m² |
| II - 2 N.º. de sedes do Ministério Público: | |
| II - 2.1 Locadas | 63 |
| II - 2.2 Cedidas | 16 |
| II - 2.3 Próprias | 38 |
| III – DADOS ORÇAMENTÁRIOS | RESPOSTAS |
| III - 1 Orçamento do Estado | R\$ 9.756.853.225,10 |
| III - 2 Despesa executada pelo Estado | R\$ 9.084.159.972,41 |
| III - 3 Orçamento do Ministério Público - Receitas próprias - Fundos | R\$ 2.225.329,14 |
| III - 4 Orçamento do Ministério Público - Recursos previstos na Lei Orçamentária | R\$ 212.051.517,00 |
| III - 5 Despesa total executada pelo Ministério Público | R\$ 199.994.672,86 |
| III - 6 Despesa de custeio executada pelo Ministério Público | R\$ 179.511.151,49 |
| III - 7 Despesa de custeio - DIÁRIAS executada pelo Ministério Público | R\$ 1.079.231,89 |
| III - 8 Despesa de capital executada pelo Ministério Público | R\$ 20.483.521,37 |
| III - 9 Despesa de capital - Tecnologia da Informação executada pelo Ministério Público | R\$ 2.117.175,00 |
| III - 10 Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público | R\$ 163.069.746,18 |
| III - 11 Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 1º quadrimestre | 1,65% |
| III - 12 Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 2º quadrimestre | 1,59% |
| III - 13 Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 3º quadrimestre | 1,55% |
| IV – GESTÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | RESPOSTAS |
| IV – 1 – Governança de Tecnologia da Informação | |
| IV - 1.1 Possui Plano Estratégico de Tecnologia da Informação | Não = 0 |
| IV - 1.2 Possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação | Não = 0 |
| IV - 1.3 Possui Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação | Sim = 1 (recém-criado) |
| IV - 1.4 Possui Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação | Não = 0 |
| IV - 2 Recursos alocados em Tecnologia da Informação | |
| IV - 2.1 Orçamento alocado em Tecnologia da Informação | R\$ 7.760,00 |
| IV - 2.2 Valor investido em capacitação em Tecnologia da Informação | Não houve investimento =0 |
| IV - 2.3 Equipe de TI | |
| IV - 2.3.1 Suporte a usuários | |
| IV - 2.3.2 Quantidade de servidores efetivos | 4 |
| IV - 2.3.3 Quantidade de terceirizados | 0 |

ANO 2011

| | |
|--|---|
| IV - 2.3.4 Quantidade de comissionados | 1 |
| IV - 2.3.5 Quantidade de cedidos a outros órgãos | 0 |
| IV - 2.4 Suporte à infraestrutura | |
| IV - 2.4.1 Quantidade de servidores efetivos | 2 |
| IV - 2.4.2 Quantidade de terceirizados | 0 |
| IV - 2.4.3 Quantidade de comissionados | 0 |
| IV - 2.4.4 Quantidade de cedidos a outros órgãos | 0 |
| IV - 2.5 Desenvolvimento de sistemas | |
| IV - 2.5.1 Quantidade de servidores efetivos | 7 |
| IV - 2.5.2 Quantidade de terceirizados | 0 |
| IV - 2.5.3 Quantidade de comissionados | 0 |
| IV - 2.5.4 Quantidade de cedidos a outros órgãos | 0 |
| IV - 2.6 Banco de dados | |
| IV - 2.6.1 Quantidade de servidores efetivos | 0 |
| IV - 2.6.2 Quantidade de terceirizados | 0 |
| IV - 2.6.3 Quantidade de comissionados | 0 |
| IV - 2.6.4 Quantidade de cedidos a outros órgãos | 0 |
| IV - 2.7 Segurança | |
| IV - 2.7.1 Quantidade de servidores efetivos | 0 |
| IV - 2.7.2 Quantidade de terceirizados | 0 |
| IV - 2.7.3 Quantidade de comissionados | 0 |
| IV - 2.7.4 Quantidade de cedidos a outros órgãos | 0 |
| IV - 2.8 Qualificação: | |
| IV - 2.8.1 Quantidade de servidores com nível médio | 1 |
| IV - 2.8.2 Quantidade de servidores com nível superior | 14 |
| IV - 2.8.3 Quantidade de servidores com pós-graduação (lato sensu) | 2 |
| IV - 2.8.4 Quantidade de servidores com mestrado | 2 |
| IV - 2.8.5 Quantidade de servidores com doutorado | 0 |
| IV – 3 - Infraestrutura | RESPOSTAS |
| IV - 3.1 Internet: | |
| IV - 3.1.2 Quantidade de sedes com link de velocidade menor que 1MB | 85 terrestres (512Kbps) – em implantação |
| IV - 3.1.3 Quantidade de sedes com link de velocidade entre 1MB e 16MB | 31 – em implantação, sendo: 14 vsat (1 Mbps) + 5 terrestres (1 Mbps) + 11 terrestres (2 Mbps) + 1 terrestre (10 Mbps) |
| IV - 3.1.4 Quantidade de sedes com link de velocidade maior que 16MB | 1 terrestre (100 Mbps) – em implantação |
| IV - 3.1.5 Quantidade de sedes sem acesso à internet | 5 |
| IV - 3.1.6 Quantidade de sedes com acesso compartilhado | 196 |
| IV - 3.2 Parque computacional: | |
| IV - 3.2.1 Microcomputadores | |
| IV - 3.2.1.2 Quantidade de microcomputadores com menos de 4 anos | 1339 |
| IV - 3.2.1.3 Quantidade de microcomputadores com mais de 4 anos | 276 |

ANO 2011

IV - 3.3 Servidores de rede

| | |
|---|----|
| IV - 3.3.1 Quantidade de servidores de rede com menos de 4 anos | 0 |
| IV - 3.3.2 Quantidade de servidores de rede com mais de 4 anos | 21 |

IV - 3.4 Equipamentos portáteis

| | |
|--|-----|
| IV - 3.4.1 Quantidade de portáteis com menos de 4 anos | 369 |
| IV - 3.4.2 Quantidade de portáteis com mais de 4 anos | 225 |
| IV - 3.5 Quantidade de impressoras jato de tinta | 10 |
| IV - 3.6 Quantidade de Impressoras laser | 388 |
| IV - 3.7 Quantidade de multifuncionais | 38 |
| IV - 3.8 Quantidade de ativos de rede | 34 |
| IV - 3.9 Quantidade de scanners | 20 |
| IV - 3.10 Quantidade de unidades de storage | 1 |
| IV - 3.11 Quantidade de certificados digitais distribuídos | 290 |

IV – 4 – Sistemas de Informação

RESPOSTAS

IV - 4.1 Sistemas de Apoio

| | |
|--|---------|
| IV - 4.1.1 Apoio ao funcionamento interno | |
| IV - 4.1.1.1 Sistema de Atendimento ao Usuário | Não = 0 |
| IV - 4.1.1.2 Sistema de Controle de Atividades | Não = 0 |
| IV - 4.1.1.3 Sistema de Controle de Visitas | Sim = 1 |
| IV - 4.1.1.4 Controle de Acesso | Não = 0 |
| IV - 4.1.1.5 Questionário Eletrônico | Não = 0 |
| IV - 4.1.1.6 Controle de Processos Administrativos | Sim = 1 |
| IV - 4.1.1.7 Mala Direta | Sim = 1 |
| IV - 4.1.1.8 Sistema de Controle de Arquivo | Não = 0 |

IV - 4.1.2 Sistemas para Gestão de Pessoas

| | |
|---|---|
| IV - 4.1.2.1 Controle de Pagamento de Pessoal | Sim = 1 |
| IV - 4.1.2.2 Folha de Pagamento | Sim = 1 |
| IV - 4.1.2.3 Contracheque na Intranet | Sim = 1 |
| IV - 4.1.2.4 Controle do auxílio alimentação | Sim = 1 (vinculado à Folha) |
| IV - 4.1.2.5 Ponto Eletrônico | Sim = 1 |
| IV - 4.1.2.6 Controle de Férias | Para servidores, Sim = 1. Para membros, Não = 0. |
| IV - 4.1.2.7 Controle de Frequência | Sim = 1 |

IV - 4.1.3 Evolução Funcional

| | |
|---|--------------------------------------|
| IV - 4.1.3.1 Alocação e Movimentação | Não = 0 |
| IV - 4.1.3.2 Acompanhamento de Carreira, Remoções e Promoções | Sim = 1 (vinculado ao sistema de RH) |
| IV - 4.1.3.3 Avaliação de Desempenho | Não = 0 |
| IV - 4.1.3.4 Cadastro de Atividades Funcionais | Sim = 1 (vinculado ao sistema de RH) |
| IV - 4.1.3.5 Registro de Capacitação | Sim = 1 (vinculado ao sistema de RH) |
| IV - 4.1.3.6 Gestão de Concursos | Sim = 1 |
| IV - 4.1.3.7 Controle dos estagiários | Sim = 1 |

ANO 2011

| | |
|--|---------------------------------------|
| IV - 4.1.3.8 Ficha Conceito e Ficha Conceito Estágio Probatório | Não = 0 |
| IV - 4.1.3.9 Gastos com Passagens Aéreas e Hotéis | Passagens, Sim = 1 Hotéis, Não = 0 |
| IV - 4.1.3.10 Procedimentos relativos a improbidade administrativa | Não = 0 |
| IV - 4.1.3.11 Gestão do Conhecimento | Não = 0 |
| IV - 4.1.4 Sistemas para Gestão de Patrimônio | |
| IV - 4.1.4.1 Ativo imobilizado | Implantação até junho/2012 = 0 |
| IV - 4.1.4.2 Coletor de Dados Patrimoniais | Não = 0 |
| IV - 4.1.4.3 Sistema de Controle de Equipamentos | Em implantação = 0 |
| IV - 4.1.4.4 Gerenciamento de ativos, internet, link e servidores | Sim = 1 (proprietários) |
| IV - 4.1.4.5 Sistema de Almoxarifado e Materiais | Implantação até junho/2012 = 0 |
| IV - 4.1.4.6 Sistema de Controle de Frotas | Sim = 1 |
| IV - 4.1.4.7 Licitações | Sim = 1 |
| IV - 4.1.4.8 Sistema de Controle de Convênios | Sim = 1 |
| IV - 4.1.4.9 Sistema de Controle de Contratos | Sim = 1 |
| IV - 4.1.4.10 Controle de Gastos com Combustíveis e Manutenção de Veículos | Sim = 1 |
| IV - 4.1.5 Sistemas para Gestão Financeira | |
| IV - 4.1.5.1 Orçamento | Sim = 1 |
| IV - 4.1.5.2 Gestão de Custos | Sim = 1 |
| IV - 4.1.5.3 Gestão de Contratos | Sim = 1 |
| IV - 4.1.5.4 Contabilidade | Sim = 1 |
| IV - 4.1.6 Sistemas para Gestão de Acervos | |
| IV - 4.1.6.1 Biblioteca | Sim = 1 |
| IV - 4.1.6.2 GED | Não = 0 |
| IV - 4.1.7 Sistema de Votação Eletrônica | Não = 0 |
| IV - 4.1.8 Sistema para Gestão do Planejamento Estratégico | Não = 0 |
| IV - 4.2 Ferramentas de automação de escritórios | |
| IV - 4.2.1 Editor de textos, planilha eletrônica | Sim = 1 |
| IV - 4.2.2 Correio Eletrônico | Sim = 1 |
| IV - 4.2.3 Mensagem Instantâneas | Sim = 1 |
| IV - 4.2.4 Ferramenta de colaboração | Não = 0 |
| IV - 4.2.5 Agenda integrada e compartilhada | Sim = 1 |
| IV - 4.3 Portal Intranet | Sim = 1 |
| IV - 4.4 Portal Internet | Sim = 1 |
| IV - 4.5 Portal da transparência | Sim = 1 |
| IV - 4.6 Ferramentas de Pesquisa / Indexação | Não = 0 |
| IV - 4.7 Sistemas de BI e Gerenciais | Implantação até junho/2012 = 0 |
| IV - 4.8 Ferramentas para Desenvolvimento de Sistemas | Sim = 1 |
| IV - 4.9 Ouvidoria | Sim = 1 |

Fonte: Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

4 ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.1 Procuradora-Geral de Justiça



Procuradora-geral de Justiça, Fátima Travassos

Tabela 16 - Atuação da Procuradora-Geral de Justiça (Tribunal Pleno)

| MÊS | PROCESSOS RECEBIDOS POR MÊS |
|---------------------|-----------------------------|
| Janeiro | 34 |
| Fevereiro | 26 |
| Março | 51 |
| Abril | 47 |
| Maiο | 116 |
| Junho | 175 |
| Julho | 218 |
| Agosto | 126 |
| Setembro | 69 |
| Outubro | 62 |
| Novembro | 85 |
| Dezembro | 51 |
| TOTAL | 1060 |
| PROCESSOS RECEBIDOS | PROCESSOS DEVOLVIDOS |
| 1060 | 1047 |

Tabela 17 – Movimentação Processual - Recesso Natalino

| PROCESSOS RECEBIDOS | PROCESSOS DEVOLVIDOS |
|---------------------|----------------------|
| 94 | 92 |

4.1.1 Assessoria da Procuradora-Geral de Justiça

Tabela 18 – Atuação da Assessoria da Procuradora-Geral de Justiça

| I – ASSESSORIA CÍVEL E ADMINISTRATIVA | |
|---|-------|
| a) Manifestações em Processos Judiciais | 138 |
| 1. Mandado de Segurança | — |
| 2. Execução de Sentença | — |
| 3. Conflito de Competência | — |
| 4. Exceção de Suspeição ou Impedimento oposta a Desembargador ou ao Procurador-Geral de Justiça | 2 |
| 5. Ação Rescisória | 2 |
| 6. Reclamação ajuizada para preservar a competência do TJ/MA e a garantia de suas decisões | 8 |
| 7. Precatório | 627 |
| 8. Suspensão de Liminar | 3 |
| 9. Sindicância | 21 |
| 10. Recurso Especial | 3 |
| 11. Recurso Extraordinário | 2 |
| 12. Agravo Regimental | 2 |
| 13. Ação Ordinária | 4 |
| 14. Ação Declaratória | 4 |
| 15. Reclamação Cível | 2 |
| 16. Ação Cautelar | 1 |
| 17. Embargos de Declaração | 1 |
| 18. Embargos à Execução | 8 |
| 19. Informações em Mandado de Segurança | 4 |
| Subtotal | 832 |
| b) Manifestações em Processos Administrativos | |
| 1. Matéria Administrativa Interna | 1.372 |
| 2. Licitações e Contratos Administrativos | 408 |
| 3. Conflito de Atribuições suscitado por membro do Ministério Público | 175 |
| 4. Procedimento Administrativo Disciplinar | 15 |
| Subtotal | 1.955 |
| c) Interposições | |
| 1. Recurso Extraordinário | 1 |
| 2. Recurso Especial | 2 |
| 3. Embargos de Declaração | 2 |
| 4. Agravo de Instrumento | 3 |

| | |
|---|-------|
| 5. Agravo Regimental | 5 |
| Subtotal | 13 |
| d) Total de Processos Judiciais | 845 |
| e) Total de Processos Administrativos | 1.955 |
| II – ASSESSORIA CRIMINAL | |
| a) Manifestações em Processos Judiciais | |
| 1. Inquérito | 57 |
| 2. Denúncia | 3 |
| 3. Habeas Corpus | 47 |
| 4. Representação | 6 |
| 5. Recurso Especial | 2 |
| 6. Termo Circunstanciado de Ocorrência | 5 |
| 7. Auto de Prisão em Flagrante | — |
| 8. Incidente de Inconstitucionalidade | — |
| 9. Queixa-crime | 6 |
| 10. Incidente de Uniformização de jurisprudência | 2 |
| Subtotal | 128 |
| b) Manifestações em Processos Administrativos | |
| 1. Notícia-crime | 6 |
| 2. Representação | 318 |
| 3. Peças de Informação | 56 |
| Subtotal | 380 |
| c) Interposições | |
| 1. Recurso Especial | — |
| 2. Recurso Extraordinário | 1 |
| 3. Embargos de Declaração | — |
| 4. Agravo de Instrumento | 4 |
| 5. Agravo Regimental | — |
| 6. Reclamação | — |
| Subtotal | 5 |
| d) Total de Processos Judiciais | 133 |
| e) Total de Processos Administrativos | 380 |
| III – ASSESSORIA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS | |
| a) Proposituras | |
| 1. Ação Direta de Inconstitucionalidade | 5 |
| 2. Agravo Regimental | — |
| 3. Recurso Extraordinário | — |
| Subtotal | 5 |
| b) Manifestações em Processos Judiciais | |
| 1. Ação Direta de Inconstitucionalidade | 21 |
| 2. Reclamação Constitucional | 4 |
| Subtotal | 35 |
| c) Manifestações em Processos Administrativos | |
| 1. Assuntos de natureza inconstitucional | 680 |

| | |
|---|-------|
| 2. Assessoramento na elaboração de atos normativos | 11 |
| 3. Representação ao Procurador-Geral da República sobre inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, em face da CF | 20 |
| Subtotal | 711 |
| d) Total de Processos Judiciais | 40 |
| e) Total de Processos Administrativos | 711 |
| IV – ASSESSORIA DE COMBATE A ATOS ILÍCITOS PRATICADOS POR PESSOA QUE GOZE DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (ACAI) | |
| a) Proposituras | |
| 1. Denúncia | 41 |
| 2. Representação para fins de intervenção do Estado no Município | 5 |
| Subtotal | 46 |
| b) Manifestações em Processos Judiciais | |
| 1. Inquérito | — |
| 2. Representação para fins de intervenção do Estado no Município | 6 |
| 3. Denúncia | 45 |
| 4. Ação Penal | 4 |
| 5. Ação Civil Pública pela prática de ato de improbidade | 2 |
| Subtotal | 57 |
| c) Manifestações em Processos Administrativos | |
| 1. Representação contra pessoa detentora de foro por prerrogativa de função | 1.347 |
| 2. Promoção de Arquivamento | 66 |
| Subtotal | 1.413 |
| d) Total de Processos Judiciais | 100 |
| e) Total de Processos Administrativos | 1.413 |
| V – MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS EM 2011 | |
| OBS: Saldo remanescente do exercício de 2010 | 469 |
| a) Judiciais | |
| 1) recebidos | 1.052 |
| 2) devolvidos ¹ | 1.118 |
| b) Administrativos | |
| 1) recebidos + remanescente(469) | 4.241 |
| 2) devolvidos ² | 4.459 |
| c) Total | |
| 1) recebidos | 5.293 |
| 2) devolvidos | 5.577 |
| Diferença | 284 |
| VI – SALDO DE PROCESSOS NA ASSESSORIA EM 31/12/2011 | |
| a) Judiciais | 20 |
| b) Administrativos | 317 |
| Subtotal | 337 |
| c) Aguardando Diligências | 313 |
| Total | 650 |

¹ Saldo positivo de 66 Processos Judiciais.

² Saldo positivo de 218 Processos Administrativos.

4.1.2 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos



Subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Eduardo Nicolau

Tabela 19 – Atuação da Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

| PROCESSOS (ATRAVÉS DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS) | | QUANTIDADE |
|---|------------|------------|
| Processos administrativos | Recebidos | 141 |
| | Devolvidos | 141 |
| Processos oriundos do Tribunal de Justiça | Recebidos | 504 |
| | Devolvidos | 504 |
| CORRESPONDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS | | QUANTIDADE |
| Ofícios | Recebidos | 335 |
| | Expedidos | 59 |
| Ofícios Circulares | Recebidos | 02 |
| | Expedidos | 01 |
| Memorandos | Recebidos | 15 |
| | Expedidos | 26 |
| Memorandos Circulares | Recebidos | 02 |
| | Expedidos | — |

4.1.3 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos



Subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Regina Leite

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos exerce um papel fundamental junto à Procuradoria Geral de Justiça, auxiliando no desempenho de suas funções administrativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição da Procuradora-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, apreciando os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros da instituição, tomando as providências pertinentes em cada caso, mantendo a Administração Superior informada acerca das decisões tomadas no âmbito desta Subprocuradoria.

Destaque-se, também, a atuação deste Órgão na análise e acompanhamento das concessões de adiantamento disponibilizadas a membros e servidores do Ministério Público para despesas de pronto pagamento, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei Federal nº 4.320/64, que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Além de tais atribuições, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos realiza a coleta e envio de informações ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, no que tange à estrutura administrativa e tecnológica do MPMA, sua execução orçamentária e comprometerimentos quadrimestrais com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que devem ser encaminhados até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano subsequente ao exercício financeiro, em cumprimento à Resolução nº 74/2011, do CNMP.

Convém mencionar, ainda, o acompanhamento das obras de engenharia realizadas pelo Ministério Público, bem como a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares para apuração de fatos e de condutas de servidores do Ministério Público, em conformidade com as determinações da Lei dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão - Lei nº 6.107/94.

Constata-se, destarte, a expressiva atuação desta na implementação de ações diversificadas visando à otimização do serviço oferecido à sociedade, por meio da melhoria da estrutura física e de pessoal do Ministério Público Maranhense, realizando uma política de valorização e de qualificação profissional dos membros e servidores da Instituição, além de estabelecer e manter um relacionamento cada vez mais aproximado entre o Órgão Ministerial e a sociedade maranhense, consolidando a confiabilidade que faz do Ministério Público do Maranhão um verdadeiro ícone na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Assim, ao longo do ano de 2011, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade, inclusive com a emissão de portarias e outros atos administrativos indispensáveis ao desempenho de tais atividades, conforme se apresenta abaixo:

Tabela 20 – Atuação da Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos

| ATIVIDADES | 2011 |
|--|------|
| Ofícios expedidos | 245 |
| Memorandos expedidos | 37 |
| Fluxo de processos administrativos | 1725 |
| Portarias assinadas | 1298 |
| Concessões de adiantamento | 307 |
| Sindicâncias e Processos administrativos disciplinares | 25 |

4.2 Colégio de Procuradores de Justiça



Reunião do Colégio de Procuradores de Justiça

Tabela 21 – Atuação do Colégio de Procuradores de Justiça

| DISCRIMINAÇÃO - Período: 20/01/2011 – 20/12/2011 | | QUANTIDADE |
|--|-----------------------|------------|
| Sessões realizadas | | 24 |
| Resoluções aprovadas | | 17 |
| Processos | Conhecidos e julgados | 41 |
| | Tramitando | 15 |
| Sindicância | Recurso (julgado) | — |
| | Recursos (tramitando) | 2 |
| Processo administrativo disciplinar (recurso) | | 1 |

4.3 Conselho Superior do Ministério Público



Sessão do Conselho Superior do Ministério Público

Tabela 22 – Atuação do Conselho Superior do Ministério Público

| DISCRIMINAÇÃO | | QUANTIDADE |
|---|-------------------------|------------|
| Sessões realizadas | | 22 |
| Promoções | Entrância intermediária | 02 |
| Remoções | Pedido | 05 |
| | Permuta | 03 |
| Editais | | 51 |
| Resoluções | | 01 |
| OUTROS PROCESSOS ENCAMINHADOS E APRECIADOS (Período: 02/01/2011 - 31/12/2011) | | |
| Ações Cíveis Públicas (cópias) | | 153 |
| Inquéritos Cíveis (Instauração) | | 87 |
| Termos de Ajustamento de Conduta | | 53 |
| Procedimentos Administrativos (Instauração) | | 297 |
| PROCESSOS DISTRIBUÍDOS (PERÍODO: 02/01/2011 - 31/12/2011) | | |
| Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro | | 116 |
| Selene Coelho de Lacerda | | 109 |
| Flávia Tereza de Viveiros Vieira | | 77 |
| Rita de Cassia Maia Baptista Moreira | | 96 |
| Suvamy Vivekananda Meireles | | 114 |
| José Argolo Ferrão Coelho | | 116 |
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | | 78 |
| Total | | 706 |
| PROCESSOS HOMOLOGADOS (Período: 02/01/2011 - 31/12/2011) | | |
| Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro | | 98 |
| Selene Coelho de Lacerda | | 104 |
| Flávia Tereza de Viveiros Vieira | | 77 |
| Rita de Cassia Maia Baptista Moreira | | 88 |
| Suvamy Vivekananda Meireles | | 80 |
| José Argolo Ferrão Coelho | | 116 |
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | | 78 |
| Total | | 408 |
| PROCESSOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA (Período: 02/01/2011 - 31/12/2011) | | |
| Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro | | 18 |
| Selene Coelho de Lacerda | | 05 |
| Flávia Tereza de Viveiros Vieira | | — |
| Rita de Cassia Maia Baptista Moreira | | 08 |
| Suvamy Vivekananda Meireles | | 06 |
| José Argolo Ferrão Coelho | | — |
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | | — |
| Total | | 29 |
| PROCESSOS PENDENTES DE HOMOLOGAÇÃO (Período: 02/01/2011 - 31/12/2011) | | |
| Suvamy Vivekananda Meireles | | 28 |

4.4 Corregedoria Geral do Ministério Público



Corregedora-geral, Selene Coelho, promotora Patrícia Espínola e os promotores corregedores Carlos Augusto Oliveira e Francisco de Aquino

Tabela 23 – Atuação da Corregedoria Geral do Ministério Público

| ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS NA CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM 2011 | | |
|---|---|-------|
| SETORES | ATIVIDADES | TOTAL |
| Corregedoria e Subcorregedoria | Correções e Visitas de Inspeção de 1ª instância | 101 |
| Corregedoria e Subcorregedoria | Correções de 2ª instância | 05 |
| Assessoria | Audiências | 20 |
| Assessoria | Notificações | 35 |
| Assessoria | Pareceres da Assessoria | 970 |
| Assessoria | Processos de Investigação Preliminar | 23 |
| Assessoria | Processos Administrativos Disciplinares | 04 |
| Assessoria | Sindicâncias | 08 |
| Assessoria | Estágio Probatório | 59 |
| Assessoria | Atos de Recomendações | 02 |
| Assessoria | Provimentos | 01 |
| Gabinete | Comunicação Interna | 74 |
| Gabinete | Ofícios Recebidos | 2854 |
| Gabinete | Ofícios Expedidos | 820 |
| Gabinete | Ofícios Circulares | 07 |

**ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS NA
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM 2011**

| SETORES | ATIVIDADES | TOTAL |
|-------------|---------------------------------------|-------|
| Gabinete | Memorandos | 290 |
| Gabinete | Processos Administrativos Despachados | 3243 |
| Gabinete | Atendimento Via Telefone (média) | 10300 |
| Estatística | Mapas de Produtividade | 4955 |
| Estatística | Relatório de Promoção e Remoção | 479 |

4.5 Procuradores de Justiça



Procuradores de Justiça do MPMA



Coordenadoria de Processos e servidores

A Coordenadoria de Processos, diretamente subordinada à Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, tem como atividade principal o cadastro e a distribuição dos processos oriundos do Tribunal de Justiça Estadual, afetos às Procuradorias de Justiça Cíveis, Criminais e do Tribunal Pleno.

Registra-se que, a partir de agosto de 2011, os processos judiciais que anteriormente ingressavam pela Seção de Protocolo, passaram a ser recebidos diretamente nesta coordenadoria, conforme disposto no Ato Regulamentar nº 11/2011-GPGJ.

Tabela 24 – Da atuação processual das Procuradorias Criminais

| 1ª PROCURADORIA CRIMINAL | | |
|--|-----------------|-----------------|
| PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA | Proc. Recebidos | Proc.Devolvidos |
| Maria dos Remédios Serra | 302 | 302 |
| Eduardo Jorge Nicolau (**) | 313 | 309 |
| Suvamy Vivekananda Meireles (*) | 563 | 559 |
| Selene Coelho de Lacerda** | — | — |
| Total | 1178 | 1170 |
| 2ª PROCURADORIA CRIMINAL | | |
| PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA | Proc. Recebidos | Proc.Devolvidos |
| Regina Lúcia Rocha (*) | 198 | 198 |
| Lígia Maria Cavalcanti (*) | 268 | 302 |
| Krishnamurti M. França (*) | 355 | 334 |
| Regina da Costa Leite (**) | 336 | 320 |
| Total | 1157 | 1154 |
| 3ª PROCURADORIA CRIMINAL | | |
| PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA | Proc. Recebidos | Proc.Devolvidos |
| José Argolo Ferrão Coelho* | 613 | 605 |
| Flávia Teresa de V. Vieira(*) | 405 | 405 |
| Rita de Cassia M. B. Moreira* | 219 | 219 |
| Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro(**) | — | — |
| Total | 1237 | 1229 |
| Total geral | 3572 | 3553 |

Tabela 25 – Da atuação das Procuradorias Criminais por tipo de processo

| 1ª PROCURADORIA CRIMINAL | | | | | |
|----------------------------------|---------------|-------------------|----------------------------|------------------|--------|
| PROCESSOS CRIMINAIS | HABEAS CORPUS | APELAÇÃO CRIMINAL | RECURSO EM SENTIDO ESTRITO | RECURSO CRIMINAL | OUTROS |
| Maria dos Remédios F. Serra | 112 | 145 | 12 | — | 33 |
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 116 | 140 | 22 | — | 35 |
| Suvamy Vivekananda Meireles | 211 | 225 | 38 | — | 89 |
| Selene Coelho de Lacerda | — | — | — | — | — |
| 2ª PROCURADORIA CRIMINAL | | | | | |
| Regina Lúcia de Almeida Rocha | 76 | 49 | 4 | 1 | 68 |
| Lígia Maria da Silva Cavalcanti | 113 | 111 | 19 | — | 25 |
| Krishnamurti Lopes Mendes França | 128 | 164 | 24 | — | 39 |
| Regina Maria da Costa Leite | 132 | 133 | 24 | 3 | 44 |

* Responderam por mais de uma Procuradoria.

** Exercendo os cargos de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Corregedora-Geral do Ministério Público, Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Procuradora-Geral de Justiça.

| 3ª PROCURADORIA CRIMINAL | | | | | |
|----------------------------------|-----|-----|----|---|----|
| José Argolo Ferrão Coelho | 261 | 235 | 43 | 1 | 73 |
| Flávia Teresa de Viveiros Vieira | 171 | 135 | 28 | 2 | 69 |
| Rita de Cassia Maia B. Moreira | 100 | 86 | 14 | 1 | 18 |
| Maria de Fátima R. T. Cordeiro | — | — | — | — | — |

Tabela 26 – Da atuação processual das Procuradorias Cíveis

| 1ª PROCURADORIA CÍVEL | | |
|--|-----------------|-----------------|
| PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA | Proc. Recebidos | Proc.Devolvidos |
| José Antonio Oliveira Bents | 437 | 407 |
| Domingas de Jesus Fróz Gomes (*) | 736 | 773 |
| Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim (*) | 516 | 503 |
| Marco Antônio Anchieta Guerreiro | 286 | 247 |
| Sâmara Ascar Sauáia | 342 | 342 |
| Total | 2317 | 2272 |
| 2ª PROCURADORIA CÍVEL | | |
| PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA | Proc. Recebidos | Proc.Devolvidos |
| Raimundo Nonato de Carvalho Filho (*) | 626 | 626 |
| Carlos Nina Everton Cutrim (*) | 647 | 629 |
| Clodenilza Ribeiro Ferreira (*) | 373 | 373 |
| Maria Luíza Ribeiro Martins Cutrim | 440 | 434 |
| Joaquim Henrique Lobato (*) | 612 | 629 |
| Total | 2698 | 2691 |
| 3ª PROCURADORIA CÍVEL | | |
| PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA | Proc. Recebidos | Proc.Devolvidos |
| Iracly Martins Figueiredo Aguiar (**) | 70 | 70 |
| Ana Lídia de Melo e Silva Moraes | 383 | 373 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho(*) | 922 | 933 |
| Mariléa Campos Santos Costa (*) | 579 | 579 |
| Total | 1954 | 1955 |
| 4ª PROCURADORIA CÍVEL | | |
| PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA | Proc. Recebidos | Proc.Devolvidos |
| José Henrique Marques Moreira (*) | 340 | 362 |
| Francisco das Chagas Barros de Sousa (*) | 842 | 848 |
| César Queiroz Ribeiro (*) | 1090 | 1082 |
| Paulo Roberto Saldanha Ribeiro (*) | 473 | 533 |
| Teodoro Peres Neto (*) | 633 | 640 |
| Total | 3378 | 3465 |
| Total geral | 10347 | 10383 |

** Exercendo o cargo de Subcorregedora-Geral do Ministério Público e Ouvidora-Geral

* Responderam por mais de uma Procuradoria

Tabela 27 – Da atuação das Procuradorias Cíveis por tipo de processo

| 1ª PROCURADORIA CÍVEL | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------|-----------|---------|
| PROCESSOS CÍVEIS | MANDADO DE SEGU-RANÇA | AGRAVO DE INSTRU-MENTO | APE-LAÇÃO CÍVEL | RE-MES-SA | OU-TROS |
| José Antonio Oliveira Bents | 12 | 85 | 283 | 44 | 13 |
| Domingas de Jesus Fróz Gomes | 13 | 83 | 300 | 35 | 305 |
| Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim | 18 | 80 | 270 | 39 | 109 |
| Marco Antonio Anchieta Guerreiro | 9 | 47 | 198 | 27 | 5 |
| Sâmara Ascar Sauáia | 10 | 64 | 225 | 36 | 07 |
| 2ª PROCURADORIA CÍVEL | | | | | |
| Raimundo Nonato de Carvalho Filho | 17 | 123 | 390 | 64 | 32 |
| Carlos Nina Everton Cutrim | 20 | 124 | 431 | 54 | 18 |
| Clodenilza Ribeiro Ferreira | 10 | 65 | 253 | 34 | 11 |
| Maria Lúiza Ribeiro Martins Cutrim | 13 | 77 | 310 | 30 | 10 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 14 | 103 | 355 | 59 | 81 |
| 3ª PROCURADORIA CÍVEL | | | | | |
| Iracly Martins Figueiredo | 1 | 6 | 54 | 5 | 4 |
| Ana Lúcia de Melo Moraes | 8 | 53 | 273 | 41 | 8 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 22 | 134 | 657 | 80 | 29 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 14 | 83 | 386 | 50 | 46 |
| 4ª PROCURADORIA CÍVEL | | | | | |
| José Henrique Marques Moreira | 7 | 53 | 225 | 43 | 12 |
| Francisco das Chagas Barros de Sousa | 24 | 113 | 593 | 68 | 44 |
| César Queiroz Ribeiro | 32 | 199 | 736 | 98 | 25 |
| Paulo Roberto Saldanha Ribeiro | 16 | 74 | 333 | 36 | 14 |
| Teodoro Peres Neto | 19 | 115 | 428 | 48 | 23 |

Tabela 28 – Movimentação precessual geral

| PROCURADORIAS CÍVEIS, PROCURADORIAS CRIMINAIS, RECESSO NATALINO E DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA | | |
|--|------------|-------|
| RECEBIDOS | DEVOLVIDOS | SALDO |
| 15073 | 16122 | 1049 |

4.6 Promotores de Justiça

Nas tabelas abaixo está demonstrado o quantitativo das ações penais e cíveis das Promotorias de Justiça informadas mensalmente ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Tabela 29 - Matéria penal

| INQUÉRITOS POLICIAIS, TERMOS CIRCUNSTANCIADO E NOTÍCIAS CRIMINAIS | |
|--|------|
| RECEBIDOS/INSTAURADOS | |
| Contra a vida | 2095 |
| Administração pública | 77 |
| Ordem Tributária | 142 |
| Ordem Econômica | 11 |
| Tortura | 22 |
| Meio ambiente | 723 |
| Consumidor | 60 |
| Criança e Adolescente | 219 |
| Lei Maria da Penha | 1493 |
| Entorpecentes | 1700 |
| Código de trânsito | 896 |
| Militares | 77 |
| Estupro | 693 |
| Estelionato | 545 |
| Furto | 1884 |
| Roubo | 1773 |
| Lesão corporal | 1147 |
| Porte de Armas | 1077 |
| Outros crimes | 6125 |
| DESPACHADOS/DEVOLVIDOS | |
| Contra a vida | 2035 |
| Administração pública | 71 |
| Ordem Tributária | 135 |
| Ordem Econômica | 10 |
| Tortura | 18 |
| Meio ambiente | 661 |
| Consumidor | 40 |
| Criança e Adolescente | 221 |
| Lei Maria da Penha | 1425 |
| Entorpecentes | 1631 |
| Código de trânsito | 849 |
| Militares | 72 |
| Estupro | 656 |
| Estelionato | 556 |

| | |
|-------------------------------------|------|
| Furto | 1749 |
| Roubo | 1736 |
| Lesão corporal | 1070 |
| Porte de Armas | 1019 |
| Outros crimes | 5540 |
| TRANSAÇÕES PENAIS EFETIVADAS | |
| Contra a vida | 12 |
| Administração pública | 2 |
| Ordem Tributária | 1 |
| Tortura | 0 |
| Meio ambiente | 17 |
| Consumidor | 2 |
| Criança e Adolescente | 4 |
| Lei Maria da Penha | 5 |
| Entorpecentes | 29 |
| Código de trânsito | 49 |
| Militares | 1 |
| Estupro | 8 |
| Estelionato | 10 |
| Furto | 41 |
| Roubo | 31 |
| Lesão corporal | 69 |
| Porte de Armas | 27 |
| Outros crimes | 175 |
| DENÚNCIAS OFERECIDAS | |
| Contra a vida | 996 |
| Administração pública | 40 |
| Ordem Tributária | 16 |
| Ordem Econômica | 1 |
| Tortura | 8 |
| Meio ambiente | 124 |
| Consumidor | 20 |
| Criança e Adolescente | 71 |
| Lei Maria da Penha | 843 |
| Entorpecentes | 1145 |
| Código de trânsito | 390 |
| Militares | 12 |
| Estupro | 373 |
| Estelionato | 229 |
| Furto | 1156 |
| Roubo | 1236 |
| Lesão corporal | 568 |
| Porte de Armas | 731 |
| Outros crimes | 1240 |

| BAIXADOS PARA DILIGÊNCIAS | |
|--------------------------------|------|
| Contra a vida | 870 |
| Administração pública | 18 |
| Ordem Tributária | 34 |
| Ordem Econômica | 1 |
| Tortura | 6 |
| Meio ambiente | 3 |
| Consumidor | 3 |
| Criança e Adolescente | 39 |
| Lei Maria da Penha | 437 |
| Entorpecentes | 199 |
| Código de trânsito | 267 |
| Militares | 53 |
| Estupro | 210 |
| Estelionato | 212 |
| Furto | 466 |
| Roubo | 386 |
| Lesão corporal | 323 |
| Porte de Armas | 274 |
| Outros crimes | 1298 |
| EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE | |
| Por prescrição | 339 |
| Por decadência | 105 |
| Por outras causas | 353 |
| PROCESSOS CRIMINAIS NO 1º GRAU | |
| RECEBIDOS | |
| Contra a vida | 2564 |
| Administração pública | 104 |
| Ordem Tributária | 112 |
| Tortura | 30 |
| Meio ambiente | 148 |
| Consumidor | 43 |
| Criança e Adolescente | 164 |
| Lei Maria da Penha | 957 |
| Entorpecentes | 3663 |
| Código de trânsito | 531 |
| Militares | 132 |
| Estupro | 770 |
| Estelionato | 381 |
| Furto | 2210 |
| Roubo | 3200 |
| Lesão corporal | 954 |
| Porte de Armas | 1207 |
| Outros crimes | 4710 |

| DESPACHADOS | |
|-------------------------------------|------|
| Contra a vida | 2480 |
| Administração pública | 83 |
| Ordem Tributária | 99 |
| Tortura | 27 |
| Meio ambiente | 137 |
| Consumidor | 55 |
| Criança e Adolescente | 147 |
| Lei Maria da Penha | 944 |
| Entorpecentes | 3597 |
| Código de trânsito | 495 |
| Militares | 121 |
| Estupro | 717 |
| Estelionato | 359 |
| Furto | 2135 |
| Roubo | 3026 |
| Lesão corporal | 890 |
| Porte de Armas | 1169 |
| Outros crimes | 4605 |
| SUSPENSÕES CONDICIONAIS DO PROCESSO | |
| Contra a vida | 32 |
| Administração pública | 2 |
| Ordem Tributária | 0 |
| Tortura | 0 |
| Meio ambiente | 3 |
| Consumidor | 1 |
| Criança e Adolescente | 3 |
| Lei Maria da Penha | 24 |
| Entorpecentes | 13 |
| Código de trânsito | 20 |
| Militares | 0 |
| Estupro | 2 |
| Estelionato | 17 |
| Furto | 54 |
| Roubo | 28 |
| Lesão corporal | 21 |
| Porte de Armas | 23 |
| Outros crimes | 121 |
| ALEGAÇÕES FINAIS | |
| Contra a vida | 650 |
| Administração pública | 18 |
| Ordem Tributária | 0 |
| Tortura | 15 |
| Meio ambiente | 30 |

| | |
|--|------|
| Consumidor | 2 |
| Criança e Adolescente | 43 |
| Lei Maria da Penha | 279 |
| Entorpecentes | 682 |
| Código de trânsito | 143 |
| Militares | 4 |
| Estupro | 252 |
| Estelionato | 110 |
| Furto | 684 |
| Roubo | 932 |
| Lesão corporal | 226 |
| Porte de Armas | 435 |
| Outros crimes | 865 |
| EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE | |
| Pela prescrição | 603 |
| Pela decadência | 60 |
| Por outras causas | 1033 |
| PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL | |
| Instaurados | 152 |
| Concluídos | 241 |
| Andamento | 2031 |
| JULGAMENTOS DE 1º GRAU - CONDENAÇÃO CONFORME PEDIDO | |
| Contra a vida | 110 |
| Administração pública | 4 |
| Ordem Tributária | 4 |
| Ordem Econômica | 0 |
| Tortura | 1 |
| Meio ambiente | 2 |
| Consumidor | 0 |
| Criança e Adolescente | 1 |
| Lei Maria da Penha | 2 |
| Entorpecentes | 147 |
| Código de trânsito | 15 |
| Militares | 0 |
| Estupro | 20 |
| Estelionato | 41 |
| Furto | 184 |
| Roubo | 370 |
| Lesão corporal | 28 |
| Porte de Armas | 86 |
| Outros crimes | 145 |
| CONDENAÇÃO EM ATENDIMENTO PARCIAL AO PEDIDO | |
| Contra a vida | 45 |
| Administração pública | 1 |

| | |
|---------------------------------------|----|
| Ordem Tributária | 1 |
| Ordem Econômica | 0 |
| Tortura | 1 |
| Meio ambiente | 2 |
| Consumidor | 0 |
| Criança e Adolescente | 0 |
| Lei Maria da Penha | 5 |
| Entorpecentes | 23 |
| Código de trânsito | 5 |
| Militares | 0 |
| Estupro | 1 |
| Estelionato | 12 |
| Furto | 13 |
| Roubo | 32 |
| Lesão corporal | 7 |
| Porte de Armas | 8 |
| Outros crimes | 10 |
| ABSOLVIÇÃO CONTRÁRIA AO PEDIDO | |
| Contra a vida | 60 |
| Administração pública | 3 |
| Ordem Tributária | 0 |
| Ordem Econômica | 0 |
| Tortura | 0 |
| Meio ambiente | 3 |
| Consumidor | 1 |
| Criança e Adolescente | 1 |
| Lei Maria da Penha | 6 |
| Entorpecentes | 27 |
| Código de trânsito | 9 |
| Militares | 0 |
| Estupro | 10 |
| Estelionato | 4 |
| Furto | 40 |
| Roubo | 45 |
| Lesão corporal | 8 |
| Porte de Armas | 31 |
| Outros crimes | 45 |
| ABSOLVIÇÃO DE ACORDO AO PEDIDO | |
| Contra a vida | 18 |
| Administração pública | 2 |
| Ordem Tributária | 1 |
| Ordem Econômica | 0 |
| Tortura | 0 |
| Meio ambiente | 2 |

| | |
|---|-------|
| Consumidor | 1 |
| Criança e Adolescente | 1 |
| Lei Maria da Penha | 5 |
| Entorpecentes | 19 |
| Código de trânsito | 10 |
| Militares | 1 |
| Estupro | 2 |
| Estelionato | 6 |
| Furto | 25 |
| Roubo | 24 |
| Lesão corporal | 9 |
| Porte de Armas | 7 |
| Outros crimes | 33 |
| TRIBUNAL DE JÚRI | |
| Absoluções requeridas pelo Ministério Público | 112 |
| Absoluções Não requeridas pelo Ministério Público | 90 |
| Condenações | 238 |
| Contra razões do Ministério Público | 73 |
| Sessões | 371 |
| Recursos do Ministério Público | 97 |
| Outras Manifestações | 1491 |
| EXECUÇÃO PENAL | |
| Autorização de saída | 1219 |
| Extinção de pena | 1477 |
| Incidentes da execução | 428 |
| Livramento condicional | 1429 |
| Penas alternativas | 90 |
| Recursos do Ministério Público | 159 |
| Progressão de regime de cumprimento de pena | 1823 |
| Remissão | 1279 |
| Sursis | 33 |
| Outras Manifestações | 35 |
| PARECERES E REQUERIMENTOS | |
| Habeas-corpus | 52 |
| Liberdade provisória | 3109 |
| Relaxamento de prisão em flagrante | 1585 |
| Prisão preventiva | 1942 |
| Prisão temporária | 291 |
| Outras manifestações | 11819 |
| CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL | |
| Visitas em estabelecimentos prisionais, delegacias e Outros crimes. | 922 |
| Procedimentos investigativos instaurados | 366 |
| Procedimentos investigativos concluídos | 241 |

| | |
|---|------|
| Procedimentos investigativos em andamento | 203 |
| Recomendações expedidas | 92 |
| Denúncias oferecidas | 289 |
| Ações penais julgadas procedentes | 26 |
| Ações penais julgadas improcedentes | 11 |
| Requerimento de instauração de inquéritos policiais | 1021 |
| IMPROGIDADE DE AUTORIDADES POLICIAIS | |
| Representações recebidas | 396 |
| Inquéritos civis instaurados | 41 |
| Ações civis pública | 40 |
| Pedidos procedentes | 12 |
| Pedidos improcedentes | 151 |
| Perda do cargo | 171 |

Tabela 30 - Matéria cível

| INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS | |
|---|------|
| INSTAURADOS | |
| Improbidade administrativa e Patrimônio Público | 2485 |
| Meio ambiente | 210 |
| Saúde | 115 |
| Consumidor | 171 |
| Educação | 39 |
| Portadores de Necessidades Especiais | 95 |
| Idoso | 3 |
| Outros | 890 |
| ARQUIVADOS SEM AJUSTAMENTO DE CONDUTA | |
| Improbidade administrativa e Patrimônio Público | 154 |
| Meio ambiente | 25 |
| Saúde | 30 |
| Consumidor | 11 |
| Educação | 2 |
| Portadores de Necessidades Especiais | 1 |
| Idoso | 0 |
| Outros | 62 |
| ARQUIVADOS COM AJUSTAMENTO DE CONDUTA | |
| Improbidade administrativa e Patrimônio Público | 22 |
| Meio ambiente | 4 |
| Saúde | 5 |
| Consumidor | 3 |
| Educação | 3 |
| Portadores de Necessidades Especiais | 7 |
| Idoso | 4 |
| Outros | 202 |

| PROCESSOS CÍVEIS NO 1º GRAU | |
|---|-------|
| RECEBIDOS | |
| Improbidade administrativa e Patrimônio Público | 1345 |
| Meio ambiente | 64 |
| Saúde | 299 |
| Consumidor | 78 |
| Educação | 5 |
| Portadores de Necessidades Especiais | 99 |
| Idoso | 5 |
| Outros | 25667 |
| DESPACHADOS COM PRAZO VENCIDO | |
| Improbidade administrativa e Patrimônio Público | 41 |
| Meio ambiente | 1 |
| Saúde | 87 |
| Consumidor | 5 |
| Educação | 0 |
| Portadores de Necessidades Especiais | 0 |
| Idoso | 0 |
| Outros | 713 |
| DESPACHADOS SEM PRAZO VENCIDO | |
| Improbidade administrativa e Patrimônio Público | 1161 |
| Meio ambiente | 79 |
| Saúde | 387 |
| Consumidor | 66 |
| Educação | 5 |
| Portadores de Necessidades Especiais | 99 |
| Idoso | 5 |
| Outros | 23189 |
| JULGAMENTOS DE 1º GRAU | |
| PROCEDENTES | |
| Improbidade administrativa e patrimônio Público | 47 |
| Meio ambiente | 2 |
| Saúde | 17 |
| Consumidor | 39 |
| Portadores de Necessidades Especiais | 19 |
| IMPROCEDENTES | |
| Improbidade administrativa | 18 |
| Meio ambiente | 2 |
| Saúde | 5 |
| Consumidor | 9 |
| Portadores de Necessidades Especiais | 4 |

Tabela 31 - Atuações especializadas

| MATÉRIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE | |
|---|------|
| ATOS INFRACIONAIS | |
| Boletins de ocorrência outras notícias recebidas | 1370 |
| Boletins arquivados sem concessão de remissão | 170 |
| Representações de atos oferecidas | 944 |
| Saldo sem prazo vencido | 117 |
| Saldo com prazo vencido | 151 |
| Visitas e inspeções a unidade de internação | 20 |
| REMISSÕES E MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVA APLICADA | |
| Sem Medida Sócioeducativa | 102 |
| Com Medida Sócioeducativa | 250 |
| Advertência | 261 |
| Reparação de dano | 152 |
| Prestação de serviço á comunidade | 255 |
| Liberdade assistida | 73 |
| Homologadas | 355 |
| Não homologadas | 15 |
| PROCESSOS DA ÁREA INFRACIONAL | |
| Processos recebidos | 1830 |
| Processos despachados | 1855 |
| Julgados com representações precedentes | 130 |
| Julgados com representação parcial procedentes | 5 |
| Julgados com representações improcedentes | 2 |
| Pareceres e requerimento | 1588 |
| Audiências Judiciais | 1926 |
| Audiências Extraordinárias | 1151 |
| Atendimento ao Público | 3969 |
| AÇÕES CIVIS PÚBLICAS | |
| Improbidade administrativa | 480 |
| Meio ambiente | 32 |
| Saúde | 223 |
| Consumidor | 32 |
| Patrimônio Público | 865 |
| Infância e Juventude | 76 |
| Direitos do cidadão | 240 |
| Educação | 21 |
| Idoso | 12 |
| Portadores de deficiência | 12 |
| Ordem Tributária | 2 |
| Outros crimes | 105 |
| TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA | |
| Improbidade administrativa | 24 |
| Meio ambiente | 6 |

| | |
|---------------------------|----|
| Saúde | 10 |
| Consumidor | 11 |
| Patrimônio Público | 30 |
| Infância e Juventude | 5 |
| Direitos do cidadão | 29 |
| Educação | 4 |
| Idoso | 5 |
| Portadores de deficiência | 10 |

4.6.1 Distribuição das Promotorias de Justiça

O mapa político do Estado do Maranhão engloba 217 municípios, organizados judicialmente em entrâncias inicial, intermediária e final, totalizando 110 Comarcas. Nesta distribuição, o Ministério Público Estadual dispõe de 290 Promotorias de Justiça com atuação de 278 promotores de Justiça.

Tabela 32 - Distribuição das Promotorias de Justiça por Entrância

| ENTRÂNCIA | Nº DE COMARCAS | Nº DE PROMOTORIAS | Nº DE PROMOTORES |
|---------------|----------------|-------------------|------------------|
| Final | 01 | 96 | 84 |
| Intermediária | 33 | 118 | 102 |
| Inicial | 76 | 76 | 92 |
| Total | 110 | 290 | 278 |

Quadro 1 - Distribuição das Promotorias de Justiça de Entrância Final

| ENTRÂNCIA FINAL – SÃO LUÍS | |
|-----------------------------------|---|
| PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS: 30 | |
| 1ª Cível | 1ª e 9ª Varas Cíveis/1º Juizado Esp. Cível/1ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 1ª Zona. |
| 2ª Cível | 2ª e 10ª Varas Cíveis/2º Juizado Esp. Cível/2ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 2ª Zona. |
| 3ª Cível | 3ª e 11ª Varas Cíveis/3º Juizado Esp. Cível/3ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 3ª Zona. |
| 4ª Cível | 4ª e 12ª Varas Cíveis/4º Juizado Esp. Cível/4ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 4ª Zona. |
| 5ª Cível | 5ª e 13ª Varas Cíveis/5º Juizado Esp. Cível/5ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 5ª Zona. |
| 6ª Cível | 6ª e 14ª Varas Cíveis/56º Juizado Esp. Cível/6ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 6ª Zona/Juizado Esp. de Trânsito |
| 7ª Cível | 7ª e 15ª Varas Cíveis/7ª e 9ª Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo |
| 8ª Cível | 8ª Vara Cível/8ª e 10ª Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo |
| 9ª Cível | 1ª e 6ª Varas Faz. Pública/11º Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo |
| 10ª Cível | 2ª e 7ª Varas Faz. Pública/12º Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo |
| 11ª Cível | 3ª e 8ª Varas Faz. Pública/13º Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo |
| 12ª Cível | 4ª Vara Fazenda Pública /14º Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo |
| 13ª Cível | 5ª Vara Fazenda Pública /15º Juizado Especial da Fazenda Pública |

| | |
|--|--|
| 14ª Cível | 1ª Vara Interdição e Sucessão e Alvará |
| 15ª Cível | 12ª Vara Interdição e Sucessão e Alvará |
| 16ª a 30ª Cível | 15 Varas da Família |
| PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS: 33 | |
| 1ª a 18ª Criminais | 18ª Varas Criminais |
| 19ª e 22ª Criminais | 1º ao 4º Juizados Esp. Criminais e da 1ª a 4ª Turma Recursal |
| 23ª Criminal | Central de Inquéritos |
| 24ª e 25ª Criminais | 1ª e 2ª Vara de Entorpecentes |
| 26ª a 29ª Criminal | Tribunal do Júri |
| 30ª 32ª Criminal | Execução Penal |
| 33ª Criminais | 2ª Varas de Execuções Criminais |
| PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS: 33 | |
| 1ª Especializada | Fundações de Interesse Social |
| 2ª Especializada | Registro Público |
| 3ª Especializada | Defesa da Educação |
| 4ª Especializada | Justiça Militar |
| 5ª e 6ª Especializadas | Meio Ambiente |
| 7ª e 8ª Especializadas | Defesa do Consumidor |
| 9ª Especializada | Defesa da Cidadania |
| 10ª Especializada | Itinerante |
| 11ª Especializada | Direito do Idoso |
| 12ª Especializada | Defesa dos Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais |
| 13ª e 14ª Especializadas | Defesa da Saúde |
| 15ª e 16ª Especializadas | Defesa da Mulher |
| 17ª a 19ª Especializadas | Controle Externo da Atividade Policial |
| 20ª e 21ª Especializadas | Defesa da Ordem Tributária e Econômica |
| 22ª a 25ª Especializadas | Improbidade Administrativa e Patrimônio Público |
| 26ª a 31ª Especializadas | Defesa da Infância e Juventude |
| 32ª e 33ª Especializadas | Cartas Precatórias |

Quadro 2 - Distribuição das Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária

| ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA | | |
|---|-----------------|-----------------------------------|
| 33 COMARCAS E 107 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA | | |
| Açailândia | 1. ^a | 1ª Vara |
| | 2. ^a | 2ª Vara |
| | 3. ^a | 3ª Vara |
| | 4. ^a | Infância e Juventude |
| | 5. ^a | Juizado Especial Cível e Criminal |
| | 6. ^a | 5ª Vara Criminal |
| Araioses | 1. ^a | 1ª Vara |
| | 2. ^a | 2ª Vara |
| Bacabal | 1. ^a | 1ª Vara |
| | 2. ^a | 2ª Vara |
| | 3. ^a | 3ª Vara |

| | | |
|-------------------------|---------------------------|--|
| Bacabal | 4 ^a | Infância e Juventude |
| | 5 ^a | Juizado Especial Cível e Criminal |
| Balsas | 1 ^a | 1 ^a Vara |
| | 2 ^a | 2 ^a Vara |
| | 3 ^a | 3 ^a Vara |
| | 4 ^a | Infância e Juventude |
| | 5 ^a | Juizado Especial Cível e Criminal |
| Barra do Corda | 1 ^a | 1 ^a Vara |
| | 2 ^a | Infância e Juventude |
| Buritcupu | Única | Única |
| Caxias | 1. ^a | 1 ^a Vara |
| | 2. ^a | 2 ^a Vara |
| | 3. ^a | 3 ^a Vara |
| | 4. ^a | Infância e Juventude |
| | 5. ^a | vaga |
| | 6. ^a | vaga |
| | 7. ^a | Juizado Especial Cível e Criminal |
| Chapadinha | 1. ^a | 1 ^a Vara |
| | 2. ^a | Infância e Juventude |
| Codó | 1. ^a | 1 ^a Vara |
| | 2. ^a | 2 ^a Vara |
| | 3. ^a | Infância e Juventude |
| | 4. ^a | Juizado Especial Cível e Criminal Codó |
| Coelho Neto | 1. ^a | 1 ^a Vara |
| | 2. ^a | Infância e Juventude |
| Colinas | Única | Única |
| Coroatá | 1. ^a | 1 ^a Vara |
| | 2. ^a | Infância e Juventude |
| Estreito | 1. ^a | 1 ^a Vara |
| | 2. ^a | Infância e Juventude |
| Grajáú | 1. ^a | 1 ^a Vara |
| | 2. ^a | Infância e Juventude |
| Imperatriz | 1 ^a Cível | 1 ^a Vara da Família |
| | 2 ^a Cível | 2 ^a Vara da Família |
| | 3 ^a Cível | 3 ^a Vara da Família |
| | 4 ^a Cível | 4 ^a Vara da Família |
| | 5 ^a Cível | 5 ^a Vara da Família |
| | 1 ^a Criminal | 1 ^a Vara Criminal |
| | 2 ^a Criminal | 2 ^a Vara Criminal |
| | 3 ^a Criminal | 3 ^a Vara Criminal |
| | 4 ^a Criminal | 4 ^a Vara Criminal |
| | 5 ^a Criminal | 5 ^a Vara Criminal |
| | 6 ^a Criminal | 6 ^a Vara Criminal |
| 7 ^a Criminal | Juizado Especial Criminal | |

| | | |
|---------------------|------------------|--|
| Imperatriz | 1ª Especializada | Improbidade Administrativa |
| | 2ª Especializada | Defesa do Consumidor |
| | 3ª Especializada | Educação e Meio Ambiente |
| | 4ª Especializada | Idoso e Portadores de Necessidades Especiais |
| | 5ª Especializada | Defesa da Saúde e Registro Público |
| | 6ª Especializada | Patrimônio Público |
| | 7ª Especializada | Infância e Juventude |
| | 8ª Especializada | Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher |
| Itapecuru-Mirim | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | 2ª Vara |
| | 3.ª | Infância e Juventude |
| João Lisboa | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | Infância e Juventude |
| Lago da Pedra | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | Infância e Juventude |
| Maracaçumé | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | 2ª Vara |
| Paço do Lumiar | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | Infância e Juventude |
| | 3.ª | Juizado Especial Cível e Criminal |
| Pedreiras | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | 2ª Vara |
| | 3.ª | Infância e Juventude |
| | 4.ª | Juizado Especial Cível e Criminal |
| Pinheiro | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | 2ª Vara |
| | 3.ª | Juizado Especial Cível e Criminal |
| Porto Franco | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | Infância e Juventude |
| Presidente Dutra | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | Infância e Juventude |
| Rosário | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | 2ª Vara |
| Santa Helena | Única | Única |
| Santa Inês | 1ª | 1ª Vara |
| | 2ª | 2ª Vara |
| | 3ª | 3ª Vara |
| | 4ª | Infância e Juventude |
| | 5ª | Juizado Especial Cível e Criminal |
| Santa Luzia | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | Infância e Juventude |
| São José de Ribamar | 1ª Cível | 1ª Vara |
| | 2ª Cível | 2ª Vara |
| | 3ª Cível | 3ª Vara |

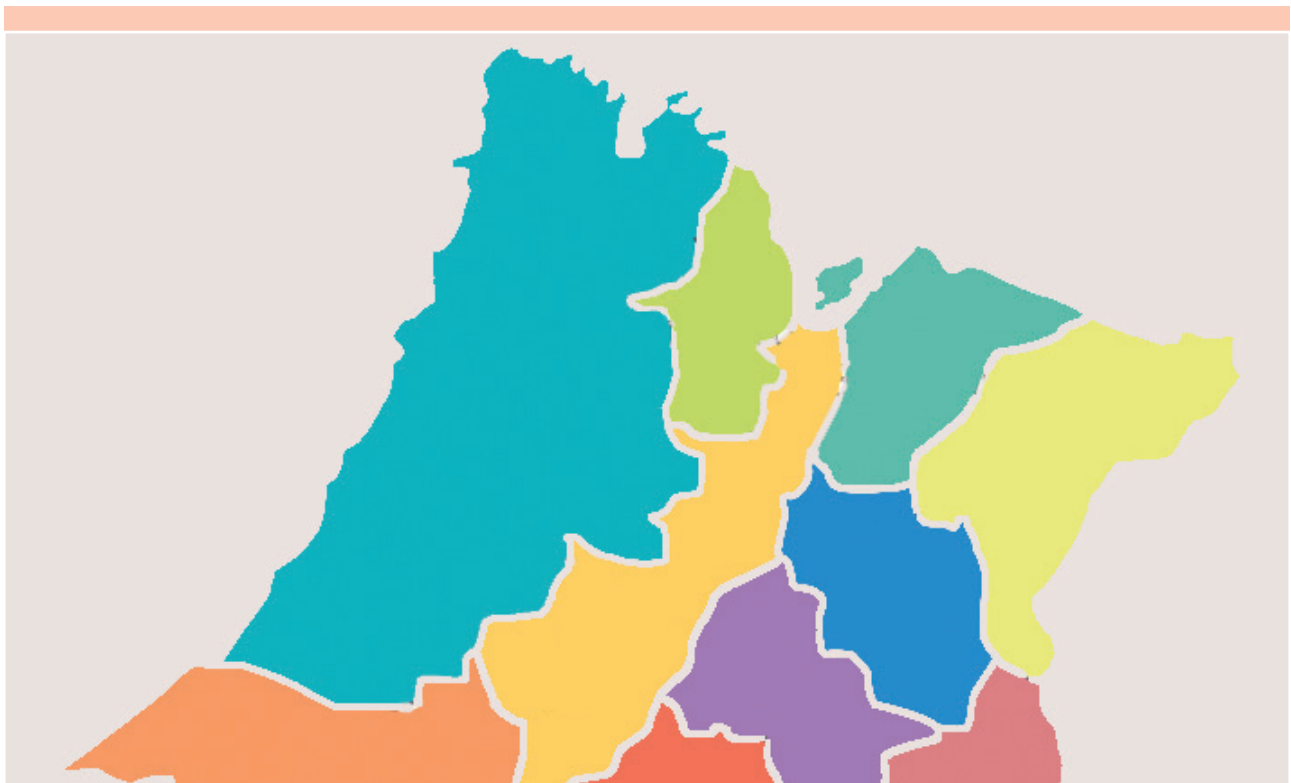
| | | |
|---------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| São José de Ribamar | 1ª Esp. | Meio Ambiente/Cidadania/Consumidor |
| | 1ª Criminal | 1ª Vara Criminal |
| | 2ª Criminal | 2ª Vara Criminal |
| Timon | 1ª Cível | 1ª Vara |
| | 2ª Cível | 2ª Vara |
| | 3ª Cível | 3ª Vara |
| | 4ª Cível | 4ª Vara |
| | 1ª Criminal | 1ª Vara Criminal |
| | 2ª Criminal | 2ª Vara Criminal |
| | 3ª Criminal | 3ª Vara Criminal |
| | 1ª Esp. | Infância e Juventude |
| 2ª Esp. | Juizado Especial Cível e Criminal | |
| Viana | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | Infância e Juventude |
| Vitorino Freire | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | Infância e Juventude |
| Zé Doca | 1.ª | 1ª Vara |
| | 2.ª | Infância e Juventude |

Quadro 3 - Distribuição das Promotorias de Justiça da Entrância Inicial

| ENTRÂNCIA INICIAL | |
|---------------------------|----------------------------|
| 79 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA | |
| Alcântara | Olho D' Água das Cunhãs |
| Alto Parnaíba | Montes Altos |
| Amarante do Maranhão | Paraibano |
| Anajatuba | Parnarama |
| Araioses | Passagem Franca |
| Arame | Pastos Bons |
| Arari | Paulo Ramos |
| Bacuri | Penalva |
| Barão de Grajaú | Pindaré-Mirim |
| Barreirinhas | Pio XII |
| Bequimão | Poção de Pedras |
| Bom Jardim | Raposa |
| Brejo | Riachão |
| Buriti | Rosário |
| Buriti Bravo | Santa Luzia do Paruá |
| Cândido Mendes | Santa Quitéria do Maranhão |
| Cantanhede | Santa Rita |
| Carolina | Santo Antônio dos Lopes |
| Carutapera | São Bento |
| Cedral | São Bernardo |
| Cururupu | São Domingos do Azeitão |

| | |
|------------------------|------------------------------|
| Dom Pedro | São Domingos do Maranhão |
| Esperantinópolis | São Francisco do Maranhão |
| Gov. Eugênio de Barros | São João Batista |
| Gov. Nunes Freire | São João dos Patos |
| Guimarães | São Luís Gonzaga |
| Humberto de Campos | São Mateus do Maranhão |
| Icatú | São Raimundo das Mangabeiras |
| Igarapé Grande | São Vicente de Férrer |
| Itinga do Maranhão | Senador La Roque |
| Loreto | Sucupira do Norte |
| Magalhães de Almeida | Tasso Fragoso |
| Maracaçumé | Timbiras |
| Matinha | Tuntum |
| Matões | Turiaçu |
| Mirador | Tutóia |
| Mirinzal | Urbano Santos |
| Monção | Vargem Grande |
| Morros | Vitória do Mearim |
| Olinda Nova | |

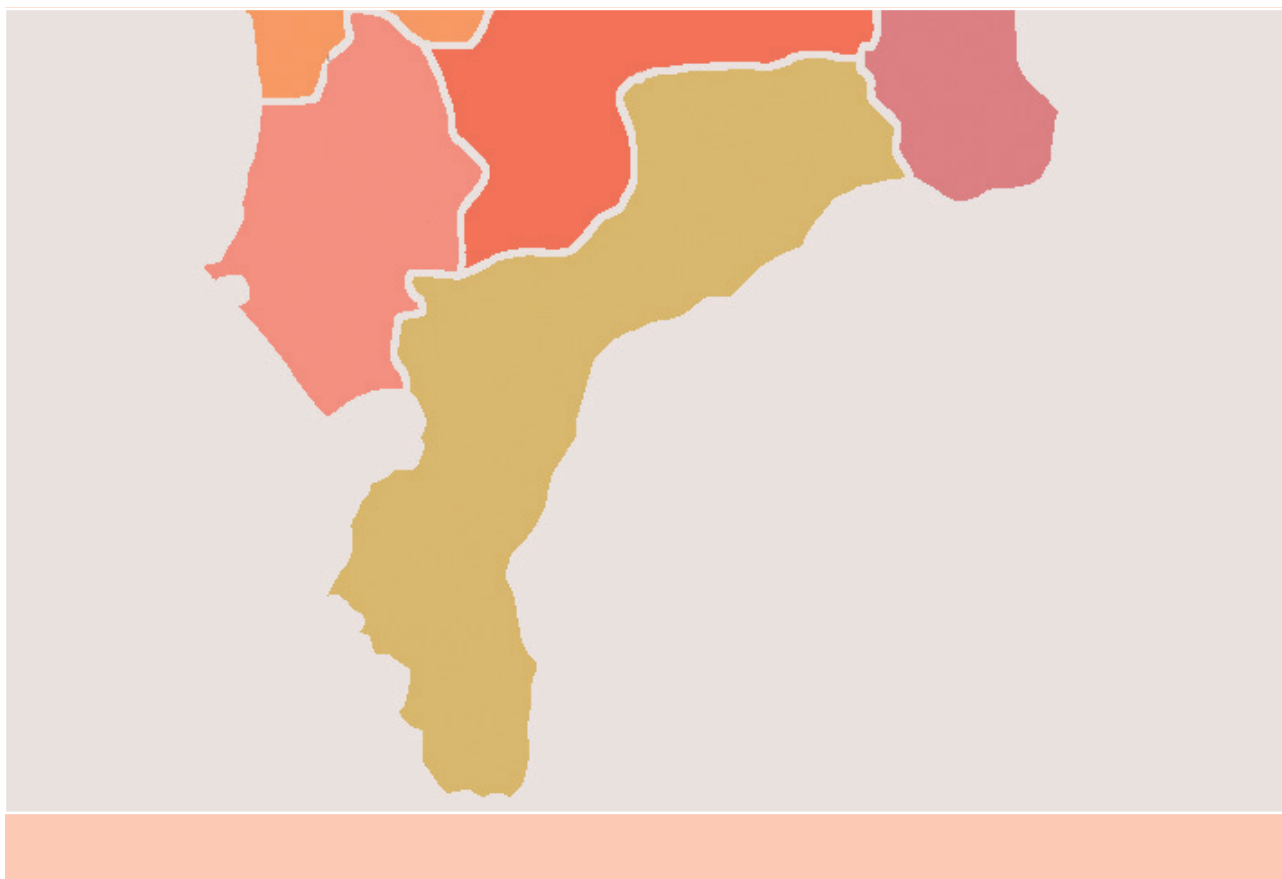
4.6.2 Promotorias de Justiça distribuídas por Regiões



Quadro 4 - Distribuição das Promotorias de Justiça por Regiões

| 1ª REGIÃO – METROPOLITANA (04 Comarcas) | |
|--|---------------------------|
| São Luis (Capital) | Raposa |
| Paço do Lumiar | São José de Ribamar |
| 2ª REGIÃO – PRÉ-AMAZÔNICA (13 Comarcas) | |
| Buriticupu | Pindaré-Mirim |
| Bom Jardim | Santa Inês |
| Cândido Mendes | Santa Luzia do Paruá |
| Carutapera | Santa Luzia |
| Governador Nunes Freire | Turiação |
| Maracaçumé | Zé doca |
| Monção | |
| 3ª REGIÃO – BAIXADA (15 Comarcas) | |
| Alcântara | Pinheiro |
| Bacuri | Penalva |
| Bequimão | Santa Helena |
| Cururupu | São Vicente Ferrer |
| Cedral | São João Batista |
| Guimarães | São Bento |
| Matinha | Viana |
| Mirinzal | |
| 4ª REGIÃO – COCAIS (24 Comarcas) | |
| Barão de Grajaú | Passagem Franca |
| Buriti bravo | Presidente Dutra |
| Caxias | Paraibano |
| Codó | Parnarama |
| Colinas | Santo Antonio dos Lopes |
| Coroatá | São Francisco do Maranhão |
| Coelho Neto | São João dos Patos |
| Dom Pedro | São Domingos do Maranhão |
| Governador Eugênio Barros | Sucupira do Norte |
| Matões | Timbiras |
| Mirador | Timon |
| Pastos Bons | Tuntum |
| 5ª REGIÃO – MEARIM (16 Comarcas) | |
| Arari | Paulo Ramos |
| Anajatuba | Pedreiras |
| Bacabal | Pio XII |
| Barra do Corda | Poção de Pedras |
| Esperantinópolis | São Mateus |
| Igarapé Grande | São Luis Gonzaga |
| Lago da Pedra | Vitorino Freire |
| Olho D'água das Cunhãs | Vitória do Mearim |

| 6ª REGIÃO – BAIXO PARNAÍBA (18 Comarcas) | |
|--|------------------------------|
| Araioses | Morros |
| Barreirinhas | Magalhães de Almeida |
| Brejo | Rosário |
| Buriti | Santa Rita |
| Cantanhede | Santa Quitéria |
| Chapadinha | São Benardo |
| Humberto de Campos | Tutóia |
| Icatu | Urbanos Santos |
| Itapecuru-Mirim | Vargem Grande |
| 7ª REGIÃO – TOCANTINA (11 Comarcas) | |
| Açailândia | Itinga do Maranhão |
| Arame | João Lisboa |
| Amarante do Maranhão | Montes Altos |
| Estreito | Porto Franco |
| Grajaú | Senador La Roque |
| Imperatriz | |
| 8ª REGIÃO - SUL DO MARANHÃO (09 Comarcas) | |
| Alto Parnaíba | Riachão |
| Balsas | São Domingos do Azeitão |
| Carolina | São Raimundo das Mangabeiras |
| Loreto | Tasso Fragoso |
| Olinda Nova | |



4.7 Escola Superior do Ministério Público

Durante o exercício de 2011, a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão – ESMP/MA realizou as seguintes atividades:

a) Cursos de Preparação e Aperfeiçoamento destinados ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Maranhão (*Etapas de Ingresso*), ministrados diariamente em regime integral, ocasião em que foram oferecidas as disciplinas constantes do Programa do Curso, em observância ao determinado pelo Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009-GPGJ/CGMP.



Promotores de Justiça durante curso na ESMP

Foram realizadas 5 turmas, com o objetivo de preparar os 25 recém-empoados Membros do Ministério Público para o exercício do cargo de Promotor de Justiça.

b) Cursos de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Maranhão (*Etapa de Vitaliciamento*) e de Capacitação para os demais Membros e Servidores do MPMA:

- *Palestra sobre os “Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade”*

Contou com a participação do Dr. Aguires Magide, jurista espanhol, catedrático da Universidade de Salamanca e do Dr. Sérgio Victor Tamer, Secretária de Justiça e Administração Penitenciária do Estado do Maranhão.

- *Curso sobre “Crime Organizado”*

Foi ministrado pela Dr^a Ana Luíza Almeida Ferro, Promotora de Justiça, Mestre e Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

- *Curso de “Media Training”*

Foi ministrado pelas jornalistas Juliana Silveira e Rafaela Marques e pela fonoaudióloga Glenda Santiago.

- *Seminário sobre “A expansão do Direito Penal: as Criminalidades Econômica e Fiscal”*

O painel sobre a “Criminalidade Econômica” foi ministrado pelo Dr. Marcos José de Moraes Affonso Júnior, Superintendente Estadual de Investigações Criminais e pelos Drs. Augusto Barros, André Luis Gossain e Breno Galdino, Delegados de Polícia Civil do Maranhão. O painel referente à “Criminalidade Econômica” foi ministrado pelo Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Conselheiro do Tribunal de Contas da União, pelo Dr. Wellington Resende Silva, Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral de União e pelo Dr. Cleopas Isaías Santos, Delegado de Polícia Civil.

- *Oficina com o tema “O Ministério Público e a problemática da Poluição Sonora – aspectos práticos”*

Foi ministrado pelo Dr. Luis Fernando Cabral Barreto Junior, Promotor de Justiça, Coordenador do Centro Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural.

- *Cursos sobre os temas “Procedimento Investigatório Criminal” e “Política Criminal”*

Foram ministrados pela Dr^a Lúcia Cristiana Silva Chagas e pelo Dr. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães, Promotores de Justiça do Estado do Maranhão.

- *Cursos sobre os temas “Criminologia. O Criminoso de Colarinho Branco sob a perspectiva criminológica” e “Psicologia Jurídica: uma nova ferramenta ao alcance do Promotor de Justiça”*

Foram ministrados pela Dr^a Ana Luíza Almeida Ferro, Promotora de Justiça no Estado do Maranhão e pelo Dr. Jorge Trindade, membro do Ministério Público aposentado.

- *Curso sobre “Audiências Judiciais, Extrajudiciais e Técnicas de Entrevista e Interrogatório. Legislação brasileira. Questões controvertidas. Novas tecnologias”*

Foi ministrado pela Dr^a Lúcia Cristiana Silva Chagas, Promotora de Justiça, atualmente exercendo a função de Assessora-Chefe da Procuradoria Geral de Justiça.

- *Palestra sobre “Ética. Cidadania. Democracia e Direitos Humanos no mundo globalizado”*

Foi ministrada pelo Dr. Agostinho Ramalho Marques Neto, Doutor em Filosofia Política pela Universidade Estadual de Campinas.

c) Congresso organizado pela ESMP/MA

- *III Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão: “Tutela Coletiva de Direitos: desafios de sua efetividade”.*

Realizado nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2011, reuniu juristas renomados para debater e propor alternativas relacionada à efetividade da tutela coletiva, objetivando que as intervenções do Ministério Público na tutela coletivas sejam cada vez mais efetivas.



Abertura do III Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão:
“Tutela Coletiva de Direitos: desafios de sua efetividade”

d) Pós-Graduação promovida pela ESMP/MA

- *Pós-Graduação em Direitos Difusos, Coletivos e Gestão Fiscal;*
- *Pós-Graduação em Ciências Criminais.*

e) Outros cursos

- *Curso de “Português Jurídico”*

Foi ministrado pelo Dr. José Mário Cutrim Ewerton, Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira da PGJMA.

f) Processo Seletivo de Estágio Extracurricular para o Ministério Público

Teve por objetivo selecionar estagiário dos cursos de Direito, Administração, Biblioteconomia, Turismo e Psicologia para o Ministério Público.

g) Participações em reuniões do Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público (CDEMP)

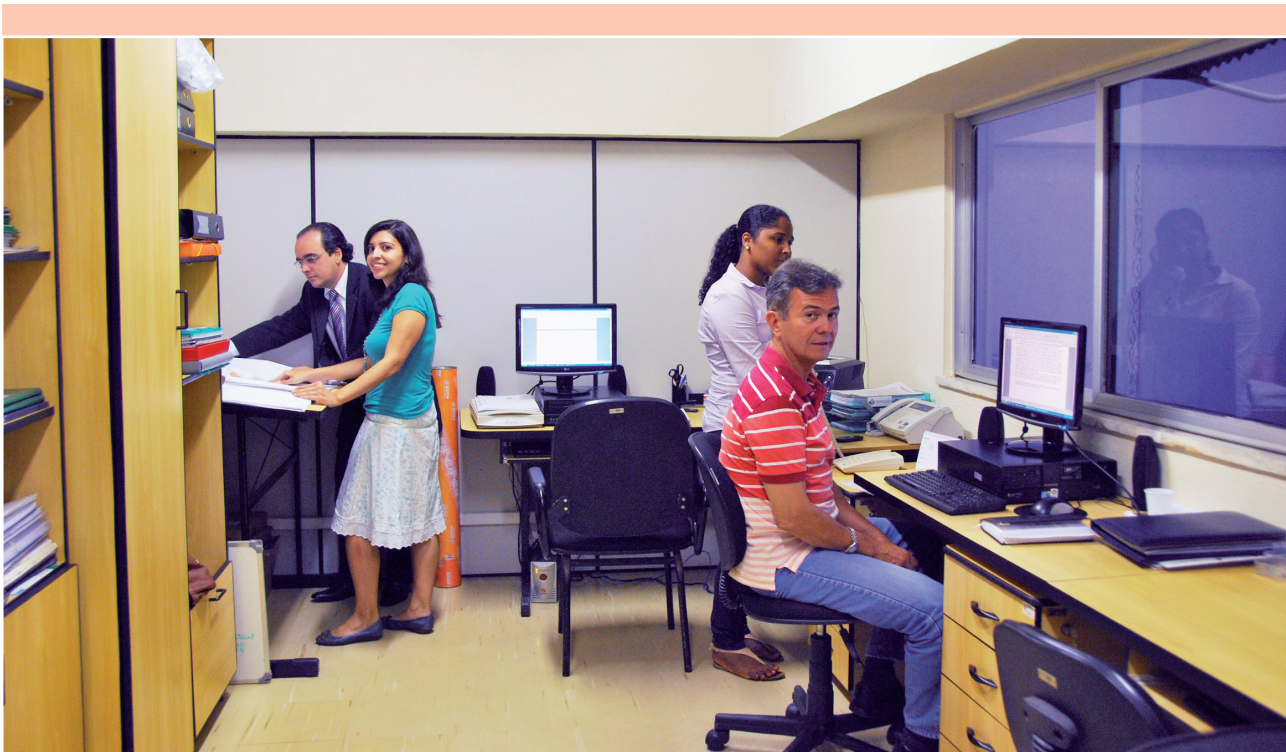
- *2ª Reunião Ordinária do CDEMP (Maceió/AL)*
- *3ª Reunião Ordinária do CDEMP (João Pessoa/PB)*
- *4ª Reunião Ordinária do CDEMP (Vila Velha/ES)*
- *5ª Reunião Ordinária do CDEMP (Belém/PA)*

No dia 14 de dezembro de 2011, foi lançada a primeira Revista do Curso de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.



4.8 Centros de Apoio Operacional

a) Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)



Promotor e servidores do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)

- *Atividades previstas na Lei Complementar nº 013/91*

A Lei Complementar nº 013/91 estabelece seis atividades a serem desempenhadas pelos coordenadores de centro de apoio operacional, as quais se encontram listadas no art. 38. Dentre essas, os quatro primeiros incisos fixam expressamente algumas das ações a serem promovidas, estabelecendo nos dois últimos incisos a elaboração deste relatório e uma cláusula aberta para que sejam exercidas outras ações consideradas “compatíveis com suas finalidades”. Assim, no campo operacional, o CAO-UMA, adotou as seguintes ações institucionais:

“Estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns”.

Com apoio do Governo do Estado pudemos realizar, em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, um seminário de um dia para tratar do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, o qual ocorreu em 05/12/2011.

O evento contou com a participação de 123 representantes de prefeituras e 55 do Ministério Público (50 Promotores de Justiça, 01 representante da Procuradoria, 01 assessor, 01 analista ambiental e 02 servidores).

“Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade”.

A norma prevê que o centro de apoio forneça material técnico-jurídico para subsidiar a atuação dos órgãos de execução e também de órgãos ambientais. Essa atividade vem sendo desempenhada através dos seguintes instrumentos: Notas Técnicas; Bancos de Pesquisa; Remessa espontânea de informações e atendimento a consultas. Além do atendimento no dia a dia, o CAO-UMA respondeu a 16 (dezesesseis) solicitações de pesquisa

e modelos sobre matéria ambiental, a remessa de informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência vem sendo feita diretamente na página do Centro de Apoio Operacional com frequência semanal, suprimindo as dificuldades anteriores quanto à abertura de e-mails ou do informativo eletrônico.

Foram elaborados 9 (nove) pareceres técnicos e 7 (sete) laudos técnicos atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias. A maioria desses laudos e pareceres foram elaborados para atender Promotorias de Justiça do interior do Estado, inclusive com inspeção in loco, o que demonstra a interiorização das atividades do Centro de Apoio e melhor atuação dos Promotores de Meio Ambiente nas Comarcas do interior do Estado do Maranhão.

A página do CAO-UMA foi atualizada com a inclusão de novos julgados e legislação, além da atualização do calendário de pesca e inclusão de outros manuais digitais.

“Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções”.

O Coordenador do Centro de Apoio Operacional participou de duas reuniões de Coordenadores de Centros de Apoio Operacional, realizadas em Belo Horizonte (06/04/2011 e 08/04/2011), durante o “Congresso do Ministério Público de Meio Ambiente da Região Sudeste” e em São Paulo (03/08/2011), durante o “XI Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente”.

Foram realizadas reuniões técnicas com Promotores de Justiça e técnicos do Centro de Apoio Operacional com as equipes que elaboraram o EIA/RIMA da UTE Parnaíba 2 (20/05/2011) e do EIA/RIMA do projeto de Diques da Baixada (11/07/2011) que contou com a presença dos Promotores de Justiça da Baixada Maranhense. O serviço de comunicação de licenças ambientais aos Promotores de Justiça remeteu 826 (oitocentas e vinte e seis) comunicações de licenças ambientais aos Promotores de Justiça de todo o Estado do Maranhão. O canal de consultas e denúncias encaminhou 44 (quarenta e quatro) denúncias de infrações ambientais aos membros do Ministério Público.

- Atividades previstas no Termo de Referência de Política Institucional e no Plano Estratégico.

Tendo em vista a elaboração de novo Planejamento Estratégico para o Ministério Público, as atividades do Centro de Apoio Operacional se concentraram na participação de sua elaboração (03 e 04 de maio de 2011), a qual gerou dois projetos cuja implementação deverá ocorrer a partir do ano de 2012.

b) Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)

Durante o ano de 2011, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

- Realização de eventos formativos e de mobilização, promovidos pelo CAOp/IJ, sobre os direitos de crianças e adolescentes para promotores de Justiça com atuação na infância e juventude, demais servidores do Ministério Público e com a participação de organizações do Sistema de Garantia de Direitos.



Promotora e servidores do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)

- Apoio às Promotorias na formação e eleição dos Conselhos Tutelares, nos Municípios de Cantanhede, Brejo, Chapadinha, Paraibano e Nina Rodrigues.
- Palestra sobre “*Perícia Psicológica*”, no Município de Pedreiras, no dia 6 de março/2011, proferida pela psicóloga Mary Adler Eweron (CAOp/IJ).
- Mesa de Diálogo “*O manejo legal e psicológico dos processos de violência contra a criança e o adolescente*”. O evento contou com a participação da coordenadora do CAOp/IJ, Márcia Moura Maia, dos promotores Washington Luís Maciel Cantanhede e Márcio Thadeu Silva Marques e com as psicólogas Camila Campos Silva (Centro de Perícia da DPCA) e Mary Adler Eweron (CAOp/IJ) que proferiram as palestras. Vários promotores de Justiça do MPMA compareceram ao evento. O procurador-geral de Justiça em exercício, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, representou a Administração Superior.
- Seminário sobre Bullying, no Município de Estreito, proferido pela psicóloga Mary Adler Eweron (CAOp/IJ).
- Oficinas sobre “*Monitoramento e incidência no orçamento criança e adolescente*”, realizadas pelos Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ) e de Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa (CAOp-ProAd), em parceria com a Oficina de Imagens e Fundação Vale.
- Planejamento Estratégico 2012–2016, participação em reuniões para alinhamento e definição das prioridades institucionais para o planejamento estratégico e em Audiência pública realizada em São Luís, com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil.
- Seminário sobre Violência Sexual, no Município de Estreito, proferido pela psicóloga Mary Adler Eweron (CAOp/IJ).

- Lançamento da Campanha de Combate à Violência Sexual, no dia 13 de maio, uma iniciativa do Ministério Público do Maranhão em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA).
- Palestras sobre Violência Sexual, objetivando sensibilizar e preparar a programação da Semana Estadual de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, além de apresentar as peças publicitárias que foram distribuídas para as Comarcas realizarem suas ações em prol da Campanha do 18 de Maio. Ministradas pelo Promotor de Justiça Márcio Thadeu Silva Marques e pela psicóloga Mary Adler Ewerton (CAOp/IJ).
- Encontro da Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares do Estado do Maranhão (ACECTMA).
- Audiência Pública na Assembleia Legislativa em favor dos direitos de Crianças e Adolescentes, como parte integrante da programação da *“Semana de Combate à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes”*.
- Mesa de Diálogos sobre *“O manejo dos processos legais e psicológico da violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes”*.
- Campanha *“Violência Sexual, Dê um Basta”*, lançamento estadual da campanha, realizado no dia 18 de maio, com o envolvimento do Ministério Público em diversas ações de sensibilização e mobilização social, que aconteceram no período de 13 de maio a 11 de agosto, nos municípios de São Luís, Santa Inês, Morros, Icatu, Buriti, Alto Parnaíba, Tasso Fragosso, Rosário, Magalhães de Almeida, Bacabal, Pedreiras e Trizidela do Vale. A Campanha visou conscientizar a população sobre o combate a violência sexual contra crianças e adolescentes, além de estimular a população a denunciar os casos aos Conselhos Tutelares e às Promotorias de Justiça, ou ligar para o *“Disque 100”*. O CAOp/IJ apoiou as promotorias, fornecendo subsídios e distribuído o material da campanha para a realização das ações municipais, que envolveram milhares de pessoas, em especial a participação de crianças e adolescentes.
- Palestra *“O Promotor de Justiça e a necessidade de afastamento da família”*, pela psicóloga Mary Adler Ewerton (CAOp/IJ) na Escola Superior do Ministério Público, para Promotores de Justiça.
- Mobilização de recursos, além da produção das peças publicitárias para a Campanha contra a violência sexual de crianças e adolescentes, o CAOp/IJ recebeu a doação de mil camisas da empresa Ultragaz, com a arte da campanha e a frase *“Violência Sexual, Dê um Basta! Faça Bonito Disque 100”*. As camisas foram entregues ao diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, o promotor Pedro Lino Silva Curvelo e a coordenadora do CAOP/IJ, promotora Márcia Moura Maia, no dia 27 de junho, por representantes da empresa.
- Reunião Nacional dos Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude, em Brasília.
- Seminário sobre *“Justiça Restaurativa”*, com a Defensoria Pública, Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), Fondation Terre des hommes (Tdh), Associação dos Magistrados do Maranhão e Conselho Municipal dos Direitos



Cartaz da campanha – “ Violência Sexual, Dê um Basta!”

da Criança e do Adolescente de São Luís, instituições integrantes da Rede Maranhense de Justiça Juvenil e do Grupo de Trabalho sobre Justiça Restaurativa.

- Apresentação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ) aos novos promotores de Justiça, em reunião no dia 13 de setembro, a coordenadora do CAOp/IJ, promotora Márcia Moura Maia, apresentou o trabalho desenvolvido pelo Centro, que efetiva um papel de articulador com outras instituições e de mobilização social através de campanhas, e ainda ressaltou a importância de um trabalho articulado entre as Promotorias com os Conselhos Tutelares e demais organizações do Sistema de Garantia de Direitos.
- Curso “*Justiça Restaurativa*”, realizado para os municípios que aderiram à proposta de implantar as práticas restaurativas como alternativa complementar ao atendimento socioeducativo destinado aos adolescentes em conflito com a lei. Contou com a participação de 40 profissionais que atuarão como facilitadores de práticas restaurativas nos municípios e instituições.

- Reuniões com a Mineradora Vale, Fundação Vale e a ONG Oficina de Imagens, para discutir a questão do embarque clandestino de crianças e adolescentes, além de ações preventivas em defesa da infância e adolescência na área de expansão da Ferrovia Norte-Sul, que envolve nove municípios maranhenses.
- Audiência pública sobre Unidade de Medida Socioeducativa de Internação em Imperatriz, reuniu diversos representantes do Sistema de Garantia de Direitos, entre conselheiros tutelares, gestores, deputados, profissionais e representantes da sociedade civil, para discutir sobre a construção da Unidade de Medida Socioeducativa de Internação para adolescentes no município e o risco de devolução dos recursos federais destinados para concretude do projeto.
- “*Práticas Restaurativas*” em foco na Estação Ministério Público, a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ), promotora Márcia Moura Maia, e o diretor do Instituto Latino Americano de Práticas Restaurativas (ILPR), Jean Schmitz, falaram sobre a aplicação das práticas restaurativas na Justiça brasileira, e como o Ministério Público tem contribuído no assunto, enfatizando a atuação da Rede Maranhense de Justiça Juvenil para disseminar a metodologia como forma complementar da Justiça tradicional, em especial no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.
- Audiência Pública “*Educação e Direitos Humanos*”, realizada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Ministério Público, com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania e com a Federação Maranhense dos Municípios.

Abaixo, relaciona-se a participação do CAOp/IJ em eventos desenvolvidos por organizações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente:

- Seminário de Monitoramento dos projetos apoiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e Lançamento do Manual Para Utilização dos Recursos do FMDCA, realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís (CMDCA-SL).
- Reunião do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, em Brasília/DF.
- Projeto “*Vira Vida*”. Desenvolvido pelo Conselho Nacional do SESI e implantado no Maranhão em parceria com Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA).
- Seminário Nacional sobre Direitos de Crianças e Adolescentes, realizado em Belo Horizonte/MG.

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude também participa da sistemática dos seguintes Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho:

- Comitê de Monitoramento da Violência Sexual;
- Rede Estadual da Primeira Infância;
- Rede Maranhense de Justiça Juvenil e no Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa.

c) Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa (CAOp/ProAd)

- Atividade de fiscalização de convênios firmados pela Administração Pública

Tabela 33 - Fiscalização de convênios firmados pela Administração Pública

| 1º BIMESTRE / 2011 | |
|--|------------|
| CONVÊNIOS | QUANTIDADE |
| Requisitados | 18 |
| Enviados para os Promotores de Justiça | 34 |
| 2º BIMESTRE / 2011 | |
| CONVÊNIOS | QUANTIDADE |
| Requisitados | 108 |
| Enviados para os Promotores de Justiça | 164 |
| 3º BIMESTRE / 2011 | |
| CONVÊNIOS | QUANTIDADE |
| Requisitados | 87 |
| Enviados para os Promotores de Justiça | 50 |
| 4º BIMESTRE / 2011 | |
| CONVÊNIOS | QUANTIDADE |
| Requisitados | 63 |
| Enviados para os Promotores de Justiça | 92 |
| 5º BIMESTRE / 2011 | |
| CONVÊNIOS | QUANTIDADE |
| Requisitados | 118 |
| Enviados para os Promotores de Justiça | 14 |
| 6º BIMESTRE / 2011 | |
| CONVÊNIOS | QUANTIDADE |
| Requisitados | 21 |
| Enviados para os Promotores de Justiça | 318 |

- Atividade de Controle de Execução de Acórdãos do Tribunal de Contas (TCE/MA)

Tabela 34 - Controle de Execução de Acórdãos do Tribunal de Contas – TCE/MA

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|---|-------------------|
| Cálculo de Atualização Monetária dos valores dos acórdãos (inicial da execução) | 377 |
| Acórdãos encaminhados aos Promotores de Justiça (Janeiro a Dezembro de 2011) | 377 |
| Atualização monetária dos acórdãos no curso e ao final das execuções | 36 |

- Outras Atividades

Tabela 35 - Outras atividades desenvolvidas pelo CAOp/ProAd

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|-------------------------------------|------------|
| Ofícios expedidos | 671 |
| Ofícios recebidos | 169 |
| Ofícios circulares expedidos | 05 |
| Memorandos expedidos | 20 |
| Atendimento a Promotores de Justiça | 151 |
| Pareceres técnico-contábeis | 13 |

d) Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC)

Como órgão auxiliar, criado pela Resolução nº. 03/2006 do Colégio de Procuradores, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DHC) possui como diretriz o auxílio aos órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio.

O serviço prestado pelo CAOp/DHC consolida a atuação do Ministério Público no combate a toda e qualquer espécie de violação aos direitos humanos contra a sociedade.

No decorrer do ano de 2011, foram realizadas as seguintes atividades pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania, como descritas abaixo:

- Co-coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;
- Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referentes às atribuições cíveis e criminais concernentes à tortura, relações raciais; ciganos, quilombolas; idosos; apoio às vítimas de violência e defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade da pessoa humana. Esta atividade se deu com o recebimento de denúncias de abuso dos direitos humanos que foram devidamente encaminhadas aos órgãos competentes e posteriormente acompanhadas nas suas respectivas atuações.

Em números, as atividades desenvolvidas pelo CAOp/DHC são as seguintes:

Tabela 36 - Outras atividades desenvolvidas pelo CAOp/DHC

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|---|------------|
| Ofícios expedidos | 43 |
| Ofícios recebidos | 75 |
| Memorandos expedidos | 06 |
| Ciência e acompanhamento de abertura de Procedimento Investigatório | 23 |
| Ciência e acompanhamento de Procedimentos Administrativos | 07 |
| Ciência e acompanhamento de Procedimentos Preparatórios | 45 |
| Ciência e acompanhamento de Ação Civil Pública | 05 |

4.9 Ouvidoria Geral do Ministério Público

Tabela 37 – Manifestação – Denúncia

| MANIFESTAÇÃO: DENÚNCIA | | |
|-----------------------------|----------------------|------------------|
| DISCRIMINAÇÃO | Contra Membros do MP | Contra Terceiros |
| Ocorrências | - | 14 |
| Memorandos | 4 | 25 |
| E-mails / Via Site do MPMA | 3 | 78 |
| Cartas | - | - |
| Fax | - | 1 |
| Ofícios | 1 | 3 |
| Processos autuados | 129 | |
| Manifestações Sigilosas | 67 | |
| Manifestações Identificadas | 62 | |
| TOTAL | 387 | |

Tabela 38 – Manifestação – Elogio

| MANIFESTAÇÃO: ELOGIO | | |
|----------------------|-------------------|-------------|
| DISCRIMINAÇÃO | Aos Membros do MP | À Ouvidoria |
| Via Site do MPMA | 1 | - |
| Pessoalmente | - | 2 |
| TOTAL | 3 | |

Tabela 39 – Outras Manifestações da Ouvidoria Geral

| OUTRAS MANIFESTAÇÕES | |
|-------------------------|-----|
| Telefone (08000-981600) | 335 |
| Pessoalmente | 295 |
| TOTAL | 630 |

Tabela 40 – Outras Atividades da Ouvidoria Geral

| OUTRAS ATIVIDADES | |
|-------------------------------|------------|
| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
| E-mails respondidos | 240 |
| Ofícios respondidos | 163 |
| Processos aguardando resposta | 96 |
| Processos respondidos | 12 |
| TOTAL | 511 |

4.10 Secretaria para Assuntos Institucionais

Durante o ano de 2011, esta Secretaria desenvolveu ações de grande alcance institucional que propiciaram elevado engrandecimento do Ministério Público Timbira. Nesse sentido, coordenou a formulação e a implementação do Planejamento Estratégico 2012/2016, evento adiante delineado neste relatório anual.

Realizou ainda, em conjunto com a Escola Superior do Ministério Público, o Congresso Estadual da Instituição, com o tema “*Tutela Coletiva de Direitos: Desafios para sua Efetividade*” e propiciou as condições para realização do I Encontro Nordeste do Ministério Público em Defesa da Saúde, promovido pela Comissão Permanente em Defesa da Saúde, do Grupo de Direitos Humanos do CNPG (Conselho Nacional de Procuradores Gerais).

Além dessas realizações, a Secretaria coordenou a atuação institucional no projeto “*Ministério Público: Positivando o Desenvolvimento Humano*”, realizando audiências públicas em 14 municípios do Estado do Maranhão, que possuem índices de desenvolvimento humano abaixo da média nacional, incrementando a ação ministerial e fomentando a elevação da qualidade de vida das populações envolvidas.



O secretário para Assuntos Institucionais, promotor Marco Aurélio Ramos Fonseca

Ainda, realizou as seguintes ações :

- Coordenou a Estratégia Nacional de Segurança Pública – ENASP, onde o Maranhão foi um dos estados que alcançou a Meta 2, estabelecida por aquele fórum;
- Articulou, com Órgãos Públicos e Instituições Privadas de matizes diversos, o patrocínio dos interesses do Ministério Público maranhense e brasileiro;
- Realizou, em conjunto com a Diretoria Geral e a Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, a publicação da obra institucional “*Coletânea das principais normas internas: período 1984 a julho de 2011*”;
- Realizou o acompanhamento de notícias nas mídias impressas e efetuou o envio destas aos Órgãos de Execução Ministerial (“*Alerta Mídia*”);
- Realizou o acompanhamento das distribuições de ações e recursos de interesse do Ministério Público e encaminhou informações aos órgãos respectivos (“*Alerta Distribuição*”);
- Coordenou a confecção de carteiras funcionais de membros;
- Auxiliou na elaboração de 12 Resoluções, que normatizaram as atribuições dos Órgãos de Execução do MPMA.

4.11 Planejamento Estratégico 2012/2016



Abertura do seminário Alinhamento Estratégico 2012/2016

Desde o início de 2011, o Ministério Público do Estado do Maranhão trabalhou na construção de seu planejamento estratégico para o período de 2012 a 2016, que tem como temática a busca por um “*Ministério Público mais resolutivo e mais próximo do cidadão*”. A primeira etapa do trabalho foi um evento realizado nos dias 3 e 4 de maio, que reuniu cerca de 400 servidores(as), promotores(as) e procuradores(as) de Justiça que, juntos, discutiram a realidade da instituição.

Utilizando a metodologia denominada “*Future Search*”, o evento foi denominado de Alinhamento Estratégico, pois as etapas seguintes do trabalho aconteceriam a partir das discussões e direcionamentos apontados nesse primeiro momento. A metodologia aplicada durante os dois dias contou com palestras, dinâmicas de grupo, troca de idéias e exposição de sugestões, levou os participantes a discutirem os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças à instituição, além de projetar o Ministério Público que esperam para o futuro.

Tudo o que foi discutido e o material resultante do evento foi analisado pela 3Gen Consultoria, empresa responsável por todo o processo de planejamento, assim como as propostas que surgiram na segunda etapa dos trabalhos, que consistiu na realização de audiências públicas e reuniões com os promotores de Justiça de todas as regiões do Estado. Para isso, foram escolhidas como cidades-polo Imperatriz, Pinheiro, Timon, Santa Inês e São Luís, que se destacam em suas respectivas regiões.

a) Interiorização

A primeira audiência pública foi realizada na manhã do dia 1º de junho, em Imperatriz, com aproximadamente 100 participantes. Foram ouvidas 30 pessoas, de oito municípios, que apresentaram suas reclamações e sugestões, tanto em relação ao trabalho do Ministério Público quanto a outros serviços e direitos. Os temas foram bastante variados, indo da demora da Justiça no julgamento de processos à necessidade de inserção de História da África nos currículos escolares, passando pela necessidade de serviços básicos, como o saneamento básico.



Audiência pública do Planejamento Estratégico na cidade de Imperatriz

Sempre depois das audiências públicas, a programação do planejamento estratégico continuava com uma reunião envolvendo os promotores de Justiça da região. Nesses encontros eram apresentados os resultados obtidos no alinhamento estratégico é na busca das sugestões e projetos que pudessem embasar o trabalho final. As linhas de discussão, retiradas do evento inicial, foram orçamento, sistemas de informação, infraestrutura física, quadro funcional, clima organizacional, capacitação, segurança institucional, saneamento ambiental, probidade administrativa, atuação criminal, direitos do consumidor, infância e juventude, direitos de minorias, assistência social, atuação na saúde, atuação cível e educação.

Dessas discussões surgiram ideias importantes para o trabalho da Instituição, como a existência de um sistema de informática e internet eficiente além de propostas e projetos mais concretos, como a interiorização do programa de estágio e o fomento à criação de sistemas municipais de defesa do consumidor em todo o Estado.

Apenas uma semana depois, em 7 de junho, o planejamento estratégico foi discutido em Pinheiro, cidade escolhida para sediar as discussões na região da Baixada Maranhense, que envolve 15 municípios (Viana, Bacuri, Bequimão, Cedral, Cururupu, Guimarães, Matinha, Mirinzal, Olinda Nova, Penalva, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer e Turiaçu). Mais uma vez, o público presente foi de cerca de 100 pessoas.

Nessa audiência, a maioria das participações populares centrou-se em dois temas: a preservação do meio ambiente e a proteção às crianças e adolescentes. No que diz respeito ao segundo tema, foram apontadas preocupações com o aumento do tráfico de drogas na região e com a falta de estrutura dos conselhos tutelares nos municípios. Já a preocupação com o meio ambiente abordou desde a poluição sonora a questões como a criação de búfalos, pesca predatória, extração irregular de areia nos rios e o cercamento dos campos.

Também foi discutida a questão dos assentamentos quilombolas, focos de constantes conflitos agrários, que muitas vezes levam a crimes como homicídios. Das 700 comunidades remanescentes de quilombos existentes no Maranhão, 670 estão na baixada.

Os temas discutidos com a população terminaram sendo retomados na reunião realizada com os promotores da região. Dali surgiram propostas importantes como a necessidade de uma atuação institucional que vise à defesa da infância como prioridade absoluta, atuando em diversas áreas como saúde, segurança pública e controle da evasão escolar. No que diz respeito à questão ambiental, os promotores de Justiça apontaram a necessidade de um maior aparelhamento do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAO-UMA), inclusive com a possibilidade de realização de perícias técnicas, o que agilizaria o trabalho das promotorias.

Depois de aproximadamente 500 km, e em apenas dois dias, toda a estrutura necessária para a realização das audiências e reuniões foi deslocada do oeste para o leste do Maranhão, chegando à região dos cocais. A terceira audiência pública foi realizada em Timon e, apesar da distância, vários problemas apontados pela população foram recorrentes, como a questão do tráfico de drogas e o seu consumo por crianças e adolescentes.

A última audiência pública no interior do Estado aconteceu em Santa Inês, no dia 14 de junho, reunindo cerca de 120 pessoas de vários municípios. Mais uma vez, alguns temas foram recorrentes, como o aumento do uso de drogas, a prostituição infantil e as

dificuldades de acessibilidade. Outros, no entanto, foram citados, representando peculiaridades da área, como a falta de segurança na zona rural e a pesca predatória nos rios da região.

A quinta e última audiência pública foi realizada em São Luís, reunindo representantes de 27 municípios da região. Mais uma vez, o tópico mais abordado pelos participantes foi o da infância e juventude, para o qual foram apresentadas diversas propostas como a fiscalização de creches nos municípios, a busca pela obrigatoriedade da educação infantil nas escolas públicas e a criação de serviços especializados para o atendimento de crianças e adolescentes usuários de drogas. Também foi objeto de discussão pelo Ministério Público os princípios que regem a Justiça Juvenil Restaurativa.

b) Projetos

As discussões ocorridas nos diversos encontros realizados no Estado foram analisadas e compiladas pela empresa responsável pela assessoria ao planejamento, resultando em 27 projetos a serem colocados em prática pelo Ministério Público do Estado do Maranhão durante os próximos cinco anos. Nesse conjunto, há projetos de curto, médio e longo prazos de implantação, que serão voltados tanto para a área fim da instituição, ou seja, a sociedade maranhense, quanto para o seu público interno, melhorando as condições de trabalho e garantindo maior eficiência.

Para garantir o sucesso do planejamento, além da elaboração de projetos, foram definidas metas e rotinas de trabalho. A partir de então, o trabalho passa aos gestores de cada área e projeto específicos, que trabalharão em sua efetivação.

O planejamento estratégico do Ministério Público maranhense foi construído a partir da metodologia do Balanced Scorecard (BSC), criada pelos professores e consultores norteamericanos Robert S. Kaplan e David P. Norton no início da década de 90 e que hoje constitui um modelo de gestão que auxilia as organizações na avaliação do progresso da execução de suas estratégias.

O BSC é composto por cinco elementos principais que traduzem a estratégia e dão corpo ao modelo de gestão estratégica: Mapa Estratégico, Objetivos, Indicadores, Metas e Projetos.

Com base nos produtos gerados nas fases de Planejamento do Programa e Diagnóstico e Alinhamento Estratégico, foi elaborado o Plano Estratégico da Instituição, no qual constam seus principais objetivos de longo prazo, indicadores, metas e projetos.

Quadro 5 - Projetos do Ministério Público do Maranhão

| TEMA | OBJETIVO | Nº PROJETO | NOME DO PROJETO |
|------------|--|------------|-----------------|
| Financeiro | Garantir captação e gestão de recursos orçamentários e extra-orçamentários | 1.1 | Recursos Já! |

| TEMA | OBJETIVO | Nº PROJETO | NOME DO PROJETO |
|-----------------------|---|------------|---|
| Infra Estrutura | Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público | 2.1 | PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS - ARQUIMEDES |
| Infra Estrutura | Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público | 2.2 | PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS CONSISTENTE |
| Infra Estrutura | Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público | 2.3 | PROJETO DE COMUNICAÇÃO INTERNA – E-MAIL, MENSAGEM INST. E SOLIT. SERVIÇOS |
| Infra Estrutura | Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público | 2.4 | PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO ERP E-CIDADE |
| Infra Estrutura | Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público | 2.5 | PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS DE TI |
| Infra Estrutura | Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público | 2.6 | PROJETO DE MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CPD |
| Infra Estrutura | Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público | 2.7 | PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE E INTERNET |
| Infra Estrutura | Garantir Infraestrutura física adequada | 3.1 | Acessibilidade já! |
| Infra Estrutura | Garantir Infraestrutura física adequada | 3.2 | Promotoria Modelo |
| Pessoas | Ampliar e adequar quadro funcional de acordo com a efetiva necessidade do MP | 4.1 | PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários |
| Pessoas | Garantir clima organizacional favorável | 5.1 | Projeto Integração |
| Pessoas | Capacitar continuamente membros e servidores | 6.1 | Calendário anual |
| Eficiência e Eficácia | Padronizar rotinas e procedimentos | 7.1 | PPO - Padronização de procedimentos organizacionais |
| Eficiência e Eficácia | Fortalecer a imagem do MP intensificando ações de divulgação externa | 8.1 | Estação Ministério Público |
| Eficiência e Eficácia | Ampliar parcerias estratégicas | 9 | |
| Eficiência e Eficácia | Garantir segurança institucional | 10.1 | PROJETO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO |
| Direitos Humanos | Combater a violência doméstica | 11.1 | PROJETO DE FORTALECIMENTO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA COM ATRIBUIÇÕES PARA O COMBATE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER |

| TEMA | OBJETIVO | Nº PROJETO | NOME DO PROJETO |
|----------------------|---|------------|--|
| Direitos Humanos | Garantir os direitos das minorias | 12.1 | Ministério Público: Implementação e consolidação da rede de proteção da pessoa idosa |
| Direitos Humanos | Garantir os direitos das minorias | 12.2 | Criação do Plano Estadual Quilombola |
| Direitos Humanos | Garantir a política de Assistência Social | 13.1 | Implementação dos centros de referência de assistência social |
| Educação | Exigir o cumprimento do direito à educação | 14.1 | Educação Básica: uma prioridade do município |
| Saúde | Implementar e efetivar as políticas de saúde | 15.1 | Pró-vida |
| Saúde | Implementar e efetivar as políticas de saúde | 15.2 | MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO: POSITIVANDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO |
| Infância e Juventude | Atuar na proteção da criança e adolescente | 16.1 | A JUSTIÇA JUVENIL RESTAURATIVA NA REESTRUTURAÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI |
| Infância e Juventude | Atuar na proteção da criança e adolescente | 16.2 | Projeto de Combate as drogas |
| Cível | Racionalizar a atuação do MP na área Cível, rebalanceando a distribuição da carga de trabalho | 17 | |
| Meio Ambiente | Garantir o Saneamento Ambiental em todos os municípios do Estado | 18.1 | Regionalização da atuação ambiental |
| Meio Ambiente | Garantir o Saneamento Ambiental em todos os municípios do Estado | 18.2 | Saneamento Ambiental nos municípios |
| Probidade | Combater as condutas ímprobas | 19.1 | Portal da Transparência |
| Criminal | Estreitar o relacionamento com as Polícias visando cooperação e fiscalização | 20 | |
| Criminal | Combater o crime organizado | 21 | |
| Consumidor | Garantir a proteção jurídica do cidadão nas relações de consumo | 22.1 | SOS Consumidor |

c) Mapa Estratégico

A partir dos insumos obtidos no evento de Alinhamento Estratégico e nas entrevistas com as principais lideranças da Instituição, teve início a construção do Mapa Estratégico, uma forma gráfica de representar a estratégia da Instituição. Composto por 22 obje-

tivos estratégicos de diferentes naturezas, o Mapa foi amplamente discutido com membros e servidores especialistas em determinados temas para que se fizessem todos os ajustes necessários e se chegasse a uma versão final.

A validação do Mapa Estratégico ocorreu em 24 de maio de 2011 na sala de reuniões dos órgãos colegiados, evento este que contou com a participação da Administração Superior e Equipe de Planejamento.

A última etapa de construção do Planejamento Estratégico foi a elaboração e validação de projetos estratégicos, iniciativas que permitirão ao Ministério Público do Estado do Maranhão alcançar as metas definidas para os próximos cinco anos.

Ao todo, foram compostos 27 projetos estratégicos, que foram validados em uma reunião no dia 25 de julho de 2011, na sala de reuniões dos órgãos colegiados, na Procuradoria Geral de Justiça, da qual participaram os integrantes da Administração Superior, Equipe de Planejamento, representantes das Coordenadorias de Apoio Operacional e responsáveis pela construção dos projetos estratégicos.

Ao final da fase de consolidação do plano estratégico, foi elaborado o modelo de gestão estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão. É esse modelo, somado à disciplina de gestão, que garantirá que a estratégia da instituição seja sistematicamente gerenciada com vistas à sua implementação e, se necessário, seja revisada para a melhor consecução da visão de futuro.

O Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão está estruturado em quatro perspectivas ou dimensões de análise da estratégia. São elas:

- Impacto social: perspectiva na qual está o objetivo norteador da Instituição. Em resumo, todos os esforços realizados pelo Ministério Público devem se refletir nesta perspectiva.
- Processos: concentra os objetivos das áreas finalísticas do Ministério Público, distribuídos pelos seguintes temas: cível, consumidor, saúde, educação, direitos humanos, infância e juventude, meio ambiente, probidade e criminal.
- Institucional: traz os objetivos que tratam da eficiência e eficácia da Instituição.
- Recursos Humanos, Físicos e Financeiros: esta perspectiva contém os objetivos que se relacionam com as necessidades da Instituição em desenvolver pessoas, infraestrutura, tecnologia e recursos.

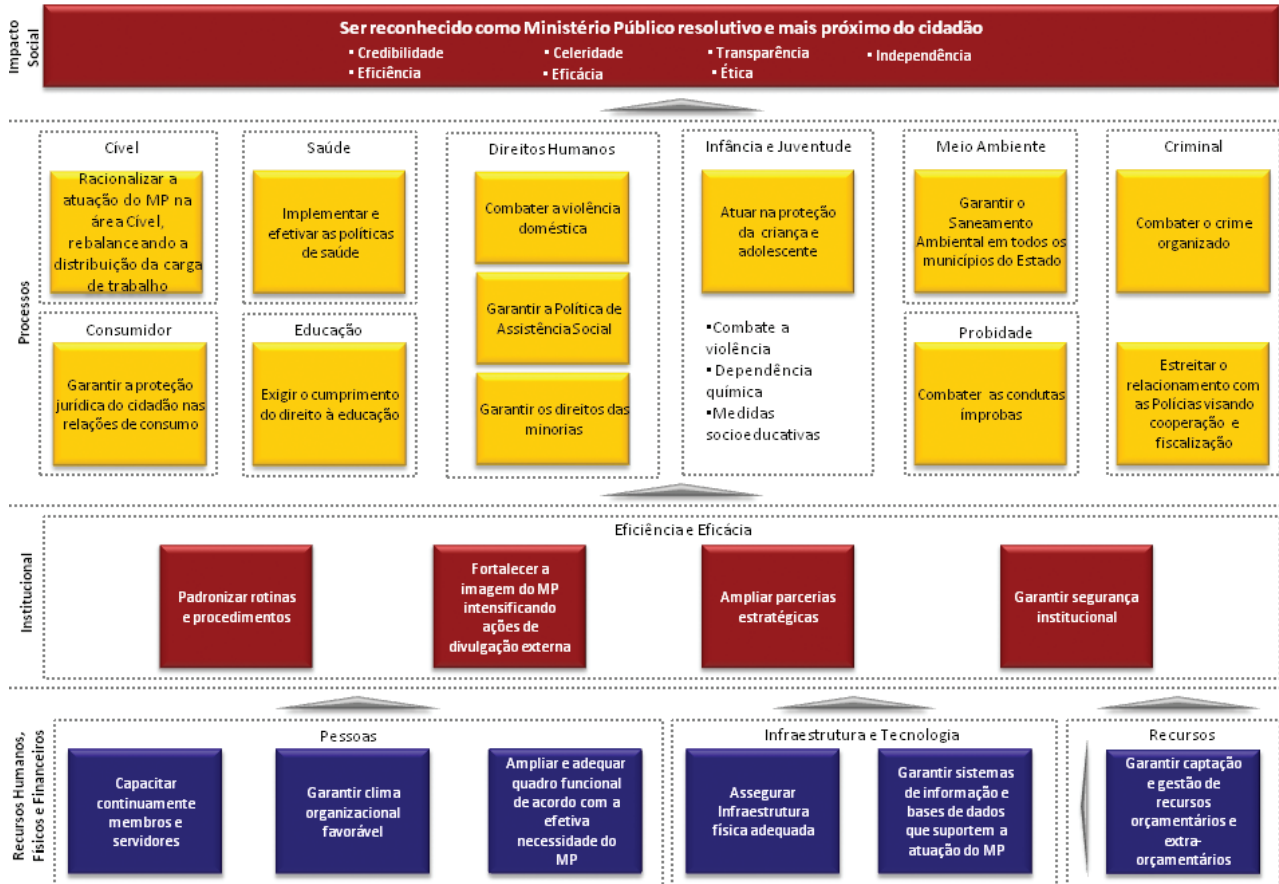


Figura 2 - Mapa Estratégico

d) Projetos implantados

- *Programa de Rádio – Estação Ministério Público*

Alguns desses projetos começaram a ser colocados em prática antes mesmo do fim da elaboração do planejamento estratégico da Instituição. Como, por exemplo o projeto programa de Rádio Estação Ministério Público Maranhão.

Ao apresentar o projeto, a proposta da Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público, tanto no Maranhão quanto em outros estados da Federação, prendeu-se à necessidade de fortalecer a independência institucional na área de comunicação, a exemplo do que já ocorre com os sites e portais institucionais do Ministério Público brasileiro em todas as suas esferas.

A ideia central é que a Instituição Ministerial seja detentora de espaços próprios nos diversos veículos de comunicação, em especial Rádio e Televisão, para ampliar o alcance de suas informações junto à população, que ainda conhece muito pouco o verdadeiro papel do Ministério Público.

O projeto ganhou corpo de forma rápida, e ainda, com o Planejamento Estratégico do MP, e no dia 4 de junho, o programa Estação Ministério Público Maranhão estreou na Rádio São Luís- AM, frequência 1.340 Khz.

O Estação Ministério Público já ultrapassou a casa das 25 edições, tornou-se uma parada obrigatória para milhares de ouvintes, com a divulgação de notícias e entrevistas de Promotores e Procuradores de Justiça sobre os mais diversos assuntos, com a participação direta dos ouvintes por telefone.

- *Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento Humano*

O projeto Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento Humano tem como objetivo contribuir para uma melhor qualidade de vida da população do Estado. Para isso, o Ministério Público realizará audiências públicas nos Municípios de Centro do Guilherme, Araiões, Santana do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, Governador Newton Bello, Belágua, Matões do Norte, Fernando Falcão, Brejo de Areia, São Roberto e Presidente Juscelino e intensificará a fiscalização da aplicação de verbas públicas.

A elaboração, implementação de medidas de fortalecimento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de inclusão social deverão ser feitas por meio de parcerias



Audiência pública do projeto Positivando no município de Centro do Guilherme

entre instituições públicas, privadas e a sociedade civil organizada. A primeira das onze audiências públicas ocorreu em Araiões, no Country Clube, e contou com a participação de mais de 600 pessoas, entre autoridades e representantes da sociedade.

A segunda audiência pública foi realizada no Município de Centro do Guilherme, com um IDH de 0,484, no dia 26 de outubro, no Clube Espaço Aberto. Centro do Guilherme dista cerca de 440 quilômetros da capital São Luís e localiza-se na microrregião do Gurupi; fica quase na divisa do Maranhão com o Estado do Pará, mas apesar de ser o Município detentor do menor Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão apresenta uma série de contrastes econômicos.

No centro urbano quase não se encontra casas de taipa e percebe-se a existência de um comércio bastante ativo, representado por pequenos mercados e lojinhas, numa clara demonstração de que a riqueza circulante no Município não vem apenas da economia de subsistência ou do fruto do trabalho do funcionalismo público municipal, como normalmente ocorre na maioria das cidades do interior do Estado.

Para dar sequência ao projeto Positivando o Desenvolvimento Humano, será elaborado um relatório das audiências públicas pelas equipes técnicas e pelos parceiros do projeto. O objetivo não é só exigir das autoridades competentes que executem as políticas públicas e apliquem as verbas orçamentárias adequadamente, mas, sim, ajudar a buscar saídas para o desenvolvimento do Município e da região.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no Estado do Maranhão, os Municípios que registram os índices mais baixos de IDH são: Centro do Guilherme, Araisos, Santana do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, Governador Newton Bello, Belágua, Matões do Norte, Fernando Falcão, Brejo de Areia, São Roberto e Presidente Juscelino.

O Projeto Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento Humano tem o apoio da Caixa Econômica Federal e da Petrobras.



A procuradora-geral de Justiça, Fátima Travassos, na audiência pública em Centro do Guilherme

5 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

O Programa 0337 – Gestão da Cidadania tem como objetivo dar condições ao Ministério Público do Estado do Maranhão de assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Engloba as ações de Capacitação de Recursos Humanos, Direção e Coordenação da Cidadania, Construção da sede própria do Ministério Público, Construção, Reforma e Aparelhamento de outras unidades do Ministério Público, Manutenção da unidade e Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça.

No cumprimento de suas atribuições regimentais, a Diretoria Geral planejou, coordenou, orientou e supervisionou as atividades das unidades administrativas sob sua direção, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Procuradora-Geral de Justiça. A seguir, as principais atividades administrativas e resultados alcançados:

5.1 Da Capacitação

A capacitação e aprimoramento do Quadro de Pessoal continuou a ser prioridade nesta gestão. Neste ano, foram 966 pessoas treinadas, entre membros e servidores.

5.2 Da Criação de cargos

Em 2011, foram criadas 182 novas vagas para o fortalecimento das atividades institucionais do Ministério Público, conforme segue:

Tabela 41 - Criação de cargos – Membros do MP

| VAGAS CRIADAS | CARGO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | LEI COMPLEMENTAR |
|-----------------|-------------------------------------|---|---------------------------|
| 2 | Promotor de Justiça – Inicial | Morros e Olinda Nova | Nº 135/2011, de 14.06.11. |
| 6 | Promotor de Justiça - Intermediária | 03 Timon; 02 São José de Ribamar e 01 Imperatriz | |
| 12 | Promotor de Justiça - Final | Promotorias da Capital | |
| 9 | Promotor de Justiça - Intermediária | 01 Araiões; 01 Rosário; 01 Açailândia; 01 Imperatriz; 02 São José de Ribamar; 01 Balsas e 01 Maracaçumé | Nº 143/2011, de 06.12.11. |
| TOTAL 29 | | | |

Tabela 42 - Criação de cargos de provimento efetivo – Técnico-Administrativo

| VAGAS CRIADAS | CARGO | LEI COMPLEMENTAR |
|-----------------|---|------------------------|
| 36 | Técnico Ministerial – área Administrativa | Nº 9.397, de 14.06.11. |
| 15 | Técnico Ministerial – área Exec. Mandados | Nº 9.397, de 14.06.11. |
| 04 | Técnico Ministerial – área Edificações | Nº 9.517, de 06.12.11. |
| 15 | Analista Ministerial – área Engenharia Civil Analista Ministerial – área Engenharia Elétrica Analista Ministerial – área Engenharia Mecânica Analista Ministerial – área Arquitetura e Urbanismo | Nº 9.517, de 06.12.11. |
| TOTAL 70 | | |

Tabela 43 - Criação de cargos de provimento em comissão

| VAGAS CRIADAS | CARGO | LEI Nº |
|-----------------|---------------------------------|------------------------|
| 36 | Assessor de Promotor de Justiça | Nº 9.397, de 14.06.11. |
| 1 | Coordenador | Nº 9.517, de 06.12.11. |
| 4 | Chefes de Seção | |
| 1 | Assessor-Chefe de Auditoria | |
| TOTAL 42 | | |

Tabela 44 - Criação de cargos – Estágio não-obrigatório

| VAGAS CRIADAS | CARGO | LEI COMPLEMENTAR |
|-----------------|--|--------------------------|
| 41 | Estagiários do curso de Direito (Imperatriz, Caxias, Timon, Açailândia, Bacabal e Codó e Promotorias da Capital) | Nº 14/2011, de 05.12.11. |
| TOTAL 41 | | |

5.3 Da Movimentação da força de trabalho

Tabela 45 - Promotores de Justiça aprovados no Concurso Público homologado em 2009

| SITUAÇÃO | 2011 | 2010 | 2009 | TOTAL |
|--------------------------------------|------|------|------|-------|
| Nomeados | 33 | 23 | 18 | 74 |
| Não tomaram posse | 7 | 1 | 0 | 8 |
| Exonerados | 3 | 3 | 0 | 6 |
| Em efetivo exercício – concurso 2009 | 23 | 19 | 18 | 60 |

Tabela 46 - Movimentação na Carreira de Membros do Ministério Público

| MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL | 2011 | 2010 | 2009 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Promoção para Procurador de Justiça | - | 2 | - |
| Promoção de Promotor de Justiça | 2 | 2 | 6 |
| Titularidade de Promotor de Justiça | 22 | 16 | - |
| Remoção | 18 | 25 | 34 |
| Aposentadoria Procurador de Justiça | 0 | 2 | 0 |
| Aposentadoria Promotor de Justiça | 0 | 0 | 1 |

Tabela 47 - Servidores Efetivos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo - Analistas Ministeriais

| SITUAÇÃO | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Nomeados | - | 7 | 21 | 6 |
| Não tomaram posse | - | 4 | 8 | 0 |
| Exonerados / vacância | 3 | 6 | 9 | 5 |
| Servidores em exercício | 101 | 104 | 106 | 104 |

Tabela 48 - Servidores Efetivos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo - Técnicos Ministeriais

| SITUAÇÃO | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Nomeados | - | 32 | 17 | 45 |
| Não tomaram posse | - | 7 | 4 | 14 |
| Exonerados / vacância | 12 | 29 | 18 | 17 |
| Servidores em exercício | 354 | 366 | 366 | 373 |

Tabela 49 - Servidores Efetivos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo - Auxiliares Ministeriais

| SITUAÇÃO | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Aposentadoria / falecimento | 1 | 1 | - | 2 |
| Servidores em exercício | 26 | 27 | 28 | 28 |

Tabela 50 - Provimento de Cargos Comissionados

| CARGO | QUANT. NOMEAÇÕES | | | QUANT. EXONERAÇÕES | | |
|--|-------------------------|-------------|-------------|---------------------------|-------------|-------------|
| | 2011 | 2010 | 2009 | 2011 | 2010 | 2009 |
| De indicação da Procuradora-Geral de Justiça | 37 | 52 | 40 | 28 | 50 | 29 |
| De indicação de Procurador de Justiça | 44 | 37 | 29 | 20 | 37 | 27 |
| De indicação de Promotor de Justiça | 22 | 86 | 0 | 22 | 5 | 0 |
| TOTAL | 103 | 175 | 69 | 70 | 92 | 56 |

Tabela 51 - Avaliação de Desempenho e Movimentação na Carreira – Servidores efetivos

| AVALIAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA | 2011 | 2010 | 2009 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Avaliação de desempenho – servidores | 100% | 100% | 100% |
| Homologação de estágio probatório - nº de servidores | 38 | 182 | 56 |
| Progressão Funcional – nº de servidores | 274 | 398 | 166 |
| Promoção Funcional – nº de servidores | 51 | 4 | 42 |
| TOTAL MOVIMENTAÇÃO (Promoção + Progressão) | 325 | 402 | 208 |
| Remoções | 10 | 25 | 17 |

Tabela 52 - Coordenação do Estágio Não Obrigatório

| SITUAÇÃO | Nº DE ESTAGIÁRIOS - 2011 - | Nº DE ESTAGIÁRIOS - 2010 - | Nº DE ESTAGIÁRIOS - 2009 - |
|--------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | ATO REGULAMEN- TAR 14/2011 | ATO REGULAMEN- TAR 02/2010 | ATO REGULAMEN- TAR 08/2009 |
| Estagiários Total | 132 | 91 | 83 |
| Admitidos | 69 | 41 | 74 |
| Renovação de Estágio | 26 | 44 | 14 |
| Desligados | 64 | 33 | 31 |
| Avaliados | 100% | 100% | 100% |
| Estagiários em exercício | 88 | 79 | 71 |

5.4 Do Programa de Qualidade de Vida

Tabela 53 - Saúde ocupacional – público-alvo: Membros e Servidores

| AÇÃO | 2011 | 2010 |
|---|-------------|-------------|
| Vacinação | 211 | 147 |
| Atendimento Médico - consultas | 1.763 | 798 |
| Atendimento Odontológico – nº pacientes | 421 | 557 |
| Atendimento Odontológico – nº procedimentos | 2.192 | 2.802 |
| Análise de Processos Administrativos | 745 | 1.540 |
| Exames admissionais | 63 | - |

5.5 Das Remunerações médias e reajustes salariais

Tabela 54 - Remuneração média em 2011

| REMUNERAÇÃO MÉDIA - 2011 | VALOR (R\$) |
|---------------------------------|--------------------|
| De membros ativos | 20.559,87 |
| De servidores ativos | 2.970,17 |

Tabela 55 - Reajuste para os Servidores do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo

| ANO | % REAJUSTE | VIGÊNCIA | FUNDAMENTAÇÃO LEGAL |
|------|---|------------------------|---|
| 2011 | 5,20% | A partir de 01/01/2011 | Lei nº 9.304, de 10 de dezembro de 2010 |
| 2010 | 4,31% | Desde 01/01/2010 | Lei nº 9.304, de 10 de dezembro de 2010 |
| 2009 | 11,98 % (incorporação) 12% de reajuste | A partir de 01/11/2009 | Lei nº 9.041, de 08 de outubro de 2009 |

5.6 Das Obras e Serviços de Engenharia

Tabela 56 - Construções totalmente executadas

| PROMOTORIAS DE JUSTIÇA | VALOR TOTAL CONTRATADO (VALOR LICITADO + ADITI- VOS – SUPRESSÕES) | PERCENTUAL EXECUTADO |
|------------------------|---|-------------------------|
| Presidente Dutra | R\$ 557.328,58 | 100,00%. |
| São Mateus do Maranhão | R\$ 319.575,68 | 100,00%. |
| Alto Parnaíba | R\$ 300.029,82 | 100,00% ³ |



Inaugurações das novas instalações das promotorias nas comarcas do interior

³ Apesar de a execução financeira não ter atingido os 100% contratados, a execução física atingiu tal nível e foi solicitada a glosa da diferença do valor.

Tabela 57 - Construções parcialmente executadas

| OBRA | VALOR TOTAL CONTRATADO (VALOR LICITADO + ADITIVOS – SUPRESSÕES) | PERCENTUAL EXECUTADO |
|--|---|----------------------|
| Nova sede da Procuradoria Geral de Justiça | R\$ 24.036.709,53 | 28,60% |
| Promotoria de Justiça de Carutapera | R\$ 280.628,04 | 22,46% |



Construção do prédio da Procuradoria Geral de Justiça

Tabela 58 - Reformas totalmente executadas

| OBRA | VALOR TOTAL CONTRATADO (VALOR LICITADO + ADITIVOS – SUPRESSÕES) | PERCENTUAL EXECUTADO |
|--|---|----------------------|
| Promotoria de Justiça de Açailândia | R\$ 199.025,14 | 100,00% ⁴ |
| Memorial do Ministério Público – São Luís | R\$ 24.011,16 | 83,72% ⁵ |
| Promotoria de Justiça de Porto Franco | R\$ 178.462,21 | 100,00% ⁶ |
| Promotoria de Justiça de São José de Ribamar | R\$ 127.372,92 | 100,00% ⁷ |
| Promotoria de Justiça de Pinheiro | R\$ 128.085,45 | 100,00% |

Tabela 59 - Manutenção Predial

| LOCAL | VALOR TOTAL CONTRATADO (VALOR LICITADO + ADITIVOS – SUPRESSÕES) | PERCENTUAL EXECUTADO |
|---|---|----------------------|
| Procuradoria Geral de Justiça (Manutenção predial da PGJ e Promotorias de Justiça da Grande São Luís) | R\$ 249.907,73 | 44,04% |

⁴ Apesar de a execução financeira não ter atingido os 100% contratados, a execução física atingiu tal nível e foi solicitada a glosa da diferença do valor.

⁵ A empresa não concluiu os serviços contratados, tendo sido penalizada em processo administrativo específico.

⁶ Aguardando liberação para execução de serviços necessários à conclusão da obra.

⁷ Apesar de a execução financeira não ter atingido os 100% contratados, a execução física atingiu tal nível e foi solicitada a glosa da diferença do valor.

Tabela 60 - Serviços de Engenharia

| SERVIÇOS | VALOR TOTAL CONTRATADO (VALOR LICITADO + ADITIVOS – SUPRESSÕES) | PERCENTUAL EXECUTADO |
|--|---|----------------------|
| Consultoria especializada para inspeção, ensaios, diagnóstico e revisão de cálculo estrutural e elaboração de projeto de reforço, reparo e proteção da estrutura de concreto armado do prédio-sede das Promotorias de Justiça da Capital. | R\$ 121.000,00 | 100,00% |
| Levantamentos planialtimétricos e sondagem de terreno para construção das Promotorias de Justiça de: Coelho Neto, Governador Eugênio Barros, Colinas, Barra do Corda, Pindaré Mirim, Maracaçumé, São Bento, São João Batista e Paço do Lumiar. | R\$ 73.804,29 | 0,00% |

5.7 Das Licitações

Os procedimentos licitatórios e valores contratados em 2011 encontram-se relacionados no gráfico e tabela a seguir:

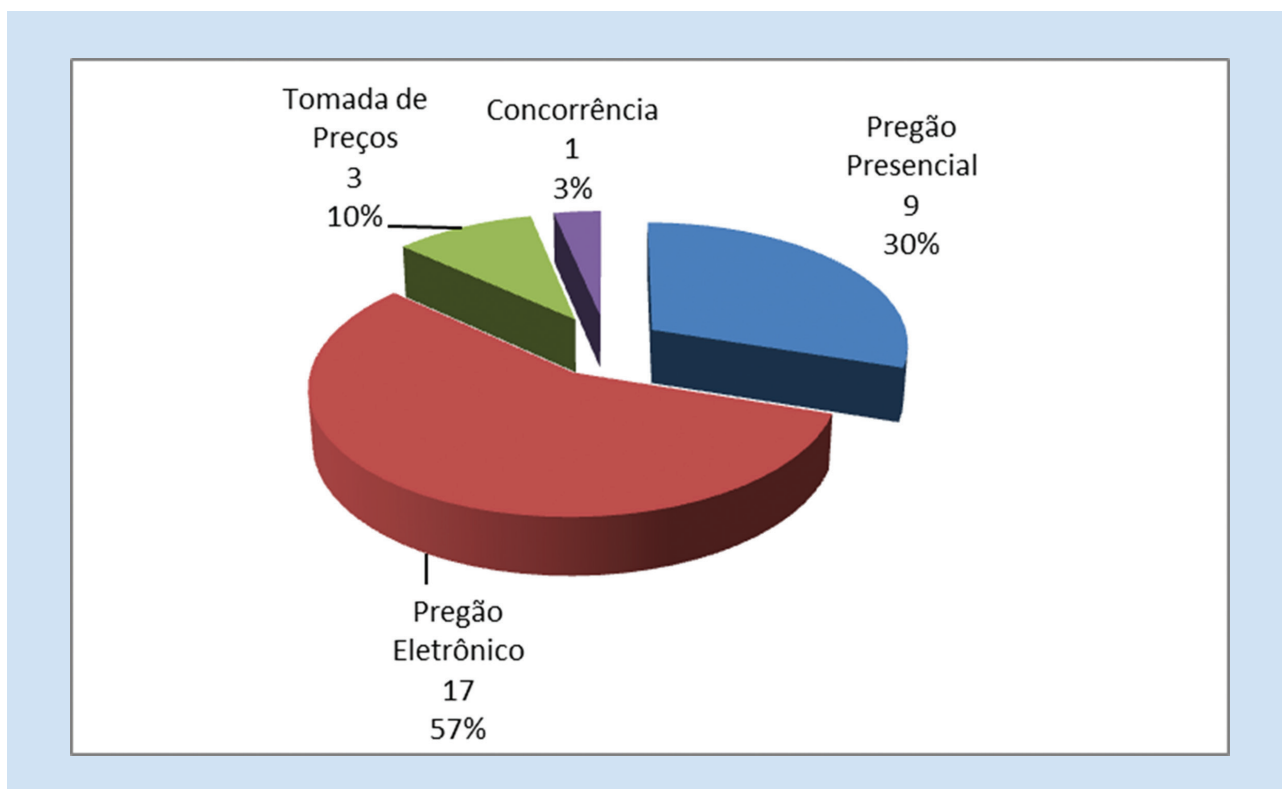


Gráfico 4 – Licitações realizadas em 2011

Tabela 61 – Valores das Licitações realizadas em 2011

| MODALIDADE | QTDE. | VALOR ESTIMADO (R\$) - (A) | VALOR OFERTADO (R\$) - (B) | ECONOMIA (VALOR ABSOLUTO – R\$) - (C) | ECONOMIA (VALOR RELATIVO - %) [(C/A)*100] |
|-------------------|-----------|----------------------------|----------------------------|---------------------------------------|---|
| Pregão Eletrônico | 17 | R\$ 10.816.695,32 | R\$ 6.813.622,72 | R\$ 4.003.072,60 | 37,01% |
| Pregão Presencial | 8 | R\$ 4.514.627,10 | R\$ 2.531.502,60 | R\$ 1.983.124,50 | 43,93% |
| Tomada de Preços | 4 | R\$ 866.252,57 | R\$ 803.781,42 | R\$ 62.471,15 | 7,21% |
| Concorrência | 1 | R\$ 3.664.927,40 | R\$ 3.664.765,63 | R\$ 161,77 | 0,0% |
| TOTAL | 30 | R\$ 19.862.502,39 | R\$ 13.813.672,37 | R\$ 6.048.830,02 | 30,45% |

Conforme se verifica acima, com os processos licitatórios, conseguiu-se uma redução de R\$ 6.048.830,02 (seis milhões, quarenta e oito mil, oitocentos e trinta reais e dois centavos) nos valores das contratações, o que equivale 30,45% (trinta inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do valor total disponibilizado.

A Lei de Licitações e Contratos determina, como regra, a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa ou inexigibilidade. A Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria Geral de Justiça realizou no ano de 2011, 61 (sessenta e um) enquadramentos de contratações por dispensa (artigo 24 da Lei nº 8.666/93) e 126 (cento e vinte e seis) por inexigibilidade de licitação (artigo 25 da Lei nº 8.666/93), além de 11 (onze) adesões a Atas de Registro de Preços, gerenciadas por outros órgãos.

5.8 Dos Veículos

Em 2011, o Ministério Público operou com 77 veículos, assim distribuídos:

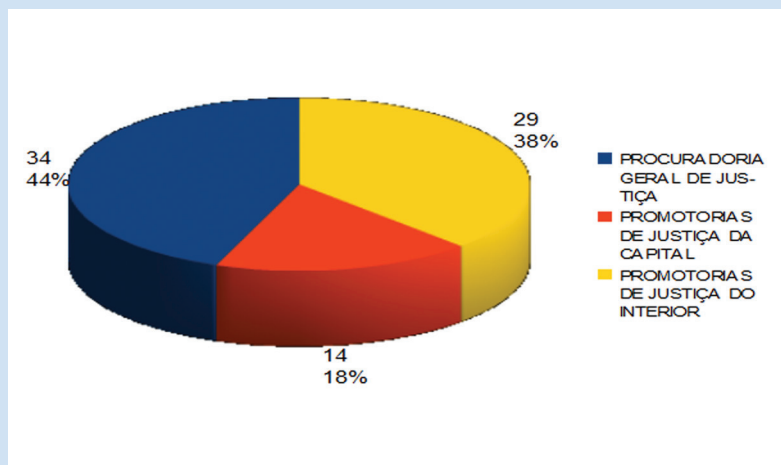


Gráfico 5 – Distribuição dos veículos do MPMA

5.9 Dos Serviços Gerais

Tabela 62 – Despesas fixas realizadas em 2011

| COORD. SERVIÇOS GERAIS – DESPESAS FIXAS | VALOR (R\$) |
|--|---------------------|
| Contrato de Locação de Imóveis | 1.346.638,14 |
| Serviço de Limpeza e Conservação | 562.443,69 |
| Serviço de Motorista | 334.099,60 |
| Manutenção de Central de Ar Condicionado | 68.330,00 |
| Manutenção de Elevadores | 11.540,00 |
| Locação de Máquinas Fotocopiadoras | 320.977,45 |
| Fornecimento de Luz | 953.058,06 |
| Fornecimento de Água e Esgoto | 162.467,58 |
| Serviço de Telefonia Fixa | 827.705,03 |
| Serviço de Telefonia Móvel | 563.841,26 |
| Serviço de Postagem | 448.578,02 |
| Serviço de Segurança Privada | 148.800,00 |
| Fornecimento de Passagem Aérea | 358.813,58 |
| Manutenção de Central Telefônica | 28.380,00 |
| Serviço de Seguro Total de Veículos | 41.900,05 |
| Fornecimento de Combustível | 295.595,23 |
| TOTAL DESPESAS FIXAS | 6.473.167,69 |

Tabela 63 – Despesas variáveis realizadas em 2011

| COORD. SERVIÇOS GERAIS – DESPESAS VARIÁVEIS | VALOR (R\$) |
|---|--------------------|
| Manutenção de Veículos | 250.965,41 |
| Serviços: Elétrico, Pintura, Pedreiro. Hidráulico | 11.136,88 |
| Confecção de Placas de Inauguração e Identificação | 10.405,58 |
| Confecção de Chaves e Carimbos | 14.774,00 |
| Conserto de Fax, Telefone, Fragmentadora e Cafeteira | 6.710,00 |
| Conserto de Bomba – Poço Artesiano | 3.447,00 |
| Conserto de Portas e Janelas de Vidros | 390,00 |
| Recuperação de Quadros e Moldura | 550,00 |
| Recuperação de Forro de Gesso | 400,00 |
| Serviço de Dedetização, Desbaratização e Descupinização | 600,00 |
| Instalação e Conserto de Ar Condicionado – Split e ACJ | 71.712,30 |
| Serviços de Instalação de Forros e Divisórias | 96.445,01 |
| Serviços de Instalação de Películas e Persianas | 5.421,08 |
| TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS | 472.957,26 |

5.10 Do Investimento em Material Permanente

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, atendendo a toda demanda institucional (PGJ, Promotorias da Capital e Interior), adquiriu e tombou 1.902 (mil, novecentos e dois) bens, com destaque para: 1.468 (mil, quatrocentos e sessenta e oito) itens mobiliários (estações de trabalho, mesas, armários, gaveteiros, cadeiras, e etc), 124 (cento e vinte e quatro) equipamentos eletroeletrônicos (aparelhos de fax, ventiladores, câmeras fotográficas e etc), 103 (cento e três) condicionadores de ar, 1 (um) veículo, entre outros. Com relação aos mobiliários, importante ressaltar a aquisição de 612 (seiscentos e doze) cadeiras certificadas, com dimensões e especificações estabelecidas pela NBR 13962:2006 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e a NR-17 (ergonomia) do Ministério do Trabalho.

Tabela 64 – Materiais permanentes adquiridos no ano de 2011

| ITEM | VALOR (R\$) | PERCENTUAL (%) |
|---------------------------------|-------------------------|----------------|
| Equipamentos eletro-eletrônicos | R\$ 44.770,50 | 3,54 |
| Mobiliário | R\$ 958.528,90 | 75,76 |
| Automóvel | R\$ 161.000,00 | 12,72 |
| Aparelhos de ar condicionado | R\$ 75.727,00 | 5,98 |
| Livros e periódicos | R\$ 12.136,80 | 0,96 |
| Equipamentos de Informática | R\$ 7.760,00 | 0,61 |
| Diversos (cortina/persiana) | R\$ 5.421,08 | 0,43 |
| Total | R\$ 1.265.344,28 | 100 |

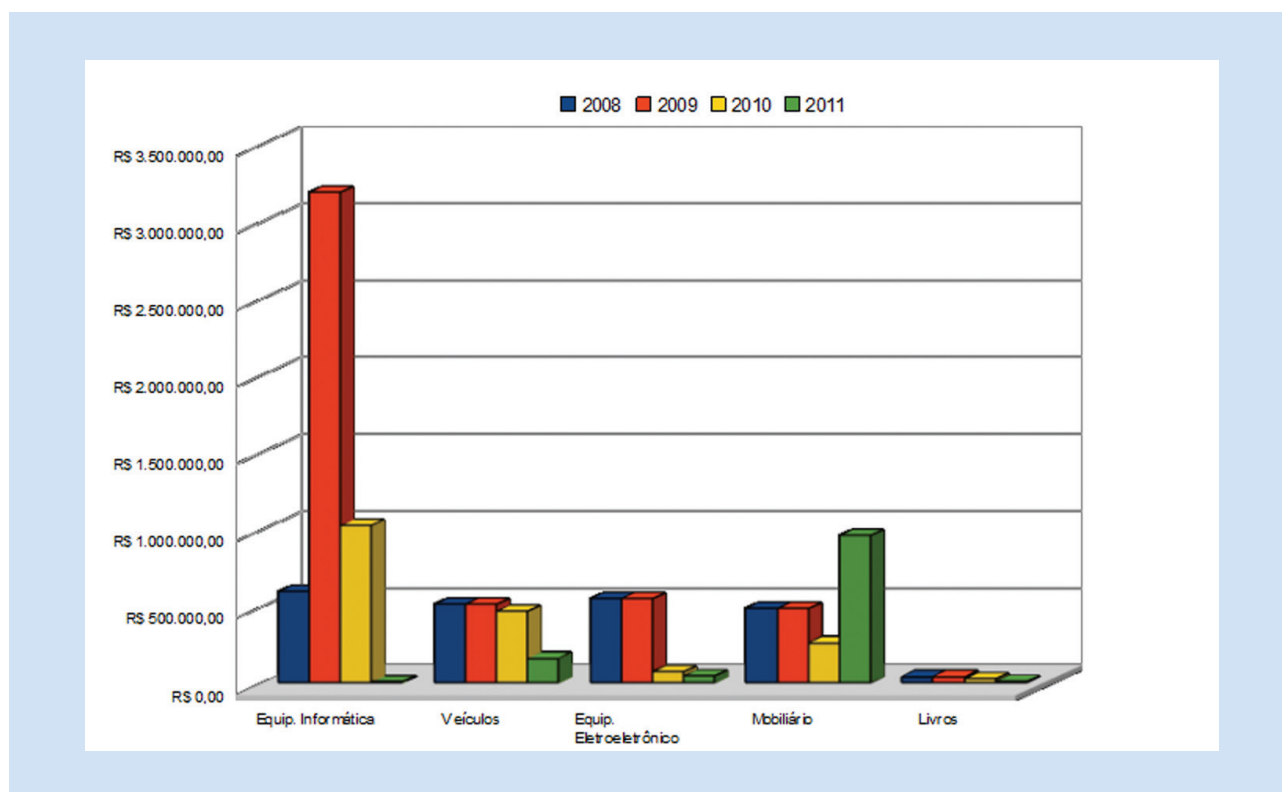


Gráfico 6 – Evolução do investimento em material permanente 2008-2011

Tabela 65 – Detalhamento do material permanente adquirido no ano de 2011

| MATERIAL | QUANTIDADE |
|--------------------------------|------------|
| Impressoras | 8 |
| Bebedouros | 21 |
| Bloqueadores para telefone | 50 |
| Cafeteiras elétricas | 4 |
| Dvd bivolt | 2 |
| Aparelhos de Fax | 15 |
| Frigobares | 3 |
| Geladeira | 1 |
| Calculadoras eletrônica | 2 |
| Máquinas fotográficas digitais | 12 |
| Ventiladores | 6 |
| Armários de uma porta | 10 |
| Armários arquivo-médio | 121 |
| Armários baixo de duas portas | 21 |
| Armários brancos | 3 |
| Armários de aço | 65 |
| Armários mistos | 36 |
| Arquivos de aço | 14 |
| Bibliocantos | 90 |
| Cadeiras | 557 |
| Estação peninsular | 58 |
| Estação promotor | 19 |
| Estação servidor | 71 |
| Estantes de aço | 49 |
| Expositores | 23 |
| Gaveteiros | 154 |
| Longarinas | 55 |
| Mesas de apoio | 9 |
| Mesa redonda | 3 |
| Mesa retangular | 1 |
| Mesa secretária | 38 |
| Poltronas | 2 |
| Porta cpu | 3 |
| Porta teclado | 1 |
| Prateleiras | 14 |
| Rack | 50 |
| Suporte para teclado | 1 |
| Automóvel – Hilux sw4 | 1 |
| Enciclopédias | 2 |
| Livros | 22 |
| Revistas | 9 |
| Condicionadores de ar | 103 |

| MATERIAL | QUANTIDADE |
|--------------|-------------|
| Cortinas | 21 |
| Guilhotinas | 2 |
| Telefones | 150 |
| Total | 1902 |

5.11 Da Administração de Material de Consumo

Com vistas ao atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Interior, foram empregados durante o exercício de 2011, para a aquisição de materiais de consumo, recursos no montante de R\$ 1.688.484,20 (um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), sendo: R\$ 21.791,63 (vinte e um mil, setecentos e noventa e um reais, sessenta e três centavos) em alimentos e bebidas; R\$ 317.677,15 (trezentos e dezessete mil, seiscentos e setenta e sete reais e quinze centavos) em combustíveis e lubrificantes; R\$ 936.413,55 (novecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos) em expediente e impressos, R\$ 268.591,00 (duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e noventa e um reais) para compra de peças para veículos; além de R\$ 144.010,87 (cento e quarenta e quatro mil, dez reais e oitenta e sete centavos) na compra de outros materiais de consumo.

Entre os itens adquiridos, merece destaque a entrega de 9.248 (nove mil, duzentos e quarenta e oito) resmas de papel A4 e 2.307 (dois mil, trezentos e sete) toners de impressão.

5.12 Do Acervo Bibliográfico, Documentação e Publicações

Por meio da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, foram implementadas as seguintes melhorias:

- Proposição de edição do Ato Regulamentar nº 011/2011-GPGJ (DJE 09/08/11), que alterou os artigos 53 e 79 do Ato Regulamentar nº 020/2008 (Regimento Interno da PGJ/MA), possibilitando maior efetividade à autuação dos processos administrativos internos na Seção de Protocolo/PGJ e maior celeridade no fluxo dos processos oriundos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, após o recebimento pela Coordenadoria de Processos/PGJ, para manifestação das Procuradorias de Justiça, com a implantação do Sistema de Gerenciamento de Autos – Arquimedes;
- Requisição de contratação de profissional técnico especializado em formatação e diagramação eletrônica de publicações, além da supervisão dos trabalhos desenvolvidos e requisição de contratação de profissional técnico especializado para realizar a elaboração do índice de assuntos da obra “*Coletânea das principais normas internas: período 1984 a julho de 2011*”.

Cabe ainda destacar as seguintes atividades:

a) Gestão e Fiscalização de Contratos:

- Assinatura e renovação de periódicos jurídicos impressos (Editoras: Revista dos Tribunais, Fórum, IOB-Síntese, Consulex e Dialética); assinatura e renovação de Sistemas de pesquisa virtual: a) Jurídico “*JURISPLENUM*”: aos Membros do MPMA e unidades de informação e às Bibliotecas da Procuradoria Geral de Justiça e da Escola Superior do MP); b) de Licitações e Contratos “Boletim BLC – NDJ” : à Diretoria Geral, Comissão permanente de Licitação, à Auditoria e Controle Interno e à Assessoria/PGJ); c) de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de sentença trabalhista “*Debit Atualiza*” e “*Debit Trabalhista*”: Ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd e à Assessoria Técnica).
- Prestação de Serviço de Publicidade de Avisos, Editais, comunicados e Notas Oficiais nos Jornais Locais, no total de 83 matérias institucionais;
- Prestação de Serviço de Fornecimento de Jornais Locais;
- Prestação de Serviço de Guarda e Gerenciamento de Documentos e Arquivos – Sistema GED ARQUIVAR;
- Prestação de Serviço de fornecimento de Materiais Gráficos (lotes referentes às publicações institucionais).

b) Supervisão Editorial de Obras Institucionais:



Publicações do Ministério Público do Maranhão

- Agenda MPMA 2011;
- Coletânea das principais normas internas: período 1984 a julho de 2011;
- Revista do MPMA - Juris Itinera nº. 18/2011 (anual);
- Relatório de Atividades MPMA - 2011;
- Normalização do Planejamento Estratégico 2012-2016 do MPMA;
- Distribuição da Revista “Lumiar” nº 1/2011 da Escola Superior do MPMA.

c) Atendimento ao usuário:

Tabela 66 – Atendimento ao usuário

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|---|--------------|
| Realização de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral. | 1.440 |
| Serviço de Alerta-Legislação (pesquisa, seleção e ao envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA) | 192 |
| Serviço de Empréstimo de livros jurídicos, técnicos e literários | 1.753 |
| TOTAL | 3.385 |

d) Política de Desenvolvimento e Ampliação de Coleções

Foi proposta a Licitação para Aquisição de Livros Jurídicos e Técnicos: para o acervo da Biblioteca Arcelina Mochel/PGJ e da Biblioteca/ESMP (Processo 4289AD/2011). O procedimento licitatório foi realizado em dezembro de 2011, e a contratação da empresa para o fornecimento de livros dar-se-á no exercício financeiro de 2012.

Foi incorporado ao acervo da Biblioteca Arcelina Mochel, por doação, o total de 49 livros jurídicos e literários, além da atualização do acervo de periódicos jurídicos e técnicos por renovação de assinaturas (total: 15) e por doação de títulos (total: 24).

e) Outras ações importantes em 2011:

Além da participação e relatoria das reuniões do Programa Memória Institucional do MPMA, as seguintes iniciativas e ações estiveram em destaque no decorrer do ano de 2011, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 67 – Iniciativas e ações - 2011

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|---|--------------|
| Recebimento, formatação e envio para publicação das Normas Internas do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão – Poder Judiciário (DJE). | 1.470 |
| Produção do Boletim “MP no DJE” (coleção semanal de matérias institucionais publicadas no Diário da Justiça do Estado (DJE), enviada ao Gabinete/PGJ. | 52 |
| Serviço de Empréstimo de livros jurídicos, técnicos e literários. | 1.753 |
| Despachos em Processos Administrativos e do Conselho Superior do Ministério Público. | 193 |
| Atualização dos Sistema de Legislação Estadual – LEGIS (Cadastro e a inserção normas estaduais e Atos Normativos Internos). | 1.440 |
| Atualização do Sistema de Legislação Municipal. | 36 |
| TOTAL | 8.329 |

f) Atividades da Seção de Protocolo/PGJ:



Setor de Protocolo e servidores

Tabela 68 – Atividades da Seção de Protocolo/PGJ - 2011

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|---|---------------|
| Autuação de Processos Administrativos | 10.138 |
| Autuação de Processos do Conselho Superior | 1.753 |
| Recebimento e autuação de outros processos. | 170 |
| Recebimento de Processos Judiciais Cíveis | 6.016 |
| Recebimento de Processos Judiciais Criminais. | 2.119 |
| Devolução de Processos Judiciais Cíveis | 6.533 |
| Devolução de Processos Judiciais Criminais | 675 |
| Expedição de Correspondências | 22.015 |
| Expedição de Processo e Documentos por GED's | 844 |
| Controle de recebimento do Diário da Justiça – Poder Judiciário (DJE) | 236 |
| TOTAL | 58.828 |

g) Atividades da Seção de Arquivo/PGJ:



Setor de Arquivo e servidores

Tabela 69 – Atividades da Seção de Arquivo/PGJ - 2011

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|--|---------------|
| Recebimento de Processos | 6.449 |
| Remessa de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões) | 3.411 |
| Devolução de processos para rearquivamento. | 100 |
| Solicitação de documentos para consulta junto à Empresa AC Suporte e Serviços Ltda. – representante exclusivo da marca ARQUIVAR – responsável técnica dos serviços de guarda e gerenciamento de arquivos permanentes | 33 |
| Devolução de documentos permanentes para guarda e gerenciamento | 173 |
| TOTAL | 10.026 |

5.13 Da Modernização e Tecnologia da Informação

Em 2011, a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação recebeu 324 processos, dos quais 315 foram despachados e 09 encontravam-se em análise. Destacam-se abaixo suas principais realizações:

a) Coordenadoria

- Contratação de serviços de comunicação de dados

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria da experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público, pelo aumento de velocidade dos circuitos e da qualidade da tecnologia empregada.

- Contratação de serviços de manutenção para os equipamentos servidores do CPD

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços disponibilizados por estes.

- Aquisição de notebooks

Beneficiário(s): Membros e setores específicos, como CPL e Cerimonial.

Impactos: Melhoria da experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

- Aquisição de 8 (oito) impressoras emergenciais

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Atendimento emergencial a setores que se encontravam sem esse tipo de equipamento.

- Aquisição de impressoras e scanners (Licitação em fase de conclusão)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria dos serviços prestados e economia de papel.

- Aquisição de computadores desktops

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria da experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

- Implantação do ERP E-cidade (Licitação em andamento)

Beneficiário(s): Setores administrativos da Procuradoria Geral de Justiça.

Impactos: Melhoria na gestão administrativa, financeira, contábil e patrimonial, pela informatização de todos os processos gerenciais.

- Aquisição do grupo gerador para o datacenter da PGJMA (Processo iniciado)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços disponibilizados por estes.

- Adequação das infraestruturas de rede elétrica e lógica da PGJMA e Promotorias de Justiça da Capital (Processo iniciado)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA atuantes nos referidos prédios, e sociedade.

Impactos: Melhoria da qualidade e disponibilidade da rede elétrica e lógica dos prédios citados e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços prestados nos mesmos.

- Padronização das Promotorias de Justiça do Interior quanto à infraestrutura elétrica e lógica (Processo iniciado)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA atuantes nas referidas Promotorias, e sociedade.

Impactos: Melhoria da qualidade e disponibilidade da rede elétrica e lógica dos prédios das Promotorias do interior do estado e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços prestados nas mesmas.

- Acompanhamento da mudança do sistema de antivírus

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Aumento da segurança da informação e melhorias na experiência dos usuários na utilização dos sistemas computacionais.

- Distribuição dos certificados digitais

Beneficiário(s): Membros do MPMA.

Impactos: Possibilidade dos membros acessarem os sistemas processuais dos Tribunais e Conselhos Superiores, bem como possibilitar uma nova forma de autenticação e validação de logins nos sistemas institucionais, aumentando a segurança das informações institucionais.

- Acompanhamento da instalação dos circuitos da nova rede de dados

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria na experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

- Acompanhamento e fiscalização das aquisições e contratos celebrados

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Aquisições realizadas e contratos cumpridos.

- Gestão e controle das atividades realizadas pelas Seções que compõem a CMTI

Beneficiário(s): CMTI e PGJ

Impactos: Melhoria significativa do clima organizacional e dos serviços prestados pela CMTI.

b) Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

- Sistema de Gerenciamento de Processos – Arquimedes/GEAP

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria no controle dos processos judiciais e extrajudiciais tramitados no MPMA, possibilitando a busca mais rápida, precisa e eficiente das informações dos referidos processos.

- Portal Intranet – Folha On-Line

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Agilidade e comodidade para membros e servidores no acesso aos seus dados, no que diz respeito à folha de pagamento – contracheque, ficha financeira, demonstrativo de IRPF e previsão de vencimentos.

- Sistema de Controle Orçamentário

Beneficiário(s): Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

Impactos: Melhoria dos serviços da COF, com a disponibilização de diversos relatórios e funcionalidades.

- Sistema de Controle de Acórdãos

Beneficiário(s): CAOp – Probidade Administrativa.

Impactos: Melhoria do controle dos serviços do setor em questão, com o sistema permitindo: cadastro, edição, consulta e acompanhamento dos acórdãos controlados pelo setor.

- GED – Execução de Mandados

Beneficiário(s): Setor de Execução de Mandados das Promotorias de Justiça da Capital.

Impactos: Melhoria do controle dos serviços do setor em questão, com o sistema permitindo: geração automática do número dos documentos; controle de movimentação; permissão para modificação das informações cadastradas; impressão e geração de relatório; distribuição automática por oficiais de promotoria; execução de comandos na área de consulta.

- GED – Diretoria das Promotorias de Justiça da Capital

Beneficiário(s): Diretoria das Promotorias de Justiça da Capital.

Impactos: Melhoria do controle dos serviços do setor em questão, com o sistema permitindo: cadastro e distribuição automática de procedimento para as Promotorias de Justiça;

- Novo Portal da Transparência

Beneficiário(s): Servidores, membros do MPMA e sociedade em geral.

Impactos: Portal da Transparência atendendo ao princípio da publicidade dos atos da Administração e à Resolução CNMP nº. 66, de 23 de fevereiro de 2011, intensificando a integração da instituição com a sociedade, favorecendo para o cidadão a fiscalização da utilização de bens e recursos públicos e análise dos gastos.

- Sistemas intermediários, vinculados ao novo Portal da Transparência: Passagens e Diárias, Sistema de Contratos, Sistema de Licitações

Beneficiário(s): Servidores, membros do MPMA e sociedade em geral.

Impactos: Favorecimento da implantação e implementação do novo Portal da Transparência.

- Novo Site Institucional

Beneficiário(s): Coordenadoria de Comunicação e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria dos serviços da Coordenadoria de Comunicação por tornar o site mais dinâmico e funcional, permitindo a inclusão e o gerenciamento do conteúdo de forma dinâmica e a publicação de arquivos em áudio e vídeo. Dessa forma, a sociedade ganha um meio de comunicação mais rico e atualizado.

- Unificação das Credenciais de Acesso – Autenticações

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Sistemas como Ponto Eletrônico, Contracheque On-Line e intranet passaram a ser validados mediante a utilização do usuário e da senha do e-mail institucional, o que representa mais segurança, já que as senhas lá armazenadas são criptografadas e o processo de criação e troca de senhas só pode ser realizado mediante uma única fonte.

- Sistema web para registro automático da escala de férias

Beneficiário(s): Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Impactos: Agilidade e praticidade no registro da escala de férias por parte dos servidores, no gerenciamento destas por parte dos gestores de lotação e na importação para o Sistema de Recursos Humanos pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

- Sistema de Inventário Tecnológico e Controle de Atendimentos – GLPI

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Possibilidade do controle de contratos de manutenção, contratos de aquisição, além do controle on-line dos materiais de informática entregues aos setores através do número de série e tombo, além do controle de todas as chamadas de atendimento realizadas pelos usuários. Agora o usuário faz a abertura e o acompanhamento dos chamados através da intranet, sem a necessidade de realizar ligações telefônicas.

- Sistema de Eleições

Beneficiário(s): Membros do MPMA

Impactos: Informatização e agilização dos processos eleitorais dos Órgãos Colegiados do MPMA.

- Sistema de Atendimento Remoto – Team Viewer

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Facilitação e agilização dos atendimentos de chamados realizados nas máquinas dos usuários.

- Sistema para Agendamento de veículo, motoristas, datashow, auditório (em desenvolvimento)

Beneficiário(s): Coordenadoria de Serviços Gerais

Impactos: Melhoria dos serviços da Coordenadoria de Serviços Gerais com a implementação de um controle e gerenciamento dos pedidos de reserva de veículos, motoristas, auditório, datashow, e demais itens que forem incluídos no sistema.

- Assessoramento à Coordenadoria para contratação de Fábrica de Software, com elaboração de análise de Atas de Registro de Preços e solicitação de propostas (Processo iniciado)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Implantação de novos sistemas informatizados e atualização dos sistemas já desenvolvidos, principalmente quanto às tabelas de taxonômicas e disponibilização em tempo hábil dos sistemas de processo eletrônico e demais demandas emergenciais existentes.

Outras demandas foram atendidas com a melhoria de sistemas, correção de erros e desenvolvimento de outras aplicações:

Quadro 6 – Outras Implementações

| MATERIAL | DEMANDA | QUANTIDADE |
|--|--|------------|
| CRC – Registro e acompanhamento da situação cadastral das empresas prestadoras de serviços e de fornecimento de material permanente e de consumo ao MPMA | – Disponibilização, no Certificado de Registro Cadastral, da data de validade de todas as certidões registradas pelo sistema, a saber: Certidão de Quitação com Tributos Federais, Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, Certidão de Quitação com Tributos Estaduais, Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa do Estado, Certidão de Quitação com o ISS e TLF, Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e Prova de Regularidade com o FGTS. | CPL e CAD |
| Controle de Material e Requisição – MPMGO | – Disponibilização de um projeto-piloto, para testes do sistema cadastro e controle de requisição de material desenvolvido e utilizado pelo MPMGO. Tal sistema foi disponibilizado para testes, tendo sido instalado, ajustado e testado. Entretanto, optou-se pela utilização do Sistema de Gestão Integrada – E-cidade em função da padronização da linguagem de desenvolvimento e integração com os demais setores administrativos. | CAD |
| Ponto Eletrônico | – Desenvolvimento de funcionalidade de cadastro de justificativa por parte do servidor e nova interface do módulo de gestão com novas funcionalidades, como a possibilidade de marcação gerencial para grupos de servidores e exibição da quantidade de justificativas pendentes de deferimentos; – Inclusão/remoção da regra de negócio para proibir o autogerenciamento por parte do gestor; – Alteração na forma de consulta e geração do relatório de faltas, que passa a buscar informações de faltas, previamente calculadas, diretamente do banco de dados, sem a necessidade de se recalcularem sempre que o relatório for solicitado; | MPMA |

| MATERIAL | DEMANDA | QUANTIDADE |
|-----------------------------------|--|----------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> – Correção da tela de justificativa de ponto para permitir a visualização de todos os batimentos pendentes no dia, já que o mesmo mostrava apenas uma pendência; – Melhoria na interface do ponto, permitindo a visualização do calendário, de forma a facilitar o gerenciamento da frequência dos servidores. | |
| Informações Bancárias – COF | <ul style="list-style-type: none"> – Inclusão do campo CPF como uma das opções de filtro do relatório de consulta de informações bancárias por parte da COF. | COF |
| Portal da Transparência | <ul style="list-style-type: none"> – Adequação do relatório de diárias no novo portal da transparência com as informações solicitadas pelo CNMP; – Inclusão de consulta direta do quadro de pessoal com base nas informações gerenciadas pelo RH; – Agrupamento do resultado das consultas no relatório de licitações do portal; – Ajustes no módulo de Contratos – permitindo listar todos os contratos com a data de término destes e a pesquisa por situação; – Realização de ajustes na validação das datas das diárias; – Desenvolvimento de relatório de adiantamentos concedidos. | MPMA |
| Requisição de Material de Consumo | <ul style="list-style-type: none"> – Substituição de códigos de UORG de setores; – Inclusão de novos campos na tela de processamento de pedido de material; | CAD |
| Recursos Humanos | <ul style="list-style-type: none"> – Mudança do nome do campo Exoneração para Data de Vacância, além de incluir a possibilidade de escolha do tipo de vacância: Exoneração, Demissão, Falecimento, Aposentadoria, Destituição, ou Não Informado; – Disponibilizada a funcionalidade de geração em arquivo pdf da tela de cadastro de membros/servidores do MPMA; – Inclusão do campo de nome Devolução na tabela que contém os tipos de vacância – Tabelas do RH; – Inclusão, na Tela de Cadastro do RH, de opção para identificar os servidores/membros que tem permissão para imprimir e gerar a escala de férias; – Inclusão de tela para Acompanhamento dos Cargos em Comissão, que permita à CGP registrar a data em que determinado servidor recebeu o cargo, além da data em que o cargo foi retirado. | CGP |
| Protocolo | <ul style="list-style-type: none"> – Inclusão da funcionalidade de distribuição de processos, impressão de relatórios e resenhas para publicação no DO; – Desenvolvimento do relatório de distribuição de processos que estão com os Procuradores de Justiça. | Coordenadoria de Processos |

| MATERIAL | DEMANDA | QUANTIDADE |
|----------|--|----------------|
| Ações | – Correção do tipo de dado da coluna Assunto, dentro da tabela Tribunal, do banco de dados do sistema de Processo, que estava prejudicando o correto funcionamento do sistema de Ações utilizado pela Assessoria Especial. | Assessoria PGJ |
| Acórdãos | – Inclusão de filtro para consulta rápida dos acórdãos já registrados. | CAOp-ProAd |

c) Seção de Segurança e Rede de Computadores

- Mudanças do processo de resolução de nomes (replicação do DNS SEATI/PGJ)

Beneficiário(s): Servidores das Promotorias de Justiça.

Impactos: Melhoria no acesso às aplicações internas, destacando-se o acesso ao sistema de batimento de ponto eletrônico.

- Elaboração do projeto de cabeamento estruturado da construção do prédio sede das Promotorias de Imperatriz

Beneficiário(s): Servidores e membros das Promotorias de Imperatriz

Impactos: Melhoria na infraestrutura e conseqüente melhoria na experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim.

- Elaboração do plano de implantação do novo sistema de antivírus

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Aumento da segurança da informação e melhorias na experiência dos usuários na utilização dos sistemas computacionais.

- Suporte aos 118 (cento e dezoito) links de dados existentes

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Manutenção das condições de trabalho quanto à conexão de dados de todos os setores do Ministério Público.

- Suporte aos diversos setores do MPMA (PGJ e Promotorias da Capital e do Interior)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Manutenção das condições de trabalho quanto à infraestrutura de tecnologia da informação de todos os setores do Ministério Público.

- Análise de processos administrativos sobre justificativas de registro de ponto eletrônico

Beneficiário(s): Servidores do MPMA.

Impactos: Repasse das informações necessárias à Administração Superior para as tomadas de decisões demandadas.

- Levantamento e revisão das informações necessárias à implantação da nova rede de dados

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Criação das condições necessárias à implantação da nova rede de dados do MPMA, que trará melhorias na experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

- Assessoramento à Coordenadoria para elaboração do Termo de Referência e solicitação de propostas para a aquisição do grupo gerador para o datacenter da PGJMA

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços disponibilizados por estes.

- Assessoramento à Coordenadoria para elaboração do Termo de Referência e solicitação de propostas para a adequação das infraestruturas de rede elétrica e lógica da PGJMA e Promotorias de Justiça da Capital

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA atuantes nos referidos prédios, e sociedade.

Impactos: Melhoria da qualidade e disponibilidade da rede elétrica e lógica dos prédios citados e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços prestados nos mesmos.

- Assessoramento à Coordenadoria para elaboração de perfis de infraestrutura elétrica e lógica para a padronização das Promotorias de Justiça do Interior

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA atuantes nas referidas Promotorias, e sociedade.

Impactos: Melhoria da qualidade e disponibilidade da rede elétrica e lógica dos prédios das Promotorias do Interior do Estado e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços prestados nas mesmas.

- Realização de treinamento CISCO para suporte à operação da nova rede de dados

Beneficiário(s): Servidores da CMTI.

Impactos: Servidores aptos a prestarem suporte à operação da nova rede de dados.

- Suporte e acompanhamento da instalação dos circuitos da nova rede de dados

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria na experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

- Elaboração de estudo, análise de Atas de Registro de Preços e solicitação de propostas para a aquisição de soluções de storage e virtualização de servidores

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços disponibilizados por estes.

Outras Atividades

- Participação na 5ª Reunião de Trabalho do Comitê de Políticas de TI do Ministério Público / CPTI-MP e no 9º Encontro do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público na área-meio em Brasília-DF;

- Acompanhamento e elaboração de justificativa para o cabeamento do novo prédio-sede da PGJMA;

- Suporte para a instalação de certificados digitais.

a) Sessão de Suporte e Manutenção

- Execução do plano de implantação do novo sistema de antivírus

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Aumento da segurança da informação e melhorias na experiência dos usuários na utilização dos sistemas computacionais.

- Uso do Sistema de Inventário Tecnológico e Controle de Atendimentos – GLPI

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Possibilidade do controle de contratos de manutenção, contratos de aquisição, além do controle on-line das materiais de informática entregues aos setores através do número de série e tombo, além do controle de todas as chamadas de atendimento realizadas pelos usuários. Possibilitando, com isso, que o usuário faça a abertura e acompanhamento do chamado através da intranet, sem a necessidade de realizar ligações telefônicas para tanto.

- Uso e disseminação de Sistema de Atendimento Remoto– Team Viewer

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Impactos: Facilitação e agilização dos atendimentos de chamados realizados nas máquinas dos usuários.

- Configuração dos 318 (trezentos e dezoito) notebooks adquiridos

Beneficiário(s): Membros do MPMA.

Impactos: Melhoria da experiência dos membros na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

- Atendimentos aos usuários

Beneficiário(s): Servidores e Membros do MPMA.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos sistemas e equipamentos de TI e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços prestados pelos servidores e membros.

5.14 Da Assessoria Técnica

Em 2011, a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça registrou 397 manifestações, conforme gráfico a seguir:

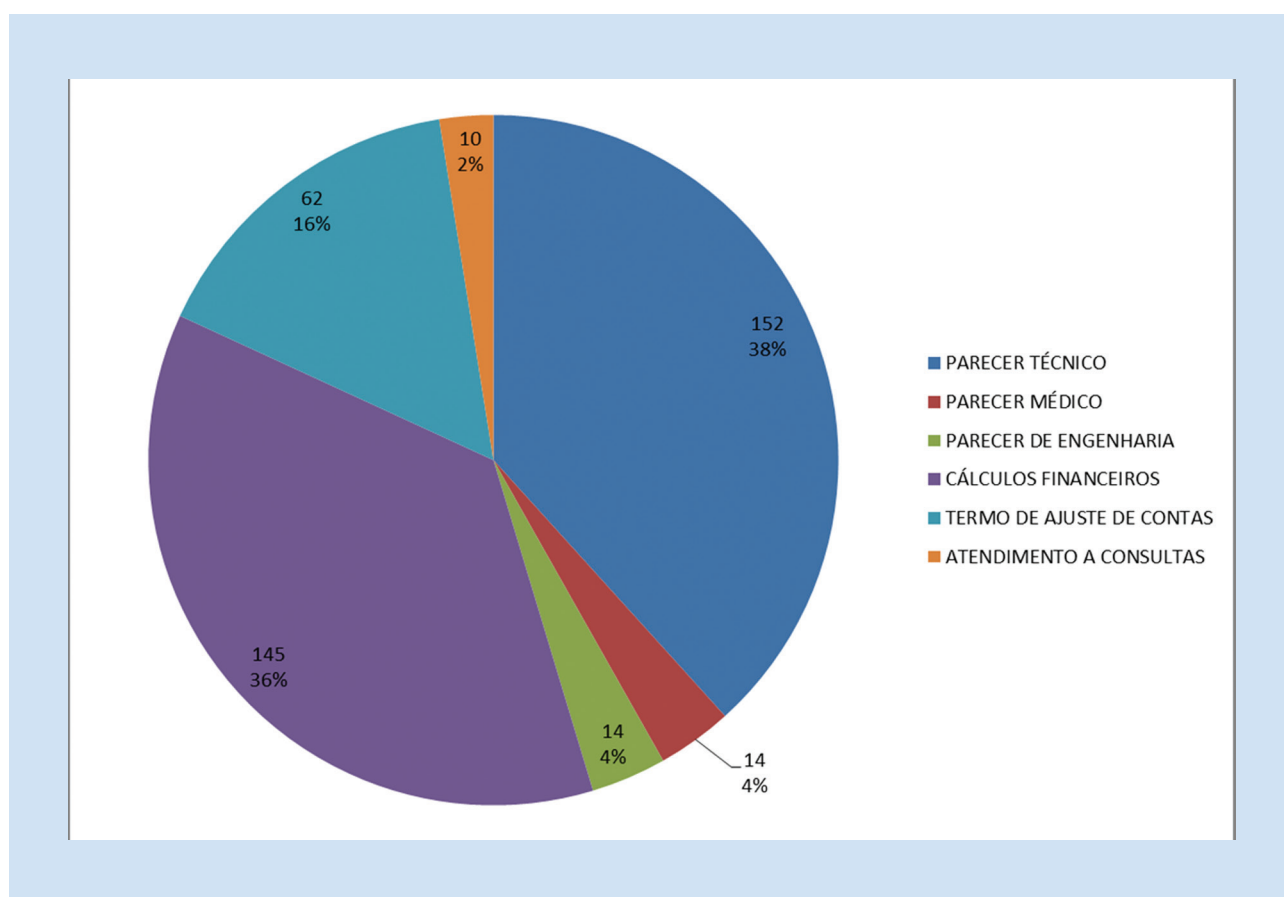


Gráfico 7 – Manifestações da Assessoria Técnica - 2011

5.15 Da Comunicação Institucional

O Ministério Público do Maranhão permaneceu na mídia de forma constante, em Jornais, na Televisão, no Rádio, e também na Mídia Eletrônica.

Foram divulgadas na imprensa local 1.887 matérias sobre atividades do Ministério Público ao longo do ano.

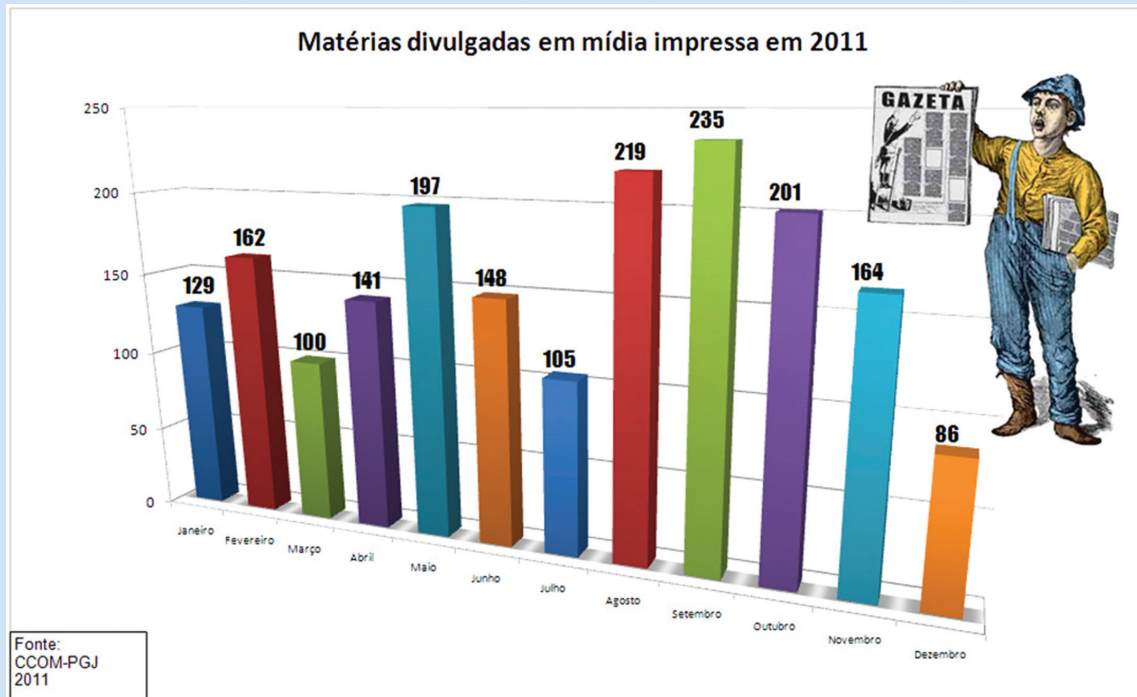


Gráfico 8– Divulgação de matérias acerca do MPMA na mídia impressa em 2011

Uma média de 157,23 matérias por mês, o que corresponde a 5,3 notícias por dia em veículos impressos (jornais diários) de grande circulação no Estado. Na maioria das publicações, aparece com avaliação positiva.

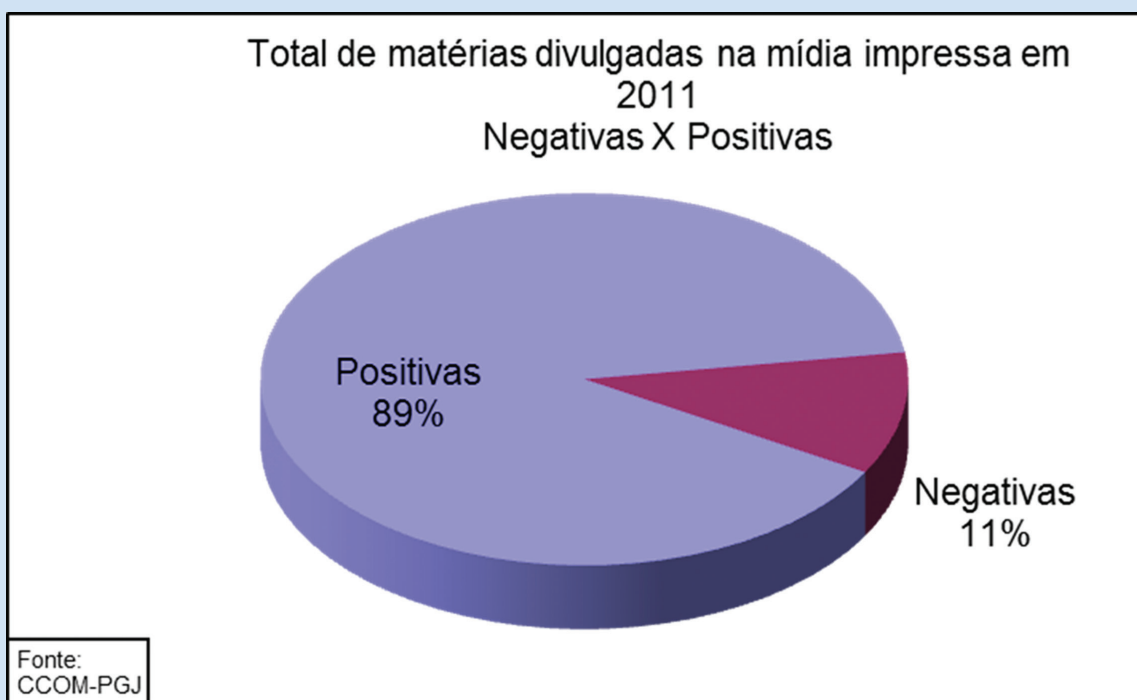


Gráfico 9 – Avaliação de matérias acerca do MPMA na mídia impressa em 2011

Outra comprovação também importante na avaliação é quanto a origem dessas notícias. Das matérias publicadas, 761 foram geradas pelos releases produzidos na CCOM e 1.126 foram produzidas de forma espontânea, pelos veículos de comunicação.



Gráfico 10 – Origem das matérias acerca do MPMA na mídia impressa em 2011

- Site Institucional e outras mídias

Neste ano, utilizou-se mais ilustrações nas notícias e deu-se mais celeridade na publicação das notícias geradas. Ao longo do ano foram distribuídos releases e matérias especiais para a imprensa. Publicou-se no site do MP, uma média de duzentas notícias a cada mês, além dos rotineiros avisos e comunicados voltados para o público interno.

- Descentralização

Para incrementar a rede de geração de informações do MP, incentivou-se a produção de notícias e imagens por parte dos Promotores de Justiça em todo o Estado. Dessa forma, passou-se a receber, com mais frequência, notícias de regiões até bem pouco tempo praticamente invisíveis na mídia, fato que diminuía a projeção das atividades do Ministério Público, que tem presença marcante em todo o Estado do Maranhão.

Outra medida de descentralização, na captação e produção de notícias, foi o deslocamento de um equipamento fotográfico para a sede das Promotorias da Capital e de um jornalista do quadro da Coordenadoria de Comunicação para cobrir especificamente essa área que concentra o maior número de Promotores de Justiça e Promotorias Especializadas do Estado.

- Visibilidade Nacional

Na cobertura nacional, destaca-se a participação constante do Ministério Público maranhense nos programas noticiosos e de entrevistas da Rádio Justiça. Em 2011, foram 15 participações ao vivo e/ou gravadas por telefone.

- Comunicação Interna

Além da Clipagem diária e Clippings especiais das notícias veiculadas sobre o Ministério Público na mídia impressa para o público interno, uma das providências iniciais foi o realinhamento de informações com a produção e distribuição de uma atualização da lista telefônica da PGJ e seus respectivos ramais especificando titulares de cada pasta e seus setores.

A Coordenadoria também procurou aperfeiçoar e otimizar o informativo EM DIA. O semanário passou por uma reformulação em sua editoração gráfica, e 38 edições foram produzidas (editoração eletrônica, fotografias e produção textual) ao longo do ano de 2011. O informativo também fica disponibilizado para leitura e download no site da Instituição.

- Media Training

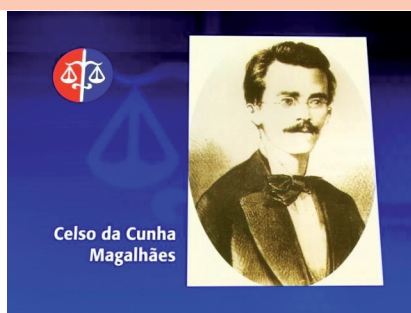
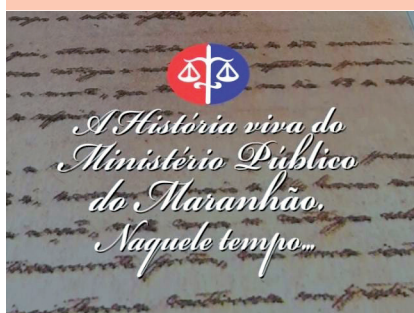
A área de comunicação participou da preparação dos promotores de Justiça recém-empossados para o relacionamento com a imprensa, inclusive em situações de crise.

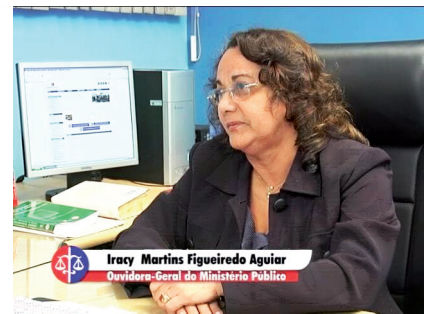
O trabalho foi dividido em etapas delineadas pela Direção da Escola Superior do Ministério Público e foi dividido em aulas teóricas. A parte teórica foi aplicada por uma profissional da área de Comunicação e uma Fonoaudióloga. Para a parte prática, a Procuradoria Geral de Justiça autorizou a contratação de equipamentos de TV, cinegrafistas e iluminadores para a consecução do treinamento realizado por amostragem, também com a orientação de uma jornalista especializada.

- Vídeo documentário Institucional “O Ministério Público do Maranhão na Linha do Tempo”

A elaboração de um vídeo institucional que ampliasse a visibilidade do que faz o Ministério Público e seu verdadeiro papel foi especialmente concebido para o Planejamento Estratégico que a Instituição realizou para o período 2011-2016.

O vídeo contou com a colaboração de vários Procuradores, Promotores e Servidores do MPMA, além da participação especial da Dr^a Elimar Figueiredo de Almeida e Silva, primeira Procuradora-Geral de Justiça eleita do Estado do Maranhão.





Imagens veiculadas no vídeo institucional concebido em 2011 pela CCOM

O objetivo foi mostrar as características básicas da Instituição, sua evolução no Maranhão destacando suas personagens históricas; mostrando o nascimento da autonomia administrativa e financeira, que evoluiu lentamente até alcançar a independência, conquistada com a promulgação da Carta Magna de 1988. O vídeo também mostra como funciona a instituição, o papel do Promotor, do Procurador de Justiça, do Procurador-geral, assim como todos os órgãos da Administração Superior da Instituição Ministerial.

- Projeto Programa de Rádio “Estação Ministério Público Maranhão”

O programa Estação Ministério Público Maranhão estreou na Rádio São Luís AM, frequência 1.340 Khz, no dia 4 de junho, como um projeto do Planejamento Estratégico



Promotores de Justiça em entrevista no programa de rádio

em andamento. A Procuradoria Geral de Justiça estabeleceu um marco inédito na instituição, pela forma como foi edificada a parceria, sem custos financeiros diretos para as duas instituições. Os programas são realizados ao vivo, com a apresentação e direção do Coordenador de Comunicação da PGJ, que entrevista Promotores e Procuradores de Justiça sobre os mais diversos assuntos, sempre aos sábados, no horário das 9 às 10 da manhã, com a participação direta dos ouvintes por telefone.

Em sete meses de exibição, o programa alcançou a sua 29ª edição tornando-se importante veículo de divulgação de notícias da Instituição.

- Artes, logos e ilustrações criadas pela CCOM para os eventos do MPMA

À Coordenadoria de Comunicação além da divulgação e cobertura de todos eventos promovidos pela Procuradoria Geral de Justiça também coube a elaboração das marcas e da confecção das peças publicitárias desses eventos.

5.16 Do Cerimonial

Quadro 7 - Eventos internos organizados/apoiados pelo Cerimonial

| EVENTO |
|--|
| Inauguração de novas sedes/reformas de promotorias de justiça (Presidente Dutra, Alto Parnaíba, Porto Franco, Açailândia e São Mateus) |
| Titularização de Promotores de Justiça |
| Audiência Pública de Encerramento da Promotoria Itinerante no Bairro do Angelim |
| Audiência Pública de Abertura da Instalação da Promotoria Itinerante na Vila Nova |
| Visita da Diretoria Executiva da AMMA |
| Solenidade de Posse dos Novos Promotores de Justiça Substitutos do MPMA |
| Capacitação de PHP |
| Palestra “Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade” e curso “Crime Organizado” promovidos pela ESMP |
| Abertura da Semana da Mulher de Paulo Ramos |
| Campanha “Mulheres: Progresso e Cidadania. Avanços conquistados” |
| Programação diversificada em homenagem às mulheres na sede das Promotorias de Justiça da Capital e na Procuradoria Geral de Justiça |
| Solenidade de Posse dos Novos Promotores de Justiça Substitutos do MPMA |
| Mesa de Diálogo - CAOP |
| I Encontro para elaboração do Planejamento Estratégico |
| Solenidade de apresentação do Relatório da Promotoria de Justiça da Educação |
| Reunião GESPÚBLICA |
| Audiência Pública de encerramento na área Itaqui-Bacanga |
| Curso de “Português Jurídico” para os servidores |
| Cerimônia de recondução da Dra. Selene de Coelho Lacerda no cargo de Corregedora-Geral |
| Audiência Pública de instalação da Unidade Móvel do MP, na Associação dos Moradores da Vila Esperança |
| Abertura e I Reunião do Alinhamento Estratégico 2012-2016 |
| Oficina Caop IJ e PROAD |

| EVENTO |
|---|
| Titularização de Promotores de Justiça |
| Campanha de Vacinação |
| Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais |
| Celebração no Gabinete da PGJ |
| Lançamento da Campanha sobre Violência Sexual |
| Palestras sobre violência sexual |
| Audiência Pública para enfrentamento contra a violência sexual infanto-juvenil |
| Palestra SAF |
| Reunião da COPEDS |
| I Encontro Nordeste do MPMA em Defesa da Saúde Pública – COPEDS/GNDH/CNPG |
| Posse de Promotores de Justiça Substitutos |
| Planejamento Estratégico (São Luís, Imperatriz, Pinheiro, Timon e Santa Inês) |
| Reunião Ordinária do CNPG |
| Oficina para fiscalizar o orçamento da infância e juventude |
| ENAP |
| Campanha de Vacinação |
| Posse de Promotores de Justiça Substituto |
| Seminário 'A expansão do Direito Penal: as criminalidades econômica e fiscal' |
| Audiência Pública sobre o estado de degradação urbana da Rua Rio Branco na Promotoria da Capital. |
| IV Módulo de Pós- Graduação em Ciências Criminais |
| Solenidade de entrega do prédio sede da Promotoria de Pinheiro |
| Instalação do ônibus da Promotoria Itinerante na Expoema |
| Abertura da exposição 'O encontro dos Anjos' no Espaço de Arte Márcia Sandes |
| Posse de novos Promotores de Justiça |
| Eleição do novo diretor da Promotoria de Justiça da Capital |
| Curso de Vitaliciamento na ESMP |
| Eleição do Conselho Superior do MPMA |
| Audiência Pública: Positivando o IDH- na cidade de Araiões |
| Posse do novo Diretor das Promotorias da Capital |
| Audiência Pública de encerramento das Atividades da Promotoria Comunitária Itinerante na Vila Esperança |
| Audiência Pública de instalação das Atividades da Promotoria Comunitária Itinerante na Vila Bacanga |
| Audiência Pública: Positivando o IDH- na cidade de Centro do Guilherme |
| Eleição para Ouvidoria |
| Posse do CSMP e Ouvidora |
| Lançamento do book do Planejamento Estratégico |
| Audiência Pública: Positivando o IDH- na cidade de Matões do Norte |
| Audiência Pública: Positivando o IDH- na cidade de Presidente Juscelino |
| Posse de Promotor de Justiça Substituto |
| Programação Alusiva ao Dia Nacional do Ministério Público |
| III Congresso Estadual do Ministério Público |
| Confraternização dos Servidores |
| Audiência Pública: Positivando o IDH- na cidade de Santa Rita |
| Audiência Pública: Positivando o IDH- na cidade de Bacabeira |

Quadro 8 – Assessoramento em eventos externos

| EVENTO |
|--|
| Posse da Governadora do Estado do Maranhão |
| Solenidade de Posse da Nova Diretoria da AMMA |
| Posse do Secretário de Estado de Planejamento |
| Solenidade de Passagem de Comando no 24º Batalhão de Caçadores |
| Cerimônia de Posse dos Deputados Estaduais |
| Posse do Secretário de Estado da Saúde |
| Solenidade de Posse do Desembargador Marcelo Carvalho Silvano cargo de Diretor da ESMAM |
| Reunião para apresentação da proposta de regularização fundiária para as comunidades quilombolas do Maranhão |
| Homenagem ao Dia da Mulher na Assembleia Legislativa |
| 3º Mutirão Carcerário no Fórum Desembargador Sarney Costa |
| Posse da nova diretoria da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM) |
| Posse do Conselho Gestor das comemorações dos 400 anos de São Luís |
| Solenidade de encerramento do projeto Mulheres da Paz |
| Solenidade de Inauguração da sede do Ministério Público Federal do Maranhão |
| Solenidade de Inauguração da nova sede administrativa da COOMAMP e homenagem PGJ |
| Solenidade de encerramento do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária |
| Solenidade de lançamento do Programa ' Maranhão Profissional' |
| Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Maranhão sobre o tema ' Desenvolvimento para a baixada Maranhense' |
| 10º aniversário da Defensoria Pública Estadual com honraria a Procuradora-Geral do MPMA conferida em sessão solene de posse do Conselho Superior da Defensoria Pública |
| Audiência Pública da Câmara Municipal de São Luís sobre a PVG e IPTU |
| Audiência Pública sobre trabalho escravo no Maranhão da Assembleia Legislativa do Maranhão |
| Prestação de Contas de 2 anos do Programa Saúde é Vida da Secretaria de Estado da Saúde |
| Congresso Norte-Nordeste de Ciências Criminais |
| Solenidade de reinauguração do Hospital Tarquínio Lopes Filho - Hospital Geral |
| Abertura do V Congresso Brasileiro de Advocacia Ambiental promovido pela OAB-MA |
| Lançamento da Campanha de Implantação e Fortalecimento de Polícia Municipal de Combate às Drogas |
| Visita na obra da futura sede da PGJ |
| Solenidade de Lançamento da Obra de Implantação da Via Expressa |
| Solenidade de Abertura da VI Conferência Estadual dos Advogados do Maranhão promovido pela OAB-MA |
| Sessão Solene de entrega de Título de cidadão maranhense ao Padre Antônio dos Santos Silva |
| Solenidade de Abertura do VI Encontro Maranhense de Contabilidade no século XXI |
| Inauguração da UPA- Parque Vitória |
| Sessão Solene de Instalação da Frente Parlamentar de Combate ao Crack |
| Solenidade Magna em comemoração ao 157º aniversário da Associação Comercial do Maranhão |
| Inauguração do Orquidário da Vale |
| Solenidade OAB |
| Aniversário do Tribunal de Justiça |
| Solenidade de abertura do Congresso de Direito Constitucional |

| EVENTO | |
|--|--|
| Solenidade de Abertura do Seminário Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos | |
| Inauguração do Anexo do Fórum Des. Sarney Costa | |
| Sessão Solene de posse do novo Presidente do Tribunal de Justiça | |

Tabela 70 – Levantamento Quantitativo

| LEVANTAMENTO QUANTITATIVO - 2011 | |
|--|----|
| Total de eventos internos realizados | 74 |
| Acompanhamentos a eventos externos em 2011 | 41 |
| TOTAL 115 EVENTOS (17% > 2010) | |

Tabela 71 – Quadro Comparativo (2010-2011)

| LEVANTAMENTO QUANTITATIVO | 2010 | 2011 |
|--|-----------|------------|
| Eventos Internos (Seminários, Lançamentos, Solenidades, Titularização, Aberturas, Congressos, Eleições, Encontros, Palestras, Oficinas, Campanhas) | 28 | 30 |
| Reuniões | 6 | 5 |
| Pedra Fundamental | 2 | - |
| Posses | 8 | 8 |
| Inaugurações/Reformas das Promotorias no Interior | 3 | 5 |
| Audiências Públicas | 4 | 19 |
| Comemorações | 5 | 3 |
| Cursos | 1 | 4 |
| Acompanhamentos Externos | 38 | 41 |
| Total | 95 | 115 |

6 ATOS NORMATIVOS – 2011

Abaixo, estão elencadas as principais normas internas editadas em 2011:

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 001/2011 - CPMP, DE 20 DE JANEIRO 2011 (DJE 24/01/2011): Disciplina o processo de escolha do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão.

RESOLUÇÃO Nº 002/2011- CPMP, DE 31 DE JANEIRO 2011 (DJE 22/02/2011): Regula-menta as atribuições dos Promotores de Justiça oficiantes na Entrância Final do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 003/2011 - CPMP, DE 31 DE JANEIRO DE 2011 (DJE 07/02/2011): Altera a numeração e as atribuições das Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 004/2011 - CPMP, DE 31 DE JANEIRO DE 2011 (DJE 07/02/2011): Disci-plina o Sistema de Plantão das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 005/2011 - CPMP, DE 31 DE JANEIRO DE 2011 (DJE 07/02/2011): Dis-põe sobre a substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento tem-porário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo, ou com o consentimento deste, a fim de assegurar a continuidade dos serviços.

RESOLUÇÃO Nº 006/2011 - CPMP, DE 27 DE ABRIL DE 2011 (DJE 20/05/2011): Conferir a Medalha do Mérito do Ministério Público - Celso Magalhães ao Ouvidor Geral do Ministério Público de Minas Gerais, Mauro Ferreira Brandão.

RESOLUÇÃO Nº 007/2011 - CPMP, DE 19 DE MAIO DE 2011 (DJE 23/07/2011): Define atribuição às Promotorias Especializadas em Educação, Saúde, Deficiente Físico, Idoso, Crianças e Adolescentes e Defesa da Mulher, da comarca de Imperatriz.

RESOLUÇÃO Nº 008/2011 - CPMP, DE 06 DE JUNHO DE 2011 (DJE 08/07/2011): Altera a redação do art. 1º da Resolução nº 003/2001-CPMP (Regulamenta o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa).

RESOLUÇÃO Nº 009/2011 - CPMP, DE 13 DE JULHO 2011 (DJE 19/07/2011): Retifica o anexo I da Resolução nº 02/2011-CPMP/MA para inverter a numeração ordinal de identi-ficação da 11ª e 12ª Promotorias de Justiça Especializadas, mantendo as respectivas atri-buições e para substituir a expressão portador de necessidades especiais por “Portador de Deficiência” na denominação e na descrição das atribuições da “11ª Promotoria de Justiça Especializada”.

RESOLUÇÃO Nº 010/2011 - CPMP, DE 13 DE JULHO DE 2011 (DJE 20/08/2011): Cria o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência.

RESOLUÇÃO Nº 011/2011-CPMP, DE 02 DE AGOSTO DE 2011 (DJE 03/08/2011): Dispõe sobre a eleição destinada à composição da lista tríplice para escolha do Ouvidor do Ministério Público, para o biênio 2011/2013.

RESOLUÇÃO Nº 012/2011 - CPMP, DE 09 DE AGOSTO DE 2011 (DJE 10/08/2011): Dispõe sobre a eleição destinada à composição da lista tríplice para escolha do Ouvidor do Ministério Público, para o biênio 2011/2013.

RESOLUÇÃO Nº 013/2011 - CPMP, DE 15 DE AGOSTO DE 2011 (DJE 18/08/2011): Altera o nome do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas GECOC, para Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas-GAECO/M.

RESOLUÇÃO Nº 014/2011 - CPMP, DE 12 DE AGOSTO DE 2011 (DJE 19/08/2011): Cria a 3ª e a 4ª Promotorias de Justiça de São José de Ribamar, redefine as atribuições das demais Promotorias de Justiça e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 015/2011 - CPMP, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011 (DJE 20/09/2011): Altera a redação do inciso I, do artigo 11 da Resolução nº 11/2011, que dispõe sobre a eleição destinada à escolha dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2011/2013.

RESOLUÇÃO Nº 016/2011 - CPMP, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 (DJE 14/10/2011): Altera a redação do parágrafo 3º, do artigo 4º da Resolução nº 12/2011, que dispõe sobre a eleição destinada à composição da lista tríplice para escolha do Ouvidor do Ministério Público, para o biênio 2011/2013.

RESOLUÇÃO Nº 017/2011 - CPMP, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011 (DJE 23/12/2011): Estabelece os critérios a serem obedecidos nos casos de remoção por permuta, entre os membros do Ministério Público, cumulativos àqueles dispostos no art.85, § 2º, I e II, da Lei Complementar Estadual nº 013, de 25 de outubro de 1991, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 001/2011 - CSMP, DE 15 DE MARÇO DE 2011 (DJE 16/03/2011): Disciplina o procedimento para a indicação de membros do Ministério Público para integrarem a composição do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público, a que se refere o artigo 2º da Lei Federal nº. 11.372, de 28 de novembro de 2006, para os fins do inciso III do artigo 130-A, da Constituição da República, e para a indicação de membro do Ministério Público para os fins do inciso XI do artigo 103-B da Constituição da República, e dá outras providências.

ATOS REGULAMENTARES - GPGJ

ATO REGULAMENTAR Nº 001/2011 - GPGJ, DE 07 DE JANEIRO DE 2011 (DJE 07/01/2011): Dispõe sobre o Regimento Interno da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 002/2011 - GPGJ, DE 31 DE JANEIRO DE 2011 (DJE 04/02/2011): Altera os artigos 91 e 114 do Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça), com a finalidade de incluir atribuições ao Assessor-Chefe do Controle Interno e Auditoria.

ATO REGULAMENTAR Nº 003/2011 - GPGJ, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2011 (DJE 15/03/2011): Dispõe sobre o desenvolvimento, na carreira, do servidor ocupante de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual.

ATO REGULAMENTAR Nº 004/2011 - GPGJ, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011 (DJE 03/03/2011)- Dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 005/2011 - GPGJ, DE 14 DE MARÇO DE 2011 (DJE 07/07/2011): Dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras Providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 006/2011 - GPGJ, DE 14 DE MARÇO DE 2011 (DJE 11/04/2011): Altera a redação do § 2º do art. 6º do Ato Regulamentar nº 003/2011-GPGJ.

ATO REGULAMENTAR Nº 007/2011 - GPGJ, DE 28 DE ABRIL DE 2011 (DJE 23/05/2011): Regulamenta o gozo de licenças-prêmio e férias que se encontram acumuladas pelos servidores integrantes do quadro de pessoal do apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 008/2011 - GPGJ, DE 13 DE JUNHO DE 2011 (DJE 15/06/2011): Anula o Ato Regulamentar nº 003/2011-GPGJ, com efeitos ex nunc.

ATO REGULAMENTAR Nº 009/2011 - GPGJ, DE 03 DE JUNHO DE 2011 (DJE 20/07/2011): Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2011 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 010/2011 - GPGJ, DE 05 DE AGOSTO DE 2011 (DJE 08/08/2011)- Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital.

ATO REGULAMENTAR Nº 011/2011 - GPGJ, DE 09 DE AGOSTO DE 2011 (18/08/2011)- Altera os artigos 53 e 79 do Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

ATO REGULAMENTAR Nº 012/2011 - GPGJ, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011 (DJE 07/11/2011)- Dispõe sobre a proibição de se manter, nas dependências do Ministério Público do Estado do Maranhão, objetos apreendidos em operações policiais e/ou ministeriais e dá outras Providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 013/2011 - GPGJ, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011 (DJE 21/11/2011) - Institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 014/2011 - GPGJ, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011 (DJE 15/12/2011)- Altera o Anexo I do Ato Regulamentar nº 02/2010-GPGJ, que dispõe sobre o quadro de estagiários do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 015/2011 - GPGJ, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011 (DJE 03/01/2011)- Aprova os checklists anexos e dispõe sobre a obrigatoriedade de sua juntada, pelos titulares dos cargos e funções neles indicados, devidamente preenchidos e subscritos, aos processos administrativos licitatórios, aos processos administrativos de dispensa e de inexibibilidade de licitação e aos processos administrativos de indenização, quando necessária a elaboração de termo de ajuste de contas, e dá outras providências.

ATOS - GPGJ

ATO Nº 008/2011 - GPGJ (DJE 25/01/2011): Altera a redação do caput do art. 13 do Ato nº. 415/2008 – GPGJ, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos membros e servidores ativos do Ministério Público Estadual.

ATO Nº 034/2011-GPGJ (DJE 07/02/2011): Proceder às adaptações devidas, relativamente às designações da Promotorias de Justiça de Entrância Final, da Comarca da Capital.

ATO Nº 035/2011 - GPGJ (DJE 07/02/2011): Proceder às adaptações devidas, relativamente à renumeração e às atribuições das Promotorias de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar.

ATO Nº 036/2011 - GPGJ (DJE 07/02/2011): Proceder às adaptações devidas, relativamente à regulamentação do Sistema de Plantão das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior.

ATO Nº 037/2011 - GPGJ (DJE 07/02/2011): Proceder às adaptações devidas, relativamente à regulamentação sobre a substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo, ou com o consentimento deste, a fim de assegurar a continuidade dos serviços.

ATO Nº 348/2011 - GPGJ (DJE 10/10/2011): Proceder às adaptações devidas às designações das Promotorias de Justiça das Comarcas de Açailândia, Araióses, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Brejo, Buriticupu, Caxias, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coarátá, Estreito, Grajaú, Itapecuru-Mirim, João Lisboa, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Porto Franco, Presidente Dutra, Rosário, Santa Helena, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Luzia do Paruá, Tuntum, Vargem Grande, Viana, Vitorino Freire e Zé Doca, de entrância intermediária, relacionando-as com os respectivos Promotores de Justiça titulares, como definido na reorganização geral dos órgãos de execução e de administração do Ministério Público de 1º grau havida por força da Resolução nº 02/2009-CPMP, assim dispostas no ANEXO ÚNICO deste Ato.

ATO Nº 349/2011 - GPGJ (DJE 10/10/2011): Proceder às adaptações devidas às designações das Promotorias de Justiça da Comarca de São José de Ribamar, de entrância intermediária, relacionando-as com os respectivos Promotores de Justiça titulares, como definido na Resolução nº 14/2011-CPMP, assim dispostas no anexo único deste Ato.

ATO Nº 427/2011 - GPGJ (DJE 12/12/2011): Disciplina o recesso natalino para os servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 445/2011 - GPGJ (DJE 26/12/2011): Prorrogar, por 06 (seis) meses, o prazo de validade do Concurso Público para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do

Maranhão, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, cujo resultado foi homologado pelo Ato nº 353/2009/GPGJ, de 17.12.2009, republicado no Diário Oficial do Poder Judiciário de 22.12.2009, devendo ser assim considerado a partir de 21.12.2011.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2011 - GPGJ (DJE 03/01/2011) - Estabelece prazos para os setores da Procuradoria Geral de Justiça se manifestarem nos autos processuais.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2011 (DJE 03/01/2011) - Determinar às unidades gestoras e à Comissão Permanente de Licitação, que, por ocasião da fiscalização e acompanhamento dos contratos de obras e serviços celebrados pela Procuradoria Geral de Justiça, seja observado o seguinte, sem prejuízo das demais disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e em conformidade com a estrutura orgânica (hierarquia e atribuições) estabelecida ao Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2011 (SEM PUBLICAÇÃO NO DJE): Disciplina a utilização dos veículos colocados à disposição do GECOC - Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2011 (DJE 17/01/2011): Determina que a jornada de trabalho da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça será cumprida em turno de 07 (sete) horas ininterruptas, de segunda a sexta-feira, no período das 07:00h às 19:00h.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2011 (SEM PUBLICAÇÃO NO DJE): Fixa, aos setores da Procuradoria Geral de Justiça, prazo de até 15 (quinze) dias para se manifestarem nos autos dos processos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2011 (SEM PUBLICAÇÃO NO DJE): Determinar a aplicação analógica do prazo e da forma de publicação dos instrumentos de contrato e seus aditamentos, conforme previsto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, à Ata de Registro de Preços.

RECOMENDAÇÕES - GPGJ

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2011 – GPGJ (DJE 28/02/2011): Recomenda aos Promotores de Justiça a tomada de providências quanto à fiscalização acerca da legalidade da contratação de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias para a realização de trabalhos técnicos aos municípios em desacordo com a legislação que rege a matéria.

RECOMENDAÇÃO Nº 003/2011 - GPGJ (DJE 23/03/2011): Orienta a todos os órgãos de execução do Parquet maranhense com atribuições nas áreas de saúde e patrimônio público o acompanhamento das ações envidadas pelo poder público no combate à dengue.

RECOMENDAÇÃO Nº 004/2011 - GPGJ (DJE 07/03/2011): Dispõe sobre as providências a serem tomadas pelos membros do Ministério Público em razão da Lei nº 12.403/2011.

